

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Sociologia do Território, da Cidade e do Ambiente, realizada sob a orientação científica de João Pedro Lopes de Oliveira Silva Nunes

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer ao meu orientador Prof. Dr. João Pedro S. Nunes pela disponibilidade, atenção e interesse demonstrado.

Quero agradecer aos meus amigos, que muito indignadamente me questionaram sobre o trabalho que aqui desenvolvo, o que em muito me ajudou.

Quero deixar também um agradecimento especial aos entrevistados, porque sem eles este trabalho não seria possível.

Por último, quero agradecer aos meus pais pelo apoio incondicional ao longo do meu percurso estudantil e académico.

# A MARQUISE – UMA ANÁLISE QUALITATIVA DO IMAGINÁRIO E DAS PRÁTICAS DE CONQUISTA DE TERRITÓRIO DOMÉSTICO

BERNARDO MARIA CASTILHO BAPTISTA FERNANDES

## RESUMO

O presente trabalho problematiza sociologicamente o fenómeno das “marquises” no contexto urbano de Lisboa. Num primeiro momento, pretende-se compreender quando se terá iniciado a construção de marquises e o que terá levado os indivíduos a recorrerem a tal modificação em espaço doméstico. São assim examinados factores de ordem macrossocial, na tentativa de compor elementos que terão contribuído para o fechamento das varandas recorrendo a uma marquise. Conclui-se que por volta da década de 70 do século XX será a hipótese mais plausível para o início da construção de marquises. São, de seguida, aprofundados os autores clássicos da Sociologia Urbana para problematizar as componentes organizativas da dimensão urbana. O terceiro momento de análise é dedicado ao fenómeno da “marquise”, enquanto problema: i) político-administrativo, onde são descritas as entrevistas nos municípios de Oeiras e Amadora; ii) tema social, apresentando-se três acções colectivas que se interessaram por este fenómeno; e por último, iii) oportunidade comercial, onde é exposta uma campanha da empresa IKEA e a respectiva visita ao local. Num quarto momento é elaborada a construção empírica do objecto marquise. Conduziram-se seis entrevistas na freguesia de Campo de Ourique. Foi possível concluir que a construção do espaço marquise está associada a factores subjectivos dos moradores, do que é tido como adequado. Neste sentido, coincidem tanto expectativas como projecções que decorrem no imaginário dos habitantes sobre as experiências habitacionais que desejam em contexto doméstico. Estes desejam, essencialmente, “ganhar mais espaço”, e através de actos de *bricolagem*, *fazem território* consolidando estratégias de distanciamento e proximidade que pretendem entre o espaço interior, privado, e o espaço exterior, público. Debate-se também a marquise, enquanto construção física e simbólica, na sua funcionalidade relativamente às dinâmicas de gestão do ambiente doméstico, incorporando objectos e práticas que são similares entre entrevistados.

PALAVRAS-CHAVE: Marquise, Imaginário, Práticas, Espaço, Território

## ABSTRACT

The aim of the present work is to analyze sociologically the phenomenon of the *marquise* in the Lisbon urban context. First, we try to understand when the first constructions of the marquise occurred and what pushed people to make such a modification in the domestic space. We examined macrosociological factors in order to find out elements that could have contributed to the closure of the balconies. Our findings suggest that the beginning of the construction of the marquises took place approximately around the 70's of the 20<sup>th</sup> century. Afterwards, the classical authors of Urban Sociology are introduced to discuss the organizational components of the urban dimension. The third moment of the analysis is dedicated to the phenomenon of marquise focusing on: i) political-administrative problem, where the interviews in the municipalities of Oeiras and Amadora are described; ii) social issue, presenting three collective actions concerning this phenomenon; iii) business opportunities, where we expose an IKEA campaign and the visit to the facilities. In the fourth moment the empirical construction of the marquise object is developed. We conducted six interviews in Campo de Ourique, which allow us to conclude that the construction of the marquise space is associated with resident's subjective factors. In this sense, expectations and projections that occur in people's imaginary, match the housing experiences people want in the domestic context. Residents essentially want to "make more space". Making use of distance and proximity strategies, to ensure the interior private space and the exterior public space, they use *bricolage acts making territory*. We also discuss the marquise, as a physical and symbolic construction, in its functionality regarding the management dynamics of the domestic atmosphere, incorporating objects and practices that are similar among interviewees.

KEYWORDS: Marquise, Imaginary, Practice, Space, Territory

# ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo 1. Varandas fechadas – A construção de um objecto sociológico.....	4
1.1. Lisboa e Área Metropolitana de Lisboa – Densidade, Aumento e Distribuição Populacional .....	5
1.1.1. Lisboa contextualizada a nível nacional – aumento populacional até 1970 .....	6
1.1.2. Lisboa contextualizada na sua Área Metropolitana – expansão de Lisboa para as suas áreas contíguas.....	8
1.1.3. O peso dos subúrbios.....	9
1.1.4. Contexto Metropolitano.....	12
1.2. Factores Construtivos – O Betão .....	15
1.2.1. A importância do betão armado.....	16
1.3. Casa Própria – acesso ao crédito .....	20
1.3.1. Anos 50 .....	20
1.3.2. Anos 60 .....	21
1.3.3. Anos 70 .....	22
1.3.4. Anos 80-90 .....	25
1.4. Práticas Culturais dos Portugueses.....	27
1.4.1. Práticas de Interior .....	28
1.5. Varandas – Aparecimento, Etimologia de Marquise, Público e Privado.....	30
1.5.1. Aparecimento .....	31
1.5.2. Etimologia.....	33
1.5.3. Público e Privado.....	35
1.6. Campo de Ourique.....	37
1.6.1. Configuração socio-espacial.....	37
1.6.2. Limites reais e imaginários .....	39
1.6.3. Construção em Campo de Ourique .....	41
1.6.4. Fotogaleria .....	43
Capítulo 2. Aprofundando a Dimensão Urbana.....	50
2.1. A cidade – problematização macrossociológica .....	50
2.2. Contributos de Simmel.....	52
2.3. Escola de Chicago .....	54
2.3.1. Robert E. Park .....	55
2.3.2. Ernest W. Burgess.....	56
2.3.3. Louis Wirth .....	57
2.4. Morfologia Social.....	58
2.4.1. Maurice Halbwachs .....	58
Produção de espaço e necessidades colectivas.....	59
2.4.2. Herbert J. Gans .....	60

2.5. A economia política urbana.....	61
2.5.1. Max Weber .....	61
Capítulo 3. A marquise como problema político-administrativo, tema social e oportunidade comercial.....	67
3.1. Procurando pistas junto das Câmaras Municipais de Oeiras e Amadora .....	68
3.1.1. Visita à Câmara Municipal de Oeiras .....	70
3.1.2. Visita ao Departamento de Reabilitação Urbana da Amadora .....	72
3.2. Expondo a marquise como tema social: a história de 3 grupos .....	74
3.2.1. Movimento Anti-Marquise .....	76
3.2.2. Acções colectivas descobertas no Facebook.....	77
3.3. Uma oportunidade comercial: o caso IKEA .....	79
3.3.1. IKEA .....	80
3.3.2. Campanha e Outdoor .....	81
3.3.3. A visita ao IKEA.....	83
3.3.4. Ajuda e Educação .....	84
Capítulo 4. A Marquise – um objecto sociológico empírico .....	89
4.1. A construção (social) do espaço .....	93
4.2. A importância do imaginário na percepção do espaço .....	98
4.2.1. Dois exemplos que podem ter inspirado o imaginário do habitante para a construção da marquise .....	99
Pátios e Habitações Unifamiliares .....	100
4.2.2. Os modelos culturais .....	104
4.3. Fabricar o espaço .....	105
4.3.1. Legalidades e Estéticas – espaço de fabrico sobre condição legal.....	106
4.3.2. Etologia .....	113
4.3.3. Bricolagem .....	115
4.3.4. Fazer território .....	118
4.3.5. Distâncias e Proximidades.....	120
4.3.6. Segurança – Olhares, Ruídos, Tempos.....	122
4.4. Práticas de Marquise .....	129
4.4.1. Objectos e Práticas.....	130
Conclusão.....	146
Bibliografia(S) / Referências Bibliográficas .....	149
Lista de Imagens, Fotografias e Tabelas .....	153
Anexos .....	156

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa sociologicamente o encerramento das varandas através da construção de uma marquise. Esta análise torna-se pertinente, em primeiro lugar, pelo volume de varandas que foram amarquisadas numa fase posterior à conclusão do edificado, o que sugere uma reorganização premeditada do espaço doméstico. Crê-se que a grande maioria das marquises construídas existem em clandestinidade, como tal existem poucos registos administrativos sobre o fenómeno. Apesar de o volume total de marquises na Área Metropolitana de Lisboa não estar registado nas respectivas Câmaras Municipais, é perceptível através da observação que este fenómeno está amplamente disseminado pelo território lisboeta e seus arredores. Dada a extensão e quantidade de varandas encerradas, parece-me por si só um fenómeno intrigante que justifica a análise sociológica. Em segundo lugar, a falta de conhecimento teórico e empírico sobre o fenómeno das marquises, tanto em termos político-administrativos como das formas desejadas de habitar, motiva a investigação e compreensão sociológica. Uma vez que não existe uma teoria sociológica que compreenda a dimensão do fenómeno “marquise”, e portanto, não era possível utilizar material empírico já analisado e problematizá-lo para o caso lisboeta, a teoria foi sendo construída à medida que avançava na análise.

A pesquisa realizada tem como propósito acrescentar ao debate urbano-sociológico um objecto que é até então praticamente desconhecido em termos de pesquisa e reflexão. A análise é exploratória, pelo que não abrange, nem quantitativamente nem qualitativamente, a totalidade do fenómeno, no entanto lança pistas que permitem, caso se volte a investigar este tema, dispor de algumas bases teóricas e práticas que sirvam de suporte.

Na abordagem a este tema a questão que se coloca é “Porque que os residentes decidem fechar uma (ou mais) varanda(s)? Ou manter a(s) marquise(s) herdada(s)?”. E no seguimento colocam-se perguntas como “Quais foram os factores que levaram a esta acção?”, “Será que há factores de ordem estrutural que possam ter influenciado?” – como a densidade populacional,

tipos de estrutura arquitectónica, práticas culturais -, “Quais serão as actividades em espaço doméstico que motivam a construção deste espaço?” – através de entrevistas discutem-se questões como a segurança, a estética, a dualidade entre o público e do privado, o interior e o exterior. Dada a prevalência desta prática de encerramento das varandas importa colocar também a questão de se saber “Quando é que se começou a fechar as varandas?” Estas são algumas questões que ajudaram e ajudam a balizar a perspectiva sociológica de abordagem ao objecto.

A marquise é apenas definida pelo discurso do senso comum como um lugar físico, carecendo de uma compreensão mais aprofundada enquanto lugar poético e simbólico do espaço doméstico. A falta de conhecimento empírico relativamente a este espaço, que advém da sua marginalidade legal, obrigou a uma construção teórica que evidenciasse diacronicamente o seu aparecimento e disseminação em contexto urbano. Procurei neste sentido encontrar e discutir factores que possibilitassem justificar a introdução desta estrutura física e simbólica no espaço doméstico, por contrapartida à tradicional varanda. Assim no primeiro capítulo introduzo factores à escala macrossocial que permitam compreender qual foi a estrutura urbana de onde resultou o aparecimento da marquise, que vão desde o crescimento populacional e densidade, a factores construtivos – como a introdução do betão na arquitectura moderna –, à disseminação do acesso à casa própria – através do acesso ao crédito –, às práticas culturais dos portugueses e a evolução das varandas enquanto elemento de transição entre o espaço público e o privado. Estes factores fornecem pistas que permitem equacionar e compreender a prática de edificar marquise, não somente enquanto uma construção física/maciça, mas também enquanto emblema objectivo e subjectivo de um conjunto transformações que decorreram na passagem de uma Lisboa cidade para uma Lisboa metrópole.

No segundo capítulo introduzo as teorias base da Sociologia Urbana que sustentam o enquadramento do objecto em contexto urbano. Para a problematização macrossociológica recorro aos contributos de Georg Simmel, aos autores que compõem a Escola de Chicago – Robert E. Park, Ernest Burgess e Louis Wirth. Faço ainda referência às teorias de Maurice Halbwachs

e Herbert Gans relativamente à morfologia social, e por último, sugiro Max Weber para discutir a economia política urbana.

O terceiro capítulo dá conta de três momentos distintos de análise: o contato com os corpos técnicos das Câmaras Municipais de Oeiras e Amadora com vista a compreender as acções destes municípios relativamente à regularização de marquises, três acções colectivas que problematizam a questão das marquises, enquanto tema social, e uma campanha lançada pela multinacional Ikea com o *slogan* “Mais varandas, menos marquises”.

O último capítulo diz respeito construção empírica do objecto. Depois de realizadas as entrevistas junto de residentes de dois edifícios em Lisboa, na freguesia de Campo de Ourique, divido os resultados em quatro pontos de análise teórica com vista à interpretação: construção social do espaço, importância do imaginário na apropriação do espaço, fabricar o espaço e por último práticas de marquise.

No final concluo que há um conjunto de factores que operam a um nível macrossocial que permitiram que a marquise pudesse ser possível no contexto urbano lisboeta. A par deste factores, juntam-se questões ao nível do espaço doméstico, nomeadamente nas formas individuais e subjectivas de imaginar e contruir território.

## **CAPÍTULO 1. VARANDAS FECHADAS – A CONSTRUÇÃO DE UM OBJECTO SOCIOLÓGICO**

Neste primeiro capítulo apresento as hipóteses de ordem estrutural que ajudam a compreender o objecto no tempo. As hipóteses que se seguem são ao mesmo tempo *estruturais*, uma vez que permitem problematizar o aparecimento da marquise no contexto urbano, e são ao mesmo tempo *estruturantes*, já que é através destas mesmas hipóteses que o objecto ganha dimensão física e um carácter específico permitindo assim iniciar o percurso analítico.

Neste sentido discuto cinco factores. Começo por localizar o objecto no espaço, nomeadamente em Lisboa e posteriormente na sua Área Metropolitana, fazendo referência ao aumento da distribuição populacional e do que daí resultou em termos de densidade e aglomerados populacionais. Uma vez introduzido este processo, introduzo factores de ordem arquitectónica e construtiva onde o avanço da tecnologia e da técnica na construção imobiliária, através do betão, permitiram construir blocos habitacionais mais altos, com um maior número de habitações e com varandas mais profundas. De seguida faço referência às mudanças estratégicas na relação da população com os imóveis. As mudanças económicas e político-administrativas vieram promover o acesso ao crédito o que constitui uma passagem de habitantes arrendatários para habitantes que habitam em casa própria. Um outro factor estrutural e estruturante das dinâmicas domésticas tem que ver o tipo de práticas culturais tipo dos portugueses, e como tal dedico o pequeno capítulo a esta problemática. Uma vez que a marquise se localiza predominantemente nas varandas introduzo a evolução histórica da varanda na arquitectura e sua relação com os habitantes como lugar de transição entre o público e o privado. Faço também referência à importância etimológica da palavra marquise como concepção territorial e fronteiriça.

## 1.1. Lisboa e Área Metropolitana de Lisboa – Densidade, Aumento e Distribuição Populacional

### Problematização

Depois de expor de uma forma geral e introdutória algumas linhas que dão forma a este trabalho pretendo neste ponto discutir a expansão quantitativa do fechamento de varandas na região de Lisboa<sup>1</sup>, sobre a perspectiva da distribuição populacional, o seu aumento e a respectiva densidade em Lisboa. Sabendo ser impossível quantificar diacronicamente este tipo de prática de transformação e adequação do espaço residencial, uma vez que, como estimam os arquitectos das câmaras de Oeiras e Amadora, mais de 80% das marquises existem em clandestinidade, e portanto não há registos estatísticos camarários que possam servir de suporte, resta-me uma análise teórica e indirecta sobre o fenómeno. Neste sentido torna-se útil introduzir uma retrospectiva histórica do desenvolvimento da cidade lisboeta a partir de 1940<sup>2</sup> na procura de factores que ajudem a explicar a disseminação de construção de marquises. Para este capítulo em particular interessa-me analisar a evolução demográfica de Lisboa, a (re)organização administrativa do território e a densidade populacional. Admito como um dos factores indirectos para a construção de uma marquise a concentração elevada de população num determinado local.

Num levantamento relativamente informal da paisagem urbana, o que se deixa notar em relação ao país, é que Lisboa e as suas zonas contíguas apresentam um volume de habitações amaraquisadas proporcionalmente superiores a qualquer outra zona. Esta ideia como disse aparece apenas a *olho nu*, sem instrumentalização de medida acerca do número de habitações que

---

*1 A definição de marquise aparece mais à frente no capítulo 1.5. Deixo no entanto uma definição primária, de senso comum, retirada propositadamente de uma fonte menos académica para introduzir uma ideia de evolução no trabalho desenvolvido com o próprio objecto. “Estrutura envidraçada com que se protegem geralmente varandas” (in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa)*

*2 Estipulei esta data, como se verá no capítulo relativo aos Factores Construtivos, devido à introdução com maior frequência do betão enquanto material standard de construção.*

efectivamente possuem uma ou mais marquises no seu fogo, legalizada(s) ou não, o que impossibilita uma análise mais rigorosa do fenómeno.

### **1.1.1. Lisboa contextualizada a nível nacional – aumento populacional até 1970**

Durante todo o séc. XX Lisboa não encontra competição demográfica nos outros centros urbanos, dominando o país (Baptista, 1994, p. 57). A cidade cresce sozinha face a um Portugal comedido no crescimento populacional: em 1960 atinge um número único de 800mil habitantes, cerca de 10% da população nacional. Lisboa vive durante quase 130 anos “uma situação de excepcionalidade demográfica no contexto de um país escassamente urbanizado” (Baptista, 1994, p.55). Como sublinha Baptista (1994, p.63) “Lisboa esmaga os outros centros urbanos e o país em geral”, numa primeira fase crescendo sozinha, e numa segunda fase *num contexto metropolitano*, dominando demograficamente o país. A falta de competição de outras localidades perpetua a dominação de Lisboa explicada por V. Magalhães Godinho e citado por Baptista “... [onde a] Insuficiência de desenvolvimento propriamente *urbano* dos centros provinciais – e o atraso no arranque” (Baptista, 1994, p.63) constroem o arranque de outras localidades e promovendo assim o aumento demográfico em Lisboa. A timidez do desenvolvimento de outras localidades traduz-se numa Lisboa como “sorvedouro do êxodo rural” (Baptista, 1994, p.64). Entre 1920 e 1950, Lisboa ganha todas as décadas cerca de 100mil residentes, passando dos 480mil para os 780mil, facto que nunca havia sido observado, nem se voltou a repetir, o que resulta da “relação estruturada que a capital mantém com o resto do país, mesmo depois disso, e que tem, na inexistência circunstancial de outro «vazadouro de gente» dos campos uma forte razão de ser.” (Baptista, 1994, p.64). Quer isto dizer que Lisboa atinge a sua máxima relevância a nível continental durante esta época, que lentamente se vai diluindo a partir de 1960, e que recua rapidamente até 1991, onde atinge uma relevância demográfica comparável a 1900 (Baptista, 1994, p.64).

De forma sintética apresento aqui a percentagem da população de residentes em Lisboa face a Portugal continental: 1911 - 7%; 1920 – 8%; 1930 – 9%; estabiliza nos 10% cai em 1970 e em 1980 – 9% e em 1991 – 7%. No entanto a sua dominação demográfica relativa é uma verdade ao longo de quase todo o século XX (Baptista, 1994, p.58)

**Quadro 2:** Percentagem da população do Continente residente na cidade de Lisboa, na AML, na cidade do Porto de 1864 a 1991

	1864	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
LISBOA	4.84	6.39	6.97	7.73	8.55	9.34	9.62	9.89	9.67	9.36	8.65	7.08
Resto AML*	2.41	2.41	2.58	2.92	3.09	3.52	3.8	4.71	6.79	11.13	15.65	17.33
Total AML	7.25	8.8	9.55	10.65	11.64	12.86	13.42	14.61	16.46	20.49	24.3	24.41

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1960 e seguintes (para consultar valores absolutos, ver Anexo 2)

**Imagem 1-** Percentagem da população do Continente residente na cidade de Lisboa, na AML, na cidade do Porto de 1864 a 1991 (Baptista, 1994, pg.59)

Apesar do crescimento populacional do distrito de Lisboa este apresenta “a descendência média mais baixa do país de 1930 a 1950” (Baptista, 1994, p.65), não substituindo sequer as gerações da década de 40 e 50, o que significa que o crescimento populacional decorre de factores exógenos à cidade (Baptista, 1994, p.65). Comparado com o resto de Portugal, Lisboa apresenta um “pico migratório excepcional (+1.29% de 1930 para 40 e +1.25% de 1940 para 50)” (Baptista, 1994, pg.65), onde para as mesmas datas Portugal apresenta 0.09% e -0.16% respectivamente.

De acordo com a imagem 1 entre 1960-1970 dá-se o fim da dominação populacional da Lisboa enquanto cidade-capital relativamente ao seu contexto metropolitano. Depois da 2ª Guerra Mundial e sobretudo a partir dos anos 60 os arredores conquistam novas zonas de residência e tornam-se a “marca específica” da organização e distribuição da população de Lisboa. O crescimento da área urbana para as zonas limítrofes da capital está “intimamente ligada com o transporte colectivo, elemento organizador dos eixos de comunicação urbano-metropolitanos (Ferreira, in Nunes, 2010, p. 131). No final da década de 50 são electrificadas as linhas de Azambuja e linha de

Sintra, juntando-se às vias férreas as linhas de camionagem e as travessias fluviais do Tejo, que “reforçavam o papel da *baixa* de Lisboa como placa giratória nos percursos casa-trabalho” (Nunes, 2010, p.131).

### 1.1.2. Lisboa contextualizada na sua Área Metropolitana – expansão de Lisboa para as suas áreas contíguas

Como podemos ver na imagem nº 2 disponibilizado por Baptista (1994, p. 59) em 1900 a cidade de Lisboa acolhia cerca de 73% da população da área que viria a ser a Área Metropolitana de Lisboa que vai sofrendo uma progressiva diminuição, especialmente a partir dos anos 40, até em 1950 apresentar-se nos 67,69%, descendo para os 59% em 1960, em 1970 já representava 45%, em 1981 rondava os 35% e em 1991 atingia os 29%. Neste pequeno retrato nota-se a clara inversão de “papéis” entre a cidade de Lisboa face aos seus arrabaldes, onde a dominação de  $\frac{3}{4}$  da população da sua área contígua passa para  $\frac{1}{4}$  da população que habitava o centro da metrópole. Quer isto dizer que num espaço de sensivelmente 100 anos Lisboa sofreu uma diminuição clara na dominação da proporção populacional que detinha no seu contexto metropolitano.

**Quadro 3:** Peso percentual da cidade-centro urbano, Lisboa e Porto, no âmbito da sua área metropolitana de 1864 a 1991

	1864	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Lisboa/AML	66.81	72.6	72.95	72.68	73.45	72.67	71.66	67.69	58.79	45.68	35.61	29.0

Fonte: Recenseamentos Gerais da População 1960, 1970, 1981 e 1991 (para especificação por concelhos a norte e sul do Tejo entre 1890 e 1950, ver FERREIRA, 1987, p. 105)

**Imagem 2 –** Peso percentual da cidade-centro urbano, Lisboa e Porto, no âmbito da sua área metropolitana de 1864 a 1991. (Baptista, 1994, pg.59)

Significa isto, como se deixava prever mais acima, que os arredores foram conquistando novas zonas de residência, o que vêm marcar um novo modelo de distribuição populacional. Relativamente ao crescimento populacional e a sua distribuição em Portugal o que intriga não é o crescimento

das duas grandes cidades e as suas zonas de residência contíguas (Lisboa e Porto), é antes a “incapacidade de arranque demográfico de outras cidades” (Baptista 1994, p.53). Baptista explica que “o aumento da percentagem de população das cidades (e das áreas urbanas em geral), traço característico das sociedades industriais contemporâneas (Wirth, 1938; Ledrut, 1968), é feito exclusivamente à custa dos dois maiores centros nacionais” – Lisboa e Porto – (Baptista 1994, p.54).

Lisboa vai crescendo além dos seus limites administrativos, onde nos anos 50 e sobretudo nos anos 60 pequenas localidades dos arredores “vão sendo capazes de ganhar peso próprio, contrariando a dominação da cidade-concelho” (Baptista, 1994, p.58). O autor continua mostrando que a partir de 1970 a situação já se havia invertido e a “perca de importância demográfica da cidade no seu contexto metropolitano é a característica mais evidente” (Baptista, 1994, p.58) como se pode ver acima na imagem 1. Os arredores são então conquistados como a nova zona de residência, imprimindo na história de Lisboa a partir dos anos 60 “o fim da dominação numérica da cidade-capital no seu contexto metropolitano” (Baptista, 1994, p.60)

### **1.1.3. O peso dos subúrbios**

Lisboa sofreu portanto uma transformação morfológica na concentração e distribuição da população. O crescimento demográfico que deu lugar à concentração populacional no território de aglomeração de Lisboa, que deu consequentemente lugar “à multiplicação dos *lugares onde o povoamento se concentra ao longo do tempo*, nos arredores da cidade” (Nunes, 2010, p.124). Este fenómeno, como continua Nunes, de *extensão espacial de ocupação humana* surge através do processo de suburbanização associada à mudança de “volumes populacionais e aos ritmos intensos de crescimento que alteraram a condição dos subúrbios citadinos da capital”.

No quadro apresentado por Nunes (2010) o autor observa as taxas de crescimento demográfico entre 1930 e 1981 nos subúrbios e em Lisboa.

**Quadro n.º 1 - Taxas de crescimento demográfico intercensitárias em Lisboa e nos seus subúrbios (1920-1981)**  
[em percentagem]

Concelhos	1930-1940	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1981
<i>Lisboa</i>	17,3	12,8	2,4	-5,2	6,3
<i>Cascais</i>	29,3	42,3	41,3	55,4	52,8
<i>Loures*</i>	20,5	43,9	102,5	63,1	66,0
<i>Oeiras**</i>	28,4	40,8	77,0	91,2	-17,1
<i>Sintra</i>	18,9	33,8	32,3	55,6	82,0
<i>Amadora***</i>	41,8	92,5	152	137	46
<i>V. F. Xira</i>	17,6	15,7	24,0	34,2	61,9
<i>Alcochete</i>	0,0	18,1	17,9	12,3	8,0
<i>Almada</i>	24,7	48,1	62,1	51,6	37,3
<i>Barreiro</i>	24,1	13,8	18,1	68,3	49,1
<i>Moita</i>	30,6	57,2	49,6	33,1	37,4
<i>Montijo</i>	19,3	46,4	16,7	39,6	-12,6
<i>Seixal</i>	28,2	23,2	28,4	86,1	134,1

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1960 e 1981.

\* Inclui a antiga freguesia de Odivelas que veio a dar origem ao concelho com o mesmo nome em 1998.

\*\* Inclui a antiga freguesia da Amadora que veio a dar origem ao concelho com o mesmo nome em 1979. Daí a taxa de crescimento negativa no decénio 1970-1981.

\*\*\* Freguesia criada em 1916, integrando o concelho de Oeiras até 1979.

**Imagem 3 – Taxas de crescimento demográfico intercensitárias em Lisboa e nos seus subúrbios (1920-1981), (Nunes, 2010, pg. 124)**

As taxas apresentadas indicam por onde se iniciou o arranque demográfico e geográfico das localidades dos subúrbios de Lisboa. Os concelhos que nos anos 30 apresentavam taxas de crescimentos superiores a Lisboa são os que “havia historicamente formado relações mais fortes com a cidade” estando estes núcleos associados à indústria que disponibilizavam espaços de residência, e à vilegiatura (Nunes, 2010, p.124). Nos anos que se seguiram, nomeadamente os decénios 1940-50 e 1950-60 verifica-se que os subúrbios se tornam uma realidade evidente, generalizaram-se.

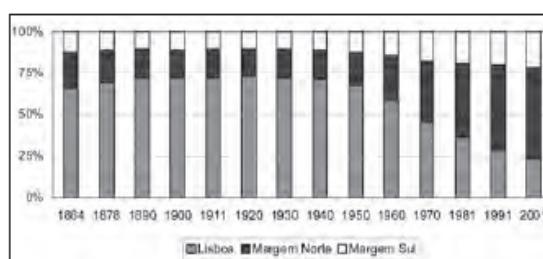
Torna-se facto “na década de 1950 quando todos os concelhos integrando a aglomeração apresentam ritmos de crescimento muito elevados e, regra geral, superiores ao de Lisboa [...] e se constituíam também como subúrbios de primeira grandeza” (Nunes, 2010, p.124), como é o caso de Loures, que integrava as freguesias de Odivelas, Moscavide e Sacavém, ou Oeiras, com Algés e Amadora, que registavam crescimentos nunca antes vistos.

Entre 1960-70 observa-se a continuidade do processo de intensidade de suburbanização e a estrutura do povoamento suburbano de Lisboa, através da

inflexão no crescimento demográfico da capital (-5,2%) comparativamente com a população de Cascais, Oeiras, Sintra, Loures, Almada, Barreiro e Seixal a crescerem a taxas superiores a 50% (Nunes, 2010).

Outra forma de interpretar a génese da aglomeração reside na comparação entre a dimensão demográfica e peso que esta tem quando confrontada com as coroas urbanas e *core* urbano. No gráfico à direita compara-se a grandeza demográfica das populações, residente em Lisboa e residente nos subúrbios, face ao total da população da aglomeração, a cada ano censitário desde 1884 até 2001.

**Gráfico n.º1 - Peso de Lisboa e dos seus concelhos limítrofes na população da Aglomeração de Lisboa (1864-2001)**



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1960, 1970, 1981 e 2001

\* Margem Norte: Cascais, Sintra, Oeiras, Amadora, Odivelas, Loures e Vila Franca de Xira

\*\* Margem Sul: Alcochete, Montijo, Barreiro, Moita, Seixal e Almada

**Imagem 4 – Peso de Lisboa e dos seus concelhos limítrofes na população da Aglomeração de Lisboa (1864-2001), (Nunes, 2010, pg. 126)**

É de notar que a partir de 1940 o peso de Lisboa no total da aglomeração começa a decrescer e que paralelamente o peso dos concelhos limítrofes começa a aumentar. “Depois, entre 1960 e 1970, os concelhos da margem norte e da margem sul do Tejo atingem somados mais de metade da população residente no emergente território metropolitano.” (Nunes, 2010, p.126). Nos anos que se seguem o concelho de Lisboa vai decrescendo, excepto em 1981 devido ao retorno das ex-colónias, atingindo um nível demográfico absoluto, mas com uma peso relativo reduzido na estrutura da metrópole. Em 1991 “A estrutura de povoamento da metrópole era já largamente favorável aos concelhos limítrofes e circunvizinhos à capital” e em 2001 o domínio demográfico dos subúrbios é ainda mais evidente com “três quartos da população da aglomeração” (Nunes, 2010, p.126).

Estas duas formas de análise comprovam a introdução de Lisboa na tendência de crescimento das cidades ocidentais, na qual de acordo com Tony Champion, citado por Nunes, “a suburbanização constituiu o «processo

dominante» de redistribuição populacional após a Segunda Guerra Mundial” (Nunes, 2010, p.126).

#### 1.1.4. Contexto Metropolitano

A substituição da cidade pela metrópole não ocorreu de forma simples, foi precisamente através do “alargamento físico e da sua área de influência” (Baptista e Nunes, 2004, p.88) que ganhou forma e deu lugar a novos modelos de dinamização da vida social, económica e social. Como salientam os autores, este enquadramento que vence os limites administrativos e permitem investigar novas relações cidade-campo e realidades sócio-ecológicas exigem novas interpretações. Esta nova forma de análise vai ganhar importância no capítulo que dedico ao *imaginário*, uma vez que introduzo nas formas actuais de habitar, nomeadamente na fabricação do espaço doméstico através do objecto *marquise*, modelos habitacionais que foram herdados tanto pela experiência como pelas práticas discursivas. A ideia de que na metrópole “«há espaço para todos»” (Baptista e Nunes, 2004, p.88), onde competiria ao planeador conjugar os espaços dos residentes, vem através da *marquise* demonstrar que os próprios habitantes têm um papel activo na *bricolagem* e *fabricação*<sup>3</sup> de espaço doméstico, convidando assim a cidade a ser um local de reivindicação e conflito.

Em 1991, depois de se perceber que a “concentração de gente, bens e serviços, se encontra perante o seu esgotamento territorial e funcional” (Baptista e Nunes,

Quadro 2 : *Ranking dos concelhos da Área Metropolitana por densidade populacional, em número de habitantes por quilómetro quadrado (hb/km<sup>2</sup>), referente ao ano de 2001*

Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa	Densidade populacional (hb / km <sup>2</sup> )
Amadora	7 375,5
Lisboa	6 606,9
Odivelas	5 028,7
Oeiras	3 543,8
Barreiro	2 454,2
Almada	2 293,2
Cascais	1 764,6
Seixal	1 593,5
Moita	1 235,9
Loures	1 178,3
Sintra	1 162
Vila Franca de Xira	383,8
Montijo	115,5

Fonte: Recenseamento Geral da População 2001. INE.

Imagem 5 – *Ranking dos concelhos da Área Metropolitana por densidade populacional, em número de habitantes por quilómetro quadrado (hb/km<sup>2</sup>), referente ao ano de 2001, (Baptista e Nunes, 2004, pg.91)*

<sup>3</sup> Os conceitos de *bricolagem* e *fabricação* vão ser trabalhados com maior detalhe no capítulo quatro.

2004, p.90) começa-se a pensar a cidade a uma outra escala e cria-se a Área Metropolitana de Lisboa.

Um dos aspectos a analisar, que decorre desta alteração de cidade para metrópole, diz respeito ao crescimento demográfico acelerado que conquista concelhos e freguesias<sup>4</sup> munindo-os de densidades populacionais elevadas.

### **Densidade Populacional nos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa**

Verifica-se através da imagem 5 as densidades populacionais respectivas aos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa no ano de 2001. Na sua maioria apresentam densidades acima dos 1000 hab/km<sup>2</sup>, o que os enquadra no contexto problemático semelhante ao de grandes cidades europeias (Baptista e Nunes, 2004, p.91). A análise por concelho permite distinguir os grandes agrupamentos residências de elevada densidade destacando-se a Amadora com uma densidade superior à de Lisboa, mais de 7000 hab/km<sup>2</sup> e mais de 6500 hab/km<sup>2</sup> respectivamente. O que significa que o “corredor de expansão Lisboa-Amadora-Sintra estende-se como *continuidade natural* da própria cidade de Lisboa” (Baptista e Nunes, 2004, p.91) concebendo uma área de grande densidade. Outros corredores deixam-se também identificar, como é o caso de Lisboa-Oeiras-Cascais ou para sul, Almada-Seixal-Barreiro-Moita, igualmente identificado pelos autores.

Na fase inicial deste primeiro capítulo referi que uma das hipóteses que coloquei para o aparecimento das marquises seria a densidade populacional. De acordo o que foi agora apresentado, verifica-se que Lisboa e alguns dos seus concelhos contíguos apresentam índices elevados de densidade populacional o que poderá justificar que os residentes tenham investido no espaço doméstico, lutando pelo espaço urbano. O facto que se segue é curioso.

---

<sup>4</sup> Iremos no capítulo seguinte verificar como a freguesia de Campo de Ourique se comporta em termos de densidade populacional relativamente ao concelho de Lisboa.

É de relevar que nos quatros primeiros concelhos com maior densidade populacional, encontram-se três – Amadora, Lisboa e Oeiras – onde encontrei campanhas de sensibilização para a regularização de marquises construídas ilegalmente, e políticas de requalificação urbana que identificavam a marquise como um problema e legal, e que portanto, investiram (vamos perceber mais à frente que com pouco sucesso) recursos humanos, financeiros e jurídicos para combater o volume de marquises não regularizadas pela Câmara Municipal. Não descobri outros concelhos que tiveram ou têm efectivamente programas semelhantes, no entanto não excludo essa possibilidade. Pois, perante a evidência do peso demográfico que outros concelhos apresentam é plausível que outros programas tenham existido, e se não os houve, parece-me justo colocar a hipótese de se não haverá também, por exemplo em Odivelas ou alguns concelhos da margem sul, devido à densa malha residencial, um elevado número de marquises.

Esta nova característica de Lisboa enquanto metrópole à procura do seu lugar no contexto mundial, exteriorizando-se para o palco internacional enquanto cidade capaz de reagir aos novos contextos, é acompanhada também por “uma implosão (de interioridade), que ameaça seriamente os ritmos e fluxos que caracterizavam a vida quotidiana dos urbanitas.” (Baptista e Nunes, 2004, p.93), que se verifica, por exemplo na reivindicação de espaço e nos seus conflitos associados. Isto porque a percepção ou até mesmo a abertura para a mudança, bem como os mecanismos de fomento à adaptação geram sentimentos de segurança e desconforto. Como Baptista e Nunes (2004, p.93) explicam “Os moradores das cidades vêem-se submetidos a novas formas de convivência, resultado da presença de novos actores sociais que aparecem na cena urbana, à alteração dos espaços físico e a novas formas urbanísticas, resultado da intervenção dos poderes públicos e privados na vida dos lugares.”

Nesta lógica os residentes mais antigos confrontam-se com uma perda de referência quer a nível dos laços sociais, quer dos locais físicos, que derivam da substituição dos antigos edifícios por edifícios modernos com outras finalidades, como lojas ou sucursais, ou até mesmo a substituição de

praças por novos arruamentos, amiúde com a reestruturação das tradicionais formas de comércio por modelos de compra mais impessoais das grandes superfícies. “A densidade das relações quotidianas entre os moradores dessa infinidade de microuniversos que se albergam no interior de qualquer grande cidade é agora confrontada com uma mobilidade residencial crescente e com uma tendência acelerada para a individualização e para a privacidade.” (Baptista e Nunes, 2004, p.93).

## **1.2. Factores Construtivos – O Betão**

### Problematização

Relativamente aos factores construtivos e a sua relação entre o fecho de varandas, a arquitectura e os seus materiais constituintes, pretendo aqui problematizar se o avanço tecnológico na construção contribuiu de alguma forma para o aparecimento e massificação das marquises.

Neste sentido seria portanto interessante verificar se existem estilos arquitectónicos específicos, ou modelos de construção, que funcionem como vectores explicativos. É certo que por si só a arquitectura não explica quantitativamente um maior ou menor grau de incidência de amarquisados, no entanto a forma de construir poderá ser vista como uma plataforma potenciadora para a decisão de quem habita, de construir ou não uma marquise.

Seria portanto do interesse da investigação perceber se há ou não tipos de prédios com maior ou menor ocorrência de marquises. Discuto portanto a introdução do betão armado na construção civil portuguesa como um elemento estruturante que poderá ter influenciado o fechamento de varandas.

Relativamente a este ponto, teria sido interessante analisar a questão da dimensão tipo das habitações, nomeadamente no que toca ao número de assoalhadas, metros quadrados por fogo e outras tendências de construção. No entanto esta questão é de difícil análise pela simples razão da falta de dados empíricos acerca das casas que incluem marquise. Especulo que numa

fase inicial a marquise tivesse aparecido em primeiro lugar nas casas de menor dimensão, mas que posteriormente se terá propagado mesmo para casas de maior dimensão, oscilando entre uma necessidade concreta de mais espaço e uma construção simbólica do adequado.

### **1.2.1. A importância do betão armado**

Que veículos possibilitaram o aparecimento das marquises? Neste capítulo a minha resposta é baseada nos factores construtivos, essencialmente via materiais, e via modelo arquitectónico utilizado. Estes dois factores de ordem externa ao indivíduo compõem a primeira fase de investigação, uma vez que sem uma estrutura do edificado que permita, ou melhor, que apresente as condições necessárias para o fechamento das varandas, as marquises não seriam possíveis, como é o caso de prédios sem varandas, prédios com varanda francesa, ou prédios de arquitectura pombalina com varandas de 1-2m<sup>2</sup> onde a estrutura onde assenta a varanda é frágil e suporta pouco peso. O factor de ordem construtivo é portanto determinante como vector possibilitador de construção de marquises na cidade Lisboa, mas não é decisivo como iremos perceber mais à frente.

Para iniciar a problematização do fecho das varandas vou começar por apresentar o betão, que dá forma ao objecto de análise e o sustenta, no sentido analítico e literal do termo. Dá-lhe forma, por um lado, na medida em que é através dos materiais constitutivos do edificado que possibilitam a sua materialização no tempo e no espaço, e sustenta, por outro, através das estratégias arquitectónicas escolhidas para o desenvolvimento da cidade de Lisboa que dão forma à nova forma de construir.

Os anos 30 marcam um momento do antes e do depois na história da Arquitectura portuguesa, onde o uso intensivo do betão surge como um dos elementos que mais contribuiu para a mudança de paradigma das novas construções. Portugal apropria-se deste material especialmente a partir de 1894, momento em que se iniciara a indústria do betão com a Fábrica de

Cimento Tejo em Alhandra e em 1918 é publicado primeiro *Regulamento do Betão Armado*, revisto mais tarde em 1935 (Acciaiuoli, 2015, p.436)

O betão é um dos materiais actualmente mais utilizados na construção civil, sobretudo como elemento estrutural. Este material é composto por uma mistura de cimento, areia, água, aditivos e pedra. Existem duas formas de utilizar o betão, uma na sua forma composta simples, e armado, o betão-armado, que se faz incorporar de uma rede metálica conferindo-lhe maior resistência.<sup>5</sup>

Foi no início do séc. XX que se começou realmente a compreender o funcionamento e possibilidades do betão armado, e como tal inicia-se o desenvolvimento em massa da sua produção e utilização para construção.<sup>6</sup> A tabela 1 apresenta os edifícios construídos na Área Metropolitana de Lisboa por época de construção e principais materiais utilizados. Como se pode verificar, o betão armado, enquanto material de construção, aparece a partir de 1919.

**Tabela 1 – Edifícios, segundo a época de construção, por principais materiais usados na construção – volume em coluna**

Zona Geográfica	Época de construção						
	Total	antes de 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990
<b>Principais materiais utilizados na construção</b>							
<b>Lisboa (NUTS II)</b>							
Tipo de estrutura da construção	448957	22297	28955	54006	59963	83916	71920
Betão armado	292978	0	7502	26405	39895	61042	55562
Paredes de alvenaria com placa	97116	0	8236	17305	14901	19604	14530
Paredes de alvenaria, sem placa	48138	18390	10739	8856	4538	2639	1329
Paredes de alvenaria de pedra solta ou de adobe	7663	3419	2144	1109	438	196	120
Outros	3062	488	334	331	191	435	379

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2011.

---

<sup>5</sup> <http://www.arquiteturaportuguesa.pt/betao/>

<sup>6</sup> Para melhor compreender a história do betão consultar: Júlio Appellton – *Construções em Betão – Nota histórica sobre a sua evolução*, s.d., s.e.

Em Portugal a partir dos anos 20 e 30 o betão assume um papel central na geração de arquitectos modernistas, essencialmente devido às suas possibilidades estruturais e plásticas, não só para a construção de prédios mas também, pontes, pavimentos, etc. Após a 2ª Grande Guerra o betão veio estabelecer-se como material estrutural da composição arquitectónica pelo seu fácil tratamento, de utilização rápida e barata, passando a ser bem aceite na comunidade dos arquitectos.<sup>7</sup> Entre 1946-1960 o número de edifícios construídos em betão armado triplica, passando de 7502 em 1919-1945 para 26405.

Nos anos 50 o betão armado já não se cingia particularmente às grandes obras públicas, invadiu todas as áreas da construção civil, podendo-se afirmar que este novo material se generalizou na construção reduzindo em larga escala a utilização de alvenaria, aço e madeira.<sup>8</sup> Com o aumento da técnica e da tecnologia promoveu-se a diversificação dos tipos de prédios construídos e os materiais utilizados. A entrada nos anos 60 veio diversificar a utilização do betão armado, e os modelos construtivos com uma maior variedade de edifícios construídos em termos de altura e de porte. A tabela 2 apresenta os edifícios construídos na Área Metropolitana de Lisboa segundo o número de pisos e época de construção.

**Tabela 2 - Edifícios, segundo o número de pisos, por época de construção - volume em coluna**

Zona Geográfica	Edifícios segundo o número de pisos							
Época de construção	Total	1 piso	2 pisos	3 pisos	4 pisos	5 pisos	6 pisos	7 ou mais pisos
<b>Lisboa (NUTS II)</b>	448957	159072	150078	52804	36331	20659	10668	19345
Até 1919	22297	10123	5719	2924	2135	1396	0	0
1919 - 1945	28955	15046	6433	2949	2218	1222	791	296
1946 - 1960	54006	24658	14245	5535	4913	2492	958	1205
1961 - 1970	59963	25631	15299	5614	6519	3192	1413	2295
1971 - 1980	83916	33727	26180	7492	6650	4155	1755	3957
1981 - 1990	71920	23832	28240	7899	4256	2803	1734	3156
1991 - 1995	32031	9277	12943	3679	2122	1233	899	1878
1996 - 2000	35452	7530	14052	5185	2889	1646	1379	2771

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2011.

<sup>7</sup> <http://www.arquiteturaportuguesa.pt/betao/>

<sup>8</sup> Ana Tostões – *Construção moderna: as grandes mudanças do século XX*, pg.19

Pode-se verificar que, concomitantemente com a entrada do betão na construção à habitação se iniciou também a construção de prédios com seis, sete ou mais andares. Até à data de 1919 não existia qualquer prédio com esta dimensão, sendo que entre 1946-1960 o ritmo de construção de edifícios com sete ou mais andares aumentou dez vezes (1205) comparativamente com o período de 1919-1945 (296), continuando o valor a crescer até 1980, onde se registavam 3957 prédios construídos com sete ou mais andares.

Não por acaso é conhecido este período pelo elevado grau de experimentalismo, como refere Tostões (1997, p.76) acerca de alguns projectos levados a cabo em Lisboa que são “o laboratório definitivo da arquitectura e da cultura arquitectónica moderna em Lisboa”. Naturalmente surgem correntes filosóficas relativas ao planeamento urbano, através das concepções racionalista e funcionalistas, na discussão das estruturas arquitectónicas de suporte, no entanto, é necessário ter em mente que o foco é a entrada de uma nova forma de construir varandas que me interessa, mais profunda e mais extensa, com capacidade para aguentar mais peso, o que indirectamente deu a possibilidade aos seus moradores de reinterpretarem a utilização desse espaço.

### Conclusão

Depois desta introdução básica ao aparecimento do betão em Portugal, é possível concluir uma sequência lógica de acontecimentos que vieram potenciar o aparecimento de marquises. Numa primeira fase com o aumento da tecnologia e da técnica foi possível começar a utilizar este material. Como verificamos anteriormente através do alargamento de Lisboa para as suas zonas contíguas e com aumento populacional na Grande Lisboa foi necessário construir mais e mais rápido. O betão possibilita então construir prédios maiores em altura e porte, o que significa um maior número de andares, e consequentemente mais habitações. Uma outra questão relativamente ao betão revela a possibilidade de extensão da varanda passando esta a ser mais

larga e mais profunda. Nesta articulação de condições tanto tecnológicas como urbanas, verificam-se varandas mais profundas e que suportam mais peso promovendo a possibilidade de construção nesse local. Em resumo, temos mais prédios, mais andares e varandas em maior número e dimensão.

### **1.3. Casa Própria – acesso ao crédito**

#### Problematização

Este capítulo nasce na sequência de uma entrevista que foi realizada em Campo de Ourique onde a entrevistada afirma que no tempo dos seus pais a maior parte das pessoas não tinha casa própria, “O ter casa própria começou mais tarde e claro as pessoas tendo casa própria têm mais liberdade para fazer essas coisas” (Entrevista 5, 15.50min), isto porque, como prossegue “ninguém vai fazer uma obra às suas despesas para depois ficar para o senhorio” (Entrevista 5, 16.25min). Nesta sequência resolvi pesquisar a partir de que década se iniciou a mudança de paradigma no acesso à propriedade residencial, através da passagem de uma *cidade de inquilinos* para uma *cidade de proprietários ocupantes* (Nunes, 2011).

A questão me que interessava ver esclarecida é se o aumento dos proprietários ocupantes coincidiria com o momento em que se especula terem aparecido as marquises, que seria entre os anos 70 e 80.

#### **1.3.1. Anos 50**

A década de 60 não está associada a nenhuma mudança significativa dos estatutos de ocupação do alojamento em Lisboa, nem nos seus conselhos limítrofes (Nunes, 2011, p.119). Como diz Nunes “constata-se que Lisboa e os seus núcleos suburbanos são territórios do inquilinato”, onde os agregados domésticos que arrendavam a sua habitação rondava os 80%. Importa portanto reter que durante esta década, e contando também com a anterior, há uma relação forte entre inquilinos e senhorios, como diz Nunes (2011, p.121) “os dados relativos aos anos de 1950 e de 1960 são reveladores de que a *cidade de inquilinos* se encontrava intimamente relacionada com a *cidade de*

senhorios.”. A tabela 3 permite precisamente verificar a afirmação de Nunes, ao assinalar os agregados domésticos com alojamento em prédios segundo a forma de ocupação.

**Tabela 3 - Agregados domésticos com alojamento em prédio, segundo a forma de ocupação, em Lisboa e nos concelhos limítrofes (1960) – percentagem em linha**

Agregados domésticos residentes em*	Em alojamento	
	Próprio	Arrendado
Lisboa	2,8	92,2
Cascais	18,8	74,5
Loures	11,5	83,9
Oeiras	6,2	89,8
Sintra	22,2	69,5
	(...)	

\* INE, *Recenseamento Geral da População*, 1960

Fonte: Nunes, 2011, p.119

### 1.3.2. Anos 60

No ano de 1970 decorreu o *XI Recenseamento da População* conjuntamente com o *1º Recenseamento da Habitação*, que tinha entre umas das suas funções estabelecer uma relação entre a população e o parque habitacional. Com a junção informativa destes dois recenseamentos foi possível analisar os dados relativos ao estatuto da ocupação do alojamento à escala do distrito.

Seria de esperar que se encontrasse uma percentagem maior de proprietários ocupantes uma vez que a escala de análise aumentou para territórios ruralizados que circundavam a cidade de Lisboa, no entanto a tabela 4 compreende uma informação detalhada sobre os modelos de ocupação do alojamento.

**Tabela 4 - Famílias, segundo alojamento clássico e formas de ocupação no distrito de Lisboa em 1970 - percentagem em coluna**

Famílias	Distrito de Lisboa
Ocupando unidades de alojamento clássico	94,9
proprietários	(18,9)
principais locatários	(65,4)
sublocatários	(6,5)
outros ocupantes	(4,1)
(...)	

\* INE, 1º Recenseamento Geral da Habitação, 1960

Fonte: Nunes, 2011, p.127

Apesar do aumento da percentagem de proprietários que habitam a sua própria residência, factor que é importante para a relação que aqui faço entre casa própria e o fechamento das varandas, não deixa de ser também importante referir que “o dispositivo evidencia a permanência de uma *franja não negligenciável da população* cuja relação com os meios de alojamento era precária. Lisboa registava 6% de famílias em regime de sublocação e 4% em habitações do tipo abrigo ou construções insalubres como barracas, celeiros, escritórios etc.

### 1.3.3. Anos 70

O *Recenseamento Geral da População de 1981* sofreu alterações ao nível da classificação estatística, criando-se assim dois grandes hemisférios como diz Nunes (2011, p.129), “o dos *alojamentos familiares ocupados pelo proprietário* e o dos *alojamentos familiares propriedade de um não ocupante* – ou seja, aqueles cuja propriedade é detida por empresas públicas ou privadas, por particulares, pelo Estado, pelas autarquias, Caixa de Previdência ou de cooperativas de habitação. O subuniverso dos alojamentos ocupados pelo proprietário era por sua vez clivado em duas classificações: *alojamentos associados a encargos de compra* e *alojamentos não associados a encargos de compra*.”

O período que sucede a Revolução de Abril de 1974 é determinante para perceber esta alteração na forma de análise dos dados acerca do alojamento, uma vez que esse período ficou marcado por alterações na política

de habitação que se caracteriza pelo reforço da intervenção do Estado, quer na promoção directa, quer nos programas de apoio e de intervenção no solo como diz Nunes citando Fonseca Ferreira (1987). A partir de 1976 muda-se a orientação política e “«uma das primeiras medidas do novo Ministério (Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção) – símbolo muito significativo dos propósitos governamentais – foi a criação de um sistema de crédito à aquisição de casa própria, com juros fortemente bonificados e prazos de amortização dilatados. Tratava-se de relançar a promoção, criando procura solvente através de subsídios do Estado»” (citado em Nunes, 2011, p.129-130).

Através de acções reguladoras via legislação foram-se introduzindo alterações no regime de arrendamento urbano, tanto do lado dos investimentos do Estado e sector público, como também nos sistemas que regulavam o acesso ao crédito para compra de casa própria. A tabela 5, que se segue, mostra o estatuto do proprietário ocupante do alojamento com encargos e sem encargos.

**Tabela 5 - Alojamentos familiares clássico, segundo a forma de ocupação, na Metrópole de Lisboa em 1981 – percentagem em linha**

Concelhos	Proprietário Ocupante		Proprietário Outro
	Com encargos	Sem encargos	Particular/ Empresas
Lisboa	7,1	11,2	64,8
Cascais	14,3	28,6	57,1
Loures	19,8	19,8	55,1
Oeiras	28,7	18,4	50,3
Sintra	25,1	23,7	53,2
V. F. Xira	22,7	20,0	53,2
Amadora	17,1	15,6	65,1
Alcochete	5,8	26,0	63,8
Almada	17,4	20,1	57,2
Barreiro	19,8	16,8	60,3
Moita	19,6	22,3	52,7
Montijo	8,4	33,2	55,0
Seixal	34,5	18,2	44,2

\* INE, *Recenseamento Geral da População*, 1981

Fonte: Nunes, 2011, p.130

É de referir que os alojamentos ocupados pelo proprietário aos quais estavam associados encargos de dívida já representavam valores assinaláveis com por exemplo Oeiras nos 28% e Amadora 17%, dois concelhos que como

se verá no capítulo 5 serão alvo de análise pelo programa que desenvolveram para a legalização das marquises. Lisboa representa o valor mais baixo, na ordem dos 7%.

O crédito era cedido através da análise do perfil do acedente à propriedade, que decorria como diz Bourdieu de uma “«construction de la personne bureaucratiquement définie»” (citado em Nunes, 2011, p.131) e era cedido pela Caixa Geral de Depósitos e pelo Crédito Predial Português. Para efeitos desta análise é pouco importante desenvolver como é constituída a *personalidade burocrática* dos aspirantes a devedores nem a repartição dos créditos concedidos.<sup>9</sup>

É todavia importante expor mais alguns factos introduzidos por Nunes (2011), nomeadamente que em dois terços dos casos o crédito concedido era para a aquisição de um apartamento e 43% das aquisições concentravam-se em Lisboa. Não significa isto que o acesso à propriedade do alojamento tenha decorrido unicamente do suporte de crédito bancário. Os processos de “loteamento ilegal e construção clandestina [...] no território metropolitano da capital” (Nunes, 2011, p.132) desde os anos 60 até inícios dos anos 80 abrangiam um contingente populacional na ordem dos 11% da população que residia na Área Metropolitana de Lisboa em 1981. Como se pode ler “a edificação «clandestina» se desenvolveu em grande medida nas décadas da *morfogénese* da metrópole de Lisboa e constituiu territórios onde graves carências em infra-estruturas, em equipamento e acessos se tronaram rapidamente evidentes” (Nunes, 2011, p.132). É de referir que esta “aura” de construção clandestina que se evidenciou na metrópole entre os anos 60 e 70 poderá de alguma forma ter agido como impulsionador de outras construções ilegais. Admito que para os residentes que fecharam as varandas sem o conhecimento das implicações legais, o que vou dizer não se aplique, no entanto, para aqueles residentes que estavam cientes das obrigações legais a cumprir e não o fizeram, o volume de edificações «clandestinas» em áreas

---

<sup>9</sup> No capítulo *Duas vias de acesso à «casa própria»* em Nunes (2011) o autor introduz mais detalhadamente estes dois pontos.

urbanas e suburbanas, pode ter orientado o descuido premeditado na construção de uma marquise.

#### 1.3.4. Anos 80-90

Durante a década de 80 os alojamentos que eram ocupados pelo proprietário, independentemente de terem ou não encargos de dívida cresceram em termos de proporção em todo o território metrópole de Lisboa. Como se pode ver na tabela 6, os alojamentos que estão associados a encargos de dívida subiram mais de 10% em todos os concelhos, exceptuando dois, um deles é Lisboa, “já os alojamentos propriedade de um ocupante sem encargos de dívida apresenta, em cada concelho, valores regra geral superiores a um quarto do total de alojamentos familiares ocupados.” (Nunes, 2011, p.133) Significa isto que é 1991, exceptuando Lisboa e Alcochete, “o estatuto de ocupação do alojamento maioritário era já o regime da propriedade ocupante.” (Nunes, 2011, p.133), como se pode conferir na tabela 6 que coloca em relação os alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação para a Metrópole de Lisboa em 1991.

**Tabela 6 - Alojamentos familiares clássico, segundo a forma de ocupação, na Metrópole de Lisboa em 1991 – percentagem em linha**

Concelhos	Proprietário Ocupante		Proprietário Outro	(...)
	Com encargos	Sem encargos	Particular/ Empresas	
Lisboa	10,8	23,0	49,4	
Cascais	22,5	36,1	37,0	
Loures	26,8	30,3	39,8	
Oeiras	31,4	31,2	34,0	
Sintra	36,2	29,8	31,2	
V. F. Xira	38,0	24,6	33,6	
Amadora	31,3	29,0	37,1	
Alcochete	16,1	32,2	47,7	
Almada	26,4	27,2	37,8	
Barreiro	32,6	26,1	38,1	
Moita	39,4	24,2	31,0	
Montijo	19,7	49,8	21,8	
Seixal	49,8	25,8	21,8	

\* INE, *Recenseamento Geral da População*, 1991

Fonte: Nunes, 2011, p.134

A introdução deste novo modelo de alojamento é resultado das políticas de habitação orientadas para a aquisição de casa própria que se havia iniciado em 1980, primeiro através de instituições nacionais, o Estado e a banca, que institucionalizaram mecanismos de crédito que facilitavam a aquisição de casa própria, através das 3 instituições de crédito autorizadas que eram o as designadas IEC – Instituições Especiais de Crédito: Caixa Geral de Depósitos, Montepio Geral, Crédito Predial Português. (Nunes, 2011, p. 133). Entre 1980 e 1993 apenas estas 3 instituições públicas podiam atribuir empréstimos. Em 1993 o mercado de crédito foi liberalizado e constituem-se infra-estruturas administrativas de suporte entre o sector imobiliário e a concessão de crédito. Com os dados dos *Censos 2001* torna-se ainda clara a intencionalidade e eficácia das políticas de habitação, sendo que exceptuando Lisboa, todos os outros concelhos da metrópole de Lisboa têm valores superiores a dois terços de alojamentos familiares clássicos ocupados pelo proprietário, com ou sem encargos de dívida (Nunes, 2011, p.136), como se pode ler na tabela 7 que apresenta para a Metrópole de Lisboa em 2001 os alojamentos familiares clássicos sob a forma de ocupação.

**Tabela 7 - Alojamentos familiares clássico, a forma de ocupação, na Metrópole de Lisboa em 2001 – percentagem em linha**

Concelhos	Proprietário Ocupante		Proprietário Outro	
	Com encargos	Sem encargos	Particular/ Empresas	
Lisboa	17,6	30,3	34,4	(...)
Cascais	29,6	41,7	21,4	
Loures	27,6	37,3	27,3	
Oeiras	35,7	37,2	18,6	
Sintra	50,0	29,6	16,0	
V. F. Xira	46,4	28,2	19,6	
Amadora	34,5	34,4	24,7	
Odivelas	32,0	37,4	23,9	
Alcochete	36,1	32,9	27,0	
Almada	33,1	35,1	20,7	
Barreiro	40,0	32,9	21,6	
Moita	46,4	29,3	17,2	
Montijo	29,8	40,1	21,8	
Seixal	53,1	32,5	10,8	

\* INE, *Censos*, 2001

Fonte: Nunes, 2011, p.137

A distribuição padronizada dos estatutos de ocupação do alojamento na metrópole de Lisboa ao longo das últimas 5 décadas indica uma clara mudança

do mercado imobiliário. Onde antigamente predominava o mercado de arrendamento, predomina hoje o mercado de compra e venda através dos sistemas de acesso ao crédito para a aquisição de casa própria. “O fortalecimento da lógica de apoio ao crédito pessoal para aquisição de habitação nova criou condições para que sectores sócio-ocupacionais anteriormente excluídos – isto é, tecnicamente insolúveis – pudessem ingressar na procura” (Nunes, 2011, p.139) o que vem confirmar a questão que inicialmente coloquei, tendo em conta a afirmação da entrevistada.

### Conclusão

Significa isto que o acesso a um espaço habitacional próprio, em que o ocupante é o dono, pode ter agido como variável impulsionadora de reinterpretções mais acentuadas do espaço doméstico. A mudança de paradigma na relação com o local onde se habita, passando de um espaço alugado para um espaço próprio, pode ter accionado a disponibilidade de investimento das economias pessoais e/ou familiares na habitação. Os gastos de energia física pessoal e de capital associados a esta despesa passam a ser vistos como um investimento durável nas dinâmicas e experiências habitacionais, e não como investimento efémero na habitação que não é própria. A marquise, enquanto espaço de investimento, pode desta forma estar concomitantemente associada à passagem de uma *cidade de inquilinos* para uma *metrópole de proprietários*. Não introduzi os dados desde 2001 até à data, uma vez que estou interessado em compreender a época do aparecimento das marquises e não a actualidade.

## **1.4. Práticas Culturais dos Portugueses**

### Problematização

Depois de estabelecer como hipótese que o fechamento das varandas pode estar associados a factores de densidade populacional, o estilo arquitectónico e tecnologias construtivas, políticas públicas à habitação através

do acesso ao crédito, quero agora introduzir de forma breve um outro possível factor explicativo. O encerramento das varandas associado à hipótese de uma vontade de aumento da área útil no espaço doméstico poderá estar relacionado com as práticas culturais típicas dos portugueses. Quais serão então as práticas culturais tipo dos portugueses? Serão práticas de exterior ou práticas que se produzem em ambiente doméstico? Mesmo que as práticas de marquise, como local de trabalho, como espaço recreativo (pintura ou leitura) ou contemplativo (observar a rua) só para introduzir algumas práticas que serão abordadas no capítulo 4, não coincidam com as práticas culturais dominantes dos portugueses, especulo que o encerramento da varanda poderia libertar determinados espaços da casa para que as práticas culturais se desenrolem num ambiente de maior conforto.

#### **1.4.1. Práticas de Interior**

As tendências estruturantes direccionam-se para o espaço doméstico dominadas pela concentração nos aparelhos audiovisuais. Especialmente para o conjunto de portugueses menos capitalizados, em grande número os jovens, este conjunto perfaz quase o pleno na ocupação dos tempos livres (Lopes, 2007, p.51). Dentro do espaço doméstico coexistem 3 tipos de práticas culturais: nas práticas do tipo receptivas, canalizadas através dos suportes audiovisuais, englobam o conjunto mais passivo. Temos também as práticas operacionais que giram em torno do *engajamento* amador, como exemplo a leitura. Noutro tipo de práticas tipo, direccionadas para as sociabilidades, entram a recepção de amigos ou familiares, sempre num contexto de intimidade e proximidade geográfica (Lopes, 2007, p.52). Quando falamos de práticas de saída, ainda que rarefeitas, aparece a ida ao cinema por um lado, ainda que nunca como prática consistente, ou por outro em espaços que “prolonguem” o espaço habitacional, através de sociabilidades locais, como idas ao café ou utilização de serviços próximos.

Este modelo cultural torna-se especialmente interessante em termos de reflexão quando pensado no quadro das políticas pessoais adoptadas em termos geográficos do público/privado, do conhecido e do além-fronteiras. A

retracção pessoal torna-se ainda mais acentuada quanto maior for o vínculo matrimonial e profissional. (Lopes, 2007, pg.52). Quer isto dizer que são os estudantes, solteiros e os coabitantes são os que usufruem em maior escala da variedade de práticas culturais disponíveis, contrariamente aos casados e trabalhadores (Lopes, 2007, p.53). Sem querer incorrer numa sobre-interpretação arrisco que os primeiros seriam aqueles que por opção escolheriam ter uma varanda.

### Conclusão

Conforme mencionado no início deste capítulo pretendia compreender se os portugueses teriam mais para práticas culturais de saída ou domésticas, no sentido em que a marquise poderia proporcionar mais um local doméstico para praticar. Não interessava para o caso analisar detalhadamente as razões por detrás deste tipo de comportamentos. Interessa sim compreender que o facto de os portugueses passarem grande parte do tempo recreativo em ambiente doméstico pode agir como um vector explicativo que alicerce a vontade de reorganizar morfologicamente o espaço doméstico. Se os portugueses investem nas práticas culturais mais passivas, que se praticam em casa, torna-se expectável que estes pretendam aumentar os níveis de bem-estar, conforto e segurança do seu espaço privado, tornando-se lógica a hipótese de aperfeiçoamento da experiência doméstica. Aperfeiçoar a habitação significa aproximar a casa daquilo que é tido como *propre*<sup>10</sup> e distancia-la de possíveis inseguranças, em forma de incómodos como o ruído ou o tempo, que poderiam perturbar as dinâmicas das práticas de interior. Neste sentido as práticas culturais podem estar entre um dos alicerces que motivaram a construção da marquise e a sua utilização prática.

---

<sup>10</sup> A ideia de *propre* é trabalhada com maior intensidade no capítulo 4.

## **1.5. Varandas – Aparecimento, Etimologia de Marquise, Público e Privado**

### Problematização

A varanda é hoje em dia um elemento relativamente comum nas habitações portuguesas, retratando assim uma disposição específica da morfologia do espaço doméstico assente nos modelos arquitectónicos que espelham em maior ou menor grau a cultura material e possivelmente simbólica daquilo que é habitar em Portugal. Estando a varanda inserida num certo tipo cultural, esta revela, enquanto objecto analítico, uma expressão de hábitos domésticos que se traduzem nas formas de apropriação que os habitantes desenvolvem em contacto com o espaço. O fato de a varanda hoje em dia se encontrar nas fachadas dos prédios, muito embora, como veremos a seguir, tivesse outros locais, apresenta-se automaticamente como um espaço de “transição entre dois mundos, duas esferas sociais que, na opinião de Da Matta «constituem uma oposição básica»” (Brandão, Martins, s.d.) , mundos estes que representam a casa como espaço privado das relações íntimas e o da rua, que se caracteriza por ser um espaço público de relações impessoais. Para além de poder ser analisada da perspectiva de espaço de transição a varanda também pode ser equacionada como “«um refrescante local de lazer, de estar em família»”(Brandão, Martins, 2007, p.4), o que nos remete para a ideia de que a varanda pertence efectivamente ao espaço privado, e não de transição, que tem como outra função a de arejar tanto a casa como quem nela habita. Esta associação ao clima, torna-se tanto mais pertinente, quando falamos da sua função arquitectónica, mas também por esta última definição estar associada à função da varanda no Brasil, um país que temperaturas médias bastante elevadas.

Apresenta-se então o percurso histórico da dos lugares da varanda e das suas utilizações para tentar perceber de que forma é possível compreender o seu fechamento. De seguida recorro à etimologia da palavra «marquise» em busca de pistas que relacionem a origem da palavra à função que desempenha na habitação. Como se verá a palavra marquise está associada à demarcação de um território limítrofe, o que levanta a questão sobre que tipo de

demarcação territorial poderá simbolizar o fechamento da varanda? Nesta sequência de ideias introduz-se a varanda, como já foi dito acima, como um lugar que se situa entre o público e o privado.

### **1.5.1. Aparecimento**

De acordo com Brandão e Martins (2007), a varanda foi levada para o Brasil através dos portugueses, chegando esta a Portugal por intermédio da cultura moura trazida pelos povos do norte de África e das influências da cultura asiática. Varanda e Alpendre foram termos que nem sempre foram distintos entre si, mas que para Carlos Lemos têm origem no oriente, “o alpendre era uma peça do bangalô, casa rural da Índia que tinha como propriedade oferecer protecção climática. O termo varanda aparece em registros de Vasco da Gama como sendo uma palavra oriental para designar um local de permanência aprazível.” (Brandão, Martins, 2007, p.6). Voltando rapidamente à contemporaneidade parece que para os Lisboetas, as inseguranças em forma de clima e ruído não permitiam que a varanda fosse este local simpático de lazer como é descrito, e portanto uma das razões mais mencionadas em entrevista para o fechamento das varandas.

A influência moura já incorporada na arquitectura portuguesa pode também ser reveladora de alguns resquícios da sua cultura embrenhada ou repescada para a cultura do habitante de Lisboa mais recente. Vários autores fazem referência ao “fechamento em gelosia e muxarabiê”, que são estas galerias mourescas como mostra a imagem, ao estilo das hoje denominadas varandas francesas.

Uma outra pista interessante que Brandão e Martins nos fazem chegar é alusiva aos tempos religiosos, onde “o adro alpendrado era o local dos pecadores, dos que ainda não haviam se convertido para adentrar na presença do Senhor, no templo da casa, a varanda ou o alpendre, era lugar dos estranhos, dos que não tinham intimidade suficiente para participar do convívio da família” (Brandão, Martins, 2007, p.8), ideia que pode interessante em termos simbólicos, uma vez que quer através de autores como Fijalkow ou La

Mache, como veremos a seguir, e das informações recolhidas nas entrevistas as varandas e as marquises, respectivamente, aparecem como local de arrumos, onde se guarda o “lixo” da casa, i.e. os objectos que não têm dignidade suficiente para estar dentro de casa.

As varandas nas moradias brasileiras dos séculos XVI-XVIII tinha o propósito, como já foi brevemente referido, de regular a temperatura do espaço doméstico, mas também “actuava como espaço de descanso, de convívio, de posto de vigília e de filtro da casa, separando a esfera pública da privada.” (Brandão, Martins, 2007, p.9). Tendo em conta que nesta época as casas eram térreas, este espaço-filtro limitava o acesso do visitante estranho, funcionando como barreira física e visual, como filtro que selecciona quem está socialmente apto para transitar do público para o privado.

Na viragem para o século XIX, dá-se uma pequena reviravolta no modo vida, deixam-se notar algumas tendências modernistas e consequentemente operam-se alterações formais e estruturais nas habitações e nas suas gentes. “A janela, na arquitectura é [...] o olho pelo qual o edifício-gente olha e espia para fora da janela no sentido de abertura, podendo ser, no caso, a varanda.” (Jorge citado em Brandão, Martins, 2007, pg.13). Dá se portanto uma pequena reviravolta mental onde a janela ou varanda já não opera somente como local de vigia, mas como espaço intrigante, que suscita a curiosidade de quem espreita para a rua e de que espreita da rua “A ausência dos muxarabiês indica pessoas que querem ver e serem vistas, apontando uma nova atitude, principalmente em relação à mulher.” (Brandão, Martins, 2007, pg.13), a varanda torna-se assim um espaço de exibição.

No século XX com o movimento modernista “a organização do lazer tornava-se mais importante que a organização do trabalho” (Brandão, Martins, 2007, p.16) citação que Brandão vai buscar a Gilberto Freyre, uma vez que o trabalho doméstico não se dá com frequência no espaço do doméstico, mas sim no local de trabalho, especialmente em locais fabris. A própria casa é marcada por esse contexto industrial e a moradia brasileira torna-se morfológicamente mais racional. Nas casas burguesas “novos critérios de circulação dentro da casa [...] (que) havia de proporcionar total independência

entre as zonas da casa: as áreas de estar, repouso e a do serviço [...]” (Lemos citado em Brandão, Martins, 2007, p.16) que influenciaram o planeamento das casas de classe média. Outra grande influência veio de Inglaterra como forma de solucionar alguns dos problemas da industrialização através dos *bairros-jardim* onde na “casa ecléctica pela existência dos jardins laterais, já conhecidos do período neoclássico, e do jardim de inverno; ambiente fechado com esquadrias de vidro, onde, “nas regiões de clima quente, localizavam-se ali, normalmente, as varandas de uso familiar” (Reis Filho citado em Brandão, Martins, 2007, p.17). As décadas seguintes influenciadas fortemente pelo avanço tecnológico, pela invenção e utilização do betão armado provocam a verticalização dos modelos habitacionais, i.e. nascem os prédios e os apartamentos. Esta verticalização não dá como terminada a execução da varanda no plano arquitectónico, como diz Nestor Goulart citado por Brandão e Martins, “internamente procurava-se por todos os meios, repetir as soluções de plantas e saletas e mesmo amplos alpendres, de modo a oferecer aos habitantes uma reprodução de seus ambientes de origem” (Brandão, Martins, 2007, p.17). É precisamente na sequência desta ideia de Goulart que problematizo mais à frente no capítulo referente ao imaginário, a importância da herança dos pátios e da casa individual no fechamento das varandas.

A varanda, devido à verticalização da estrutura habitável, perde a sua função de filtragem daqueles que são ou não permitidos a entrar no espaço íntimo, no entanto continua a suportar outras funções práticas e/ou simbólicas, dependendo da sua morfologia. Funcionam como estabilizadores climatéricos e acústicos, como local de lazer, de contemplação e como zona de fronteira entre o espaço público e privado.

### **1.5.2. Etimologia**

Depois de introduzidas algumas noções base sobre o aparecimento das varandas, uma vez que sem elas não seria possível encontrar o objecto aqui estudado, a marquise, e ter problematizado algumas das questões associadas a esse mesmo espaço, convém agora definir o objecto marquise.

A palavra *marquise* vem do francês *marquise* que significa marquesa “mulher ou viúva de marquês, ou senhora que tem marquesado” (Machado, 1981). Marquesa é também sinónimo de alpendre, que cobre e dá abrigo numa estação de caminho-de-ferro, que remete portanto para uma cobertura protectora. Desta primeira informação podemos portanto retirar uma pequena informação que é a *marquise* como local protector, que abriga quem dele se faz utilizar. Hoje é dia em dia, na linguagem quotidiana do senso comum quer também dizer “Pequena construção envidraçada, saliente de construção maior, geralmente nas traseiras para defender das chuvas e dos ventos, geralmente designada pelo francesismo *marquise*” (Machado, 1981). Curiosamente nesta descrição de *marquise* a ideia de local de abrigo toma forma, protegendo os habitantes das condições climatéricas, questão que é amplamente abordada pelos entrevistados, a par da protecção contra os ruídos citadinos. Exerce a *marquise* portanto a forma de uma camada protectora.

A palavra *marquise* está portanto associado a marquesa e por conseguinte, associada também a marquês que é um “Comandante militar a quem era confinada na Idade Média a guarda ou marcas ou fronteiras de um Estado” (Machado, 1981). No entanto, apesar de lhe ser atribuído a posição de salvaguardar a fronteira do seu país, este título da nobreza distingue-se ligeiramente dos demais no sentido em que “(*marqui* a pris un sens *légèrement* défavorable que n’ont pas les autres titres de noblesse)” (Machado, 1977) , é um título inferior, menos distinto da nobreza. Esta questão é analiticamente interessante se associarmos o espaço *marquise* a um local menos nobre do espaço doméstico, onde se guarda aquilo que não tem o valor suficiente para ser depositado noutros espaços da casa. A primeira citação deste parágrafo é também ele de extrema importância analítica, uma vez que o papel específico deste comandante militar é o de guardar as zonas fronteiriças de um estado. As zonas de fronteiras remetem automaticamente para o debate sobre o território e sobre os espaços limítrofes desse mesmo território, o que por outras palavras, transpondo para um espaço micro como o doméstico, indica, como já foi abordado acima e será discutido mais aprofundadamente mais à frente, uma barreira entre o espaço privado, mais intimista, e o espaço público, de carácter impessoal. A palavra marquês, segundo Machado pode

também ser um derivado do germânico *marka* onde “No séc XV aparece-me *marca* «fronteira, confrontação»” (Machado, 1977), que vêm mais uma vez dar força à noção territorial.

Quer isto dizer que através da etimologia da palavra *marquise* podemos identificar três indícios de problemáticas maiores em torno do objecto, que cronologicamente ao texto são; cobertura, algo que protege; zona de fronteira, delimitação territorial e algo que é menos nobre em relação ao restante.

### **1.5.3. Público e Privado**

Assumindo a varanda como um espaço de transição entre estas duas esferas sociais que são o público e o privado introduzo algumas questões de ordem fenomenológica para iniciar este debate. Brandão, recorrendo ao trabalho de Pallasmaa afirma que a varanda faz parte “«dos sentimentos primordiais gerados pela arquitectura [...] (que é o de) entrar na casa, atravessar a porta, cruzar a fronteira entre exterior e interior»” (Brandão, Martins, s.d., s.p.) o que levanta imediatamente esta dupla intencionalidade criada pela habitação entre o estar dentro e estar fora.

A sensação de privacidade, como referem as autoras citando Rybczynski, não nasce com o indivíduo, ela é construída e surge associada ao sentimento de intimidade: “«Antes que a consciência humana entendesse a casa como o centro da vida familiar, precisava-se da sensação de privacidade e intimidade que não eram possíveis no salão medieval»” (Brandão, Martins, s.d., s.p.), portanto o espaço privado remete irremediavelmente para um espaço de intimidade e privacidade. Este sentimento, segundo Brandão e Martins (s.d., s.p.) não existia na antiguidade uma vez que “as pessoas não tinham uma forte consciência de si” e como tal não necessitavam por exemplo de ter um quarto, não reclamavam espaços para si, nem como seus. A apropriação dos indivíduos da sua vida privada revela uma emergência na consciência humana que era “o surgimento do mundo interno do indivíduo, do próprio ser e da família.” (Brandão, Martins, s.d., s.p.).

Na visão fenomenológica o espaço que é habitado, onde se interage com um grau elevado de intimidade torna-se um lugar e portanto os quadros representacionais dos indivíduos passam assimilar o espaço doméstico como a sua casa: “a idéia de lugar diferencia-se da de espaço pela presença da experiência. Lugar está relacionado com o processo fenomenológico da percepção e da experiência do mundo por parte do corpo humano.” (Brandão, Martins, s.d., s.p.).

A casa aparece portanto como sinónimo intimidade, de segurança, de tranquilidade, “na velha morada, na casa natal, que na casa das ruas que só de passagem habitamos” (Brandão, Martins, s.d., s.p.). O sentimento de território protegido coloca a casa neste pedestal simbólico do espaço privado, opondo-se física e simbolicamente ao espaço público das colectividades.

### Conclusão

A varanda enquanto espaço de transição opera como mediador deste dois espaços, accionando a possibilidade de encontro e de diálogo entre mundos opostos, no entanto “essa posição faz dela também um elo perdido, pois, nessa sua condição, a varanda não é nem espaço privado, nem espaço público ou, dependendo do ponto de vista, ela é tanto um quanto outro” (Brandão, Martins, s.d., s.p.) pertencendo tanto à fachada do prédio como à rua. Como afirmam Brandão e Martins citando Hertzberger “a fronteira entre o público e o privado é deslocada e [...] pelo menos do ponto de vista espacial, o domínio privado se torna publicamente mais acessível” (Brandão, Martins, s.d., s.p.). Nesta lógica, e como veremos mais à frente a varanda é para muitos habitantes um espaço incompreendido, o fechamento das varandas, pode ter operado como momento de resignificação do espaço, através da sua incorporação e apropriação para o espaço privado.

## **1.6. Campo de Ourique**

### Problematização

Resolvi escolher como terreno de análise a freguesia de Campo de Ourique. Esta escolha deveu-se ao facto de Campo de Ourique ser o local onde habito e como tal, através dos caminhos do quotidiano observei que esta freguesia estava repleta de material para análise. A decisão por Campo de Ourique foi também estratégica, no sentido em que ao ser morador a minha aproximação aos outros moradores poderia ser facilitada através da empatia de vizinhança. Noutro sentido também, importaria verificar se algumas das hipóteses que coloquei e que já fiz referência, como por exemplo a densidade populacional ou os factores construtivos, se manifestam nesta freguesia. Como se comporta Campo de Ourique em termos de densidade dos seus habitantes? Quando se terá iniciado a construção de edifícios em betão?

#### **1.6.1. Configuração socio-espacial**

O bairro de Campo de Ourique localiza-se geograficamente no extremo ocidental do concelho de Lisboa, situado numa colina que se inicia a norte nas Amoreiras, a este em Campolide, e a sudoeste pelo Cemitério dos Prazeres. Em 1763 já se alojara na agora Rua Ferreira Borges um quartel, e com as consequentes alterações ao espaço em 1812 abriu-se a grande Parada, um foco de desenvolvimento que influenciou os arruamentos e edifícios que se vieram a construir. O ainda não bairro à época, chamemos-lhe “sítio” (Acciaiuoli, 2015), começou por ter um quartel, onde se alojavam tropas e guardavam equipamentos, “continuou a expandir essa sua vocação inicial de recolhimento albergando, pouco tempo depois, um cemitério no seu perímetro e, por fim, um bairro (Acciaiuoli, 2015, p. 334). Como refere a autora, embora parecendo que estes espaços tenham significados distintos, na verdade desempenha funções similares “Para todos os efeitos, o estatuto de cada um liga-se à morada, dos vivos ou dos mortos, e ao modo como ela se organiza em espaço comuns” (Acciaiuoli, 2015, p. 334). Dando seguimento a este ideal local de morada, de bairro, foram-se então construindo em Campo de Ourique

habitações multifamiliares para as classes trabalhadoras e para as camadas mais pobres da classe média. Estes bairros localizavam-se perto de zonas industriais ou em zonas que para onde a cidade se começava a expandir. “Os primeiros edifícios deste tipo foram construídos em 1880 pela sociedade Silva, Lopes, Esteves & C.<sup>a</sup>, que construiu quatro pequenos prédios de habitação, com um total de 36 apartamentos, em Campo de Ourique, um novo bairro residencial, com uma população híbrida, que então se começava a desenvolver.” (Teixeira, 1992, pg.70). No entanto, Augusto César dos Santos, responsável pelo planeamento do bairro, redefiniu a proposta mais abrangente da empresa e dotou-a de uma outra ambição. “Em vez do alinhamento dos oito prédios e de um conjunto de casas abarracadas, traçou oito ruas novas, entre as já existentes, ou seja, entre a Rua do Campo da Parada e a Rua do Cemitério Ocidental, optou por uma malha contínua de quarteirões e desviou para a periferia os grandes eixos de circulação.” (Acciaioli, 2015, p. 336-337). Com esta estratégia conseguiu que em vez de criar um espaço como local facilitador de comunicação entre as construções que haviam sido definidas pela empresa, traçou um novo bairro. Actualmente esta freguesia está muito bem conectada, através das vias rápidas do eixo norte-sul, A5, Avenida de Ceuta e a Rua do Sol ao Rato que liga o bairro facilmente à baixa pombalina.

Campo de Ourique é hoje uma freguesia pertencente ao concelho de Lisboa criada através da reorganização administrativa de Lisboa no ano de 2012 aprovada pela Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro, que entrou em vigor após as eleições autárquicas de 2013. Anteriormente, o espaço agora fundido em Campo de Ourique, era composto pelas freguesias de Santo Condestável e Santa Isabel. Reúne um grande património que vai desde a Igreja do Santo Condestável ao Mercado, passando pelo Jardim da Parada e um cinema agora fechado, o Cinema Europa que foi fundamental para o reconhecimento social do bairro. Para além deste património Campo de Ourique também foi habitado por grandes personalidades como Fernando Pessoa, Luís de Sttau Monteiro entre outros cantores e desportistas.

Relativamente à população, de acordo com os Censos de 2011 esta freguesia alberga 22 mil habitantes em aproximadamente 23mil alojamentos

numa área de 1,65km<sup>2</sup> o que perfaz uma densidade de 14mil hab/km<sup>2</sup>, o dobro da densidade de Lisboa (Carvalho, 2014). É curioso verificar que Campo de Ourique comparativamente com Lisboa tem mais do dobro da densidade populacional. Quando comparados ao nível de concelho, Lisboa está imediatamente atrás da Amadora, com cerca 6600 hab/km<sup>2</sup> e 7300 hab/km<sup>2</sup>, respectivamente e dois lugares à frente de Oeiras com cerca de 3500 hab/km<sup>2</sup>.

### **1.6.2. Limites reais e imaginários**

Um bairro pode ser identificado a partir das suas características físicas individuais que lhe moldam o espaço. Pode ser central ou periférico, histórico ou recente, ou eventualmente até delimitado por um curso de água ou linhas férreas, ou uma empresa que marque o seu tecido urbano. Seguindo este raciocínio de Grafmeyer (2007), quando a clareza dos contornos se conjuga com originalidade arquitectónica, monumentos ou equipamentos locais, a identidade deixa-se mais facilmente impor sobre os seus habitantes, qualificando quem la mora, o que se faz e como vivem. “mais elle laisse ouverte la question des limites qui séparent tel ou tel quartier de ceux qui lui sont contigus.” (Grafmeyer, 2007)

Até à data da reorganização administrativa, Campo de Ourique indicava apenas o nome do bairro, onde os limites geográficos faziam parte do imaginário dos cidadãos e do sentimento de pertença e identidade. No fundo esta hoje freguesia tem um forte peso no imaginário da população, é um bairro com “vida própria”, fortemente ligada ao comércio e aos serviços o que promove a vida residencial, apontada no discurso de rua em conversas informais que tive oportunidade ter com alguns moradores como a zona de Lisboa que reúne as melhores condições de vida.

Como relatam Firmino da Costa e Graça Cordeiro (1999), Lisboa tem sido descrita e caracterizada como uma *cidade de bairros*. Neste artigo, os autores introduzem comparativamente dois bairros emblemáticos Lisboa – Alfama e Bica – no entanto a partir das observações que estes fazem, algumas

delas deixam-se espelhar noutros bairros da capital, como é o caso de Campo de Ourique.

Assim, seguindo Firmino da Costa e Graça Cordeiro relativamente aos limites dos bairros, na sua existência local as fronteiras não são territorialmente estáveis. Os seus limites pertencem “exclusivamente, ao domínio da tradição oral, já que a menor divisão administrativa e política do território português, rural e urbano, corresponde à freguesia, o que, nas áreas urbanas, não tem, em geral, transposição saliente no plano social e das identidades colectivas.” (Cordeiro e Costa 1999, p. 60). No caso específico de Campo de Ourique temos uma situação semelhante, isto é, o bairro não existia até à reorganização administrativa de 2012, existia apenas no plano oral, e as fronteiras eram estabelecidas no imaginário daqueles que lá diziam morar, e no daquelas que sabiam que lá não moravam, mas também daqueles que moravam nas zonas limítrofes do bairro, mas que dizem lá morar. Campo de Ourique não padece deste problema da pequena dimensão, sofria sim por ser um conjunto alargado de lugares, a junção de duas freguesias e para alguns mais umas quantas zonas.

Em termos de envolvimento simbólico com o bairro deixa-se notar um certo enraizamento identitário, que na minha perspectiva se revela de duas formas: por um lado temos os moradores de longa data que desempenham o papel de emblema histórico ao bairro e que lhe dão um certo grau de autenticidade bairrista, como por exemplo os jogadores de cartas do Jardim da Parada, e por outro temos os novos moradores, que vêm à procura desta experiência de bairro, constituídos por jovens, e por casais também eles jovens na maior parte já pais, que se fazem notar nas ruas e pela quantidade de lojas que vendem artigos para crianças e recém-nascidos. Enquanto morador denoto uma sobreposição de culturas, mas que poucas vezes se entrecruzam entre si, partilham os mesmos lugares; dando continuidade ao exemplo anterior, jovens e idosos partilham o Jardim da Parada mas sem se comunicarem. Ao invés de uma troca cultural expressiva, temos um sentimento de prazer que nos reporta para uma construção imaginária do que é pertencer a um bairro, mas como se fosse cada um por si espectador e participante.

### 1.6.3. Construção em Campo de Ourique

Poderia ter escolhido para a recolha de dados empíricos outra freguesia, que não esta, nomeadamente freguesias ou zonas que a *olho nu* evidenciem uma maior prevalência de marquises na fachada dos edifícios. Campo de Ourique é o meu local de residência, como tal, a proximidade e o conhecimento do terreno são vantagens que, caso tivesse seleccionado outro local poderiam ter posto em causa a exequibilidade do trabalho, quer pelas constantes deslocações que iriam ser necessárias, quer pela falta do factor de “vizinhança” que se veio a mostrar importante no momento das entrevistas. Outra questão tem que ver com o tipo de análise a que me propus. Sendo este trabalho uma análise qualitativa acerca do fenómeno das “marquises”, e não um trabalho extensivo e sistemático sobre o fenómeno das marquises, Campo de Ourique apresenta uma proliferação de marquises mais do que suficiente para esta análise.

Tendo anteriormente analisado, no capítulo referente aos factores construtivos, a evolução diacrónica da utilização do betão como material que veio ganhar peso na construção habitacional, introduzo aqui a tabela 8, sobre a utilização deste material, e de outros, na freguesia de Campo de Ourique.

**Tabela 8 - Edifícios, segundo a época de construção, por principais materiais utilizados na construção (antes de 1919-1995) - volume em linha**

Zona Geográfica	Época de construção							
	Total	antes de 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-1995
<b>Campo de Ourique</b>								
Tipo de estrutura da construção	2651	727	688	506	360	163	55	16
Betão armado	608	0	32	155	164	84	41	11
Paredes de alvenaria com placa	638	0	240	192	125	53	11	4
Paredes de alvenaria, sem placa	1347	716	388	144	68	25	3	1
Paredes de alvenaria de pedra solta ou de adobe	29	9	18	1	1	0	0	0
Outros	29	2	10	14	2	1	0	0

Fonte: INE, *Censos*, 2011

\* A tabela foi construída com os dados relativos às freguesias de Santa Isabel e Santo Condestável, uma vez que a freguesia de Campo de Ourique não existia até à reorganização administrativa de 2012.

Como se pode verificar, a freguesia de Campo de Ourique passa de zero edifícios até 1919, para trinta e dois em 1945, construídos em betão armado. De 1946-1960 esse valor cresce quase cinco vezes totalizando 155 edifícios construídos com este material, ao passo que a utilização dos restantes materiais vão perdendo peso na sua utilização para a construção habitacional. A tendência de crescimento mantêm-se no início da década de 1970, concomitantemente com decréscimo da utilização de outros materiais. Quero com isto dizer que Campo de Ourique o crescimento construtivo do concelho de Lisboa, que antes de 1919 não apresentava qualquer edifício construído em betão armado, entre 1919 e 1945 já contava com 1850<sup>11</sup> edifícios construídos com este material e entre 1946 e 1960 vê o valor aumentado por quatro, nomeadamente 5987 edifícios, caindo, no entanto, Lisboa para os 4645 entre 1961-1970.

---

<sup>11</sup> Este valor, e os que se seguem, relativos aos materiais de construção, por época de construção, para o concelho de Lisboa, podem ser consultados nos Censos de 2011, INE.

#### 1.6.4. Fotogaleria

**Fotografia 1- Possível marquise em madeira, Campo de Ourique – fotografia do autor**



**Fotografia 2 - Prédio com marquises em Campo de Ourique – fotografia do autor**



**Fotografia 3 - Prédio com marquises em Campo de Ourique – fotografia do autor**



**Fotografia 4 - Prédio com marquises em Campo de Ourique – fotografia do autor**



**Fotografia 5 - - Construções alternativas – fotografia do autor**



**Fotografia 6 - Construções alternativas – fotografia do autor**



**Fotografia 7 - Prédio com marquise amovível em Campo de Ourique – fotografia do autor**



**Imagem 6 – Marquise em Istambul -**  
<http://www.minhaturquia.com/2012/08/paisagem-arquitetura-e-design.html>



**Imagem 7 - Marquise em Istambul - Google Maps**



**Imagem 8 - Marquises em Copacabana, Rio de Janeiro - Google Maps**



**Imagem 9 - Marquises em Copacabana, Rio de Janeiro - Google Maps**



**Fotografia 8- Marquises em Madrid – fotografia do autor**



**Fotografia 9 - Marquises em Madrid – fotografia do autor**



## **CAPÍTULO 2. APROFUNDANDO A DIMENSÃO URBANA**

### **2.1. A cidade – problematização macrossociológica**

As cidades de hoje estão intimamente associadas à ideia de urbano. Não vou comparar a noção de urbano em relação ao rural, vou descrever os fenómenos sociológicos que nos ajudam a compreender o urbano, por forma a problematizar contextualmente o objecto marquise na cidade de Lisboa.

O urbano, quer seja aplicado a noções de senso comum, quer seja introduzido no discurso e análise académica é utilizado para descrever e qualificar traços sociais, económicos e culturais. É nesta sequência que realizo mais à frente uma aproximação breve a estes três pontos. Significa isto que o sociólogo se vê obrigado a movimentar entre vários planos de análise que classificam e dão forma à noção de urbano. São vários os fenómenos associados à ideia de urbano, como nos apresenta Fijalkow (2007), que vão desde a internet, a casa individual, o barulho, os transportes, lugares de encontro etc., colocando-se a questão “Quele est le propre de la ville dans ces phénomènes?”.

Certo é que “Le phénomène urbain a envahi la planète” (Fijalkow, 2007, p.5) como nos mostram os dados recolhidos pela ONU onde 54% da população mundial em 2014 vivia em áreas urbanas. De acordo com as suas projecções em 2050 a percentagem vai atingir os 66% <sup>12</sup>. A ideia de densidade populacional serve maioritariamente como ferramenta de medida do grau de urbanização de uma determinada área, no entanto mede apenas os modos como se ocupam geograficamente essa mesma determinada área, portanto o solo, o que nos remete apenas para variáveis do tipo demográficas. A densidade depende também da morfologia dos espaços observados em termos de tipos de habitação, de espaços não construídos. Não esquecendo que dentro de uma mesma área urbana podem coexistir, e maioritariamente coexistem zonas residenciais e zonas de negócios, que por norma variam

---

<sup>12</sup> <http://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Highlights.pdf>

diametralmente em termos de densidade populacional, onde as segundas apresentam índices inferiores que as primeiras. Estas variações podem ocorrer em função de decisões político-administrativas, quer em termos de delimitações físicas, que por sua vez influenciam assim a contagem da população, ou podem ocorrer de forma natural, resultantes de processos naturais. Neste caso, as primeiras costumam sobrepor-se às segundas. De qualquer forma, sociologicamente considera-se que para podermos problematizar um espaço urbano tem-se a densidade como uma condição necessária, mas que não é suficiente para caracterizar a vida urbana.

Sabemos agora que a densidade desempenha um papel central na conceptualização das cidades, mas como se explica o aparecimento destas?

A cidade é tanto um produto social como um produto económico, e uma das diferenças mais marcantes de uma economia de cidade é a sua distinção face ao modelo económico em meio rural. A cidade aparece como local de inovação em que “«elle favorise la diffusion, la monétarisation de la société, la mobilité sociale, l’adéquation entre l’offre et la demande de main d’oeuvre qualifiée, l’élargissement des débouchés de la production agricole et industrielle»” (Paul Bairoch citado em Fijalkow, 2007, p.8-9). O fenómeno de económico aparece então associado à cidade unindo empresas e populações. Significa isto que as proximidades espaciais entre produtores e consumidores permite baixar custos de produção e aumentar a qualidade e diversidade de produtos oferecidos. Como afirma Fijalkow fazendo referência a Max Weber a cidade é uma entidade político-administrativa responsável por gerir uma *economia política urbana* com o objectivo de dar resposta à alimentação do povo, à supervisão dos preços e dar estabilidade às actividades dos produtores e comerciantes. No seguimento, Fijalkow (2007, p.10) conclui que “La ville peut être considérée comme un système où les actions économiques et institutionnelles sont liées et intragissent.”, onde as dinâmicas da cidade diferem de acordo com a base económica presente, distinguindo-se entre quantificação de activos, em termos de produção de enriquecimento – indústria, comércio, turismo; serviços – administração, ensino, saúde; e criação e transmissão – meios de transporte e comunicação. Este modelo utilizado nos

anos sessenta permitia ao mesmo tempo avaliar as mais-valias ou fragilidades que as cidades apresentavam.

Conforme dizia Le Corbusier “«La ville doit permettre d’habiter, de travailler, de circuler et de se distraire.» (Fijalkow, 2007, p.11) e portanto funciona como espaço promotor de um conjunto de experiências. A cidade enquanto aglomerado de formas espaciais e sociais espelha a expressão cultural que é produzida e que a produziu. Pode, portanto, o modelo cultural transformar-se num “estado de espírito” mais ou menos generalizado entre a população residente. As formas de viver, trabalhar ou consumir advém do meio em que se habita, o que nos leva à ideia de que as cidades são produtoras culturais e/ou sub-culturas urbanas. Tönnies descrevia a urbanização como “le passage d’une communauté fondée sur les liens du sang (*Gemeinschaft*) à une société organisée sur la base du contract (*Gesellschaft*)” (Fijalkow, 2007, p.11). Já Simmel, no seguimento que dá Fijalkow, dizia que os processos de urbanização promoviam a des-socialização dos indivíduos, desconectando-os dos seus hábitos sociais de socializações primárias, que deixam de fazer sentido numa sociedade urbana regida pelos interesses racionais e impessoais.

## **2.2. Contributos de Simmel**

Na obra *Metropole e vida de Espírito* Simmel contribui decisivamente para a problemática do urbano através da análise dos comportamentos humanos em contexto de metrópole. Simmel tenta responder precisamente à influência que o ambiente citadino parece provocar no modo de vida dos seus habitantes, ligando “les caractérisques de la ville et les dispositions de l’individu” (Fijalkow, 2007, p.46).

A metrópole provoca e/ou pressupõe um certo tipo de personalidade que se distingue da experienciada no campo e na aldeia ou pequena cidade. A vida psíquica da metrópole é dominada por um ritmo febril e constante, contrariamente ao campo onde o ritmo é lento e emotivo. Para Simmel a cidade é a sede da economia monetária portanto, um lugar de mercado, de divisão do

trabalho e de especialização de tarefas profissionais (Fijalkow, 2007, p.46), onde o domínio do intelecto e a economia se encontra em relação: “ambos querem uma atitude pragmática no modo de lidar com as pessoas e com as coisas, na qual se combinam uma justiça formal e uma indiferença implacável.” (Simmel, 1997 [1903], p.32). Significa que isto que os usos do dinheiro, um ponto central para o autor, vêm reformular o modo como a experiência cidadina incide sobre a psique do indivíduo, fazendo-o mover a partir de interesses. Aqui dá-se uma quebra nas relações emocionais típicas do campo e observam-se relações do tipo racional, explicadas pelo autor através da relação entre produtores e consumidores, onde a os vestígios da produção familiar assentes na troca directa foram trocados pela produção destinada ao mercado. Simmel não tem a certeza quem deu o primeiro passo, tal é a interligação entre ambas, no entanto tem a certeza de que “a forma de vida na metrópole é o terreno que melhor alimenta esta interacção” (Simmel, 1997 [1903], p.33), do tipo moderno e calculista. Este processo de despersonalização e de desassociação, como diz Fijalkow (2007, pg.46) obriga o indivíduo em contexto urbano a introduzir-se num novo grupo de pertença formado por relações secundárias, que é uma das tensões experienciadas, nomeadamente através das várias sociabilidades diárias que a cidade promove, os seus contrastes e a proximidade. Neste seguimento dá-se um fenómeno típico associado à metrópole, a atitude *blasé*, “a incapacidade de reagir a novos estímulos com as energias adequadas” (Simmel, 1997 [1903], p.35) que se resume essencialmente na indiferença perante os estímulos citadinos. Simmel compreende esta atitude como um reflexo subjectivo de resposta do indivíduo à monetarização da economia, onde o dinheiro qualifica e sujeita toda a diversidade. Esta atitude mental *blasé*, de reserva entre pessoas, é “une stratégie de protection due à une incapacite de reagir devant tant de stimulations” (Fijalkow, 2007, p.46), isto porque como diz o autor “Se aos incessantes contactos públicos das pessoas nas grandes cidades correspondessem as mesmas reacções interiores dos contactos que têm lugar na pequena localidade onde cada um conhece e tem uma relação activa com quase todas as pessoas que encontra, estaríamos completamente atomizados interiormente e cairíamos numa condição mental deplorável”

(Simmel, 1997 [1903], p.36). Simmel diz-nos também que esta atitude de reserva, gerada pela monetarização da economia e pelo alargamento do círculo social, assegura paralelamente no espírito do habitante da metrópole um grau maior de liberdade individual, em parte pela intensificação da divisão do trabalho, que lhe dá reconhecimento individual, em parte às acusações e julgamentos típicos que decorrem nas pequenas cidades. A liberdade, através do distanciamento mental, que decorre nos grandes aglomerados das metrópoles, onde os espaços são limitados e a proximidade física dos indivíduos é grande, promove também por oposição um sentimento de solidão e isolamento, o que significa que a liberdade associada à vida emocional não tenha necessariamente que ser uma experiência agradável (Simmel, 1997 [1903], p.38).

### **2.3. Escola de Chicago**

A cidade de Chicago é tida como o berço da Sociologia Urbana, quer em termos de escritores associados à Universidade de Chicago, quer em termos de problematização da estrutura da própria cidade. Chicago sofreu um crescimento abrupto entre 1840 e 1920 de mais de 2 milhões de habitantes, sendo que metade da população era de origem estrangeira (Fijalkow, 2007, p.44). O crescimento demográfico e a industrialização contribuíram para a transformação da cidade em termos sociais e espaciais, o que constituiu uma fonte rica para a observação e problematização sociológica. As primeiras questões que os académicos de Chicago se colocaram tinham que ver com o agrupamento das populações por zonas, e a partir daí nasceu o movimento da Escola de Chicago. Robert E. Park, Ernest Burgess e Louis Wirth desenvolveram, numa abordagem ecológica, as bases da Sociologia Urbana enquanto área teórica de pesquisa, fazendo de Chicago “o laboratório urbano, por excelência.” (Velho, 2009, pg. 12).

### 2.3.1. Robert E. Park

A Escola de Chicago acreditava que o desenvolvimento urbano e a distribuição dos bairros se assemelhavam à adaptação de organismos vegetais e animais ao seu meio ambiente, i.e. as cidades desenvolvem-se de acordo com as características inerentes ao seu meio ambiente, como diz Park (1915, pg, 578) “the city is rooted in the habits and customs of the people who inhabit it”. Quer isto dizer que a organização da cidade enquanto organismo vivo interage mutualmente entre características de ordem física e moral, modificando-se uma à outra. No entanto, atendendo ao que pode ser a dimensão vasta da cidade e as estruturas complexas subjacentes “this structure has its basis, nevertheless, in human nature, of which it is an expression.” (Park, 1915, pg, 578).

Segundo Park, “«assim que uma cidade se estabelece (...) torna-se, ao que parece um grande mecanismo de selecção que (...) escolhe infalivelmente de entre toda a população os indivíduos melhor preparados para viver numa determinada região ou meio»” (citado em Giddens, 2008, p.575-576), quer isto dizer que as cidade se ordenam em áreas específicas, que Park chama de «áreas naturais» que supõem um elevado grau de competição, susceptíveis a invasões ou sucessões. Para o autor uma região é chamada de «área natural» porque nasce sem uma estruturação específica, podendo ser contraditório ao desejo da população. É natural, porque tem uma história natural, “The city is, in fact, a constellation of natural areas, each with its own characteristic milieu, and each performing its specific function in the urban economy as a whole.” (Park, 1952, pg, 79). Esta perspectiva ganha forma especialmente quando se relacionam as áreas naturais na relação da cidade com os subúrbios. O autor admite que a definição é bastante mais complexa, uma vez que as características variam conforme os diferentes tipos e tamanhos de cidades, mas o ponto a reter é “everywhere the community tends to conform to some pattern, and this pattern invariably turns out to be a constellation of typical urban areas, all of which can be geographically located and spatially defined.” (Park 1952, pg, 172). Os padrões de localização das áreas distintas, bem como a movimentação dos migrantes, e a competição pela aquisição de espaço dão

forma ao ponto de vista ecológico bem presente nas bases teóricas e analíticas de Park.

Nesta sequência pode-se considerar que cada comunidade, cada área, comporta um certo grau de autonomia cultural relativa, em termos do que considera próprio e desejável.

### **2.3.2. Ernest W. Burgess**

No seguimento de Park, e tendo em conta que ambos os autores trabalharam em parceria, Burgess elaborou de um modelo sobre a organização espacial da cidade, composto por cinco «zonas concêntricas» relativamente homogêneas, que identificam a localização funcional, quer das actividades industriais e administrativas, quer das diversas áreas residenciais. Na leitura que Giddens faz sobre Burgess a organização da estrutura urbana aparece então ilustrada por uma série de círculos que designam e delimitam a extensão urbana diferenciando-se no processo de expansão da cidade.

Não me parece estritamente necessário descrever aprofundadamente cada uma das zonas, uma vez que o sistema é relativamente simples e apropriado apenas para o momento e local em que foi elaborado, isto porque com o desenvolvimento dos meios de transporte, meios de comunicação e o desenvolvimento da economia decompueram a homogeneidade das zonas concêntricas.

O crescimento urbano, no seu processo de expansão e reconversão dos usos da terra, mostra a tendência dos círculos crescerem para fora de si mesmos. A expansão faz-se a partir do centro económico da cidade, onde se misturam as grandes empresas com zonas de habitação deterioradas e em decadência. O segundo círculo é habitado pelos trabalhadores da indústria que foram habitar uma zona antiga devido ao deterioramento da zona central, mas que contudo conseguem ficar perto da zona de trabalho. Um pouco distante ficam os subúrbios e as zonas residenciais, onde habitam proprietários de casas individuais com rendimentos mais elevados (Fijalkow, 2007; Giddens, 2008). Resumindo, este esquema mostra o percurso urbano dos seus

cidadãos, “montre surtout la «carrière urbaine du citadin»” (Fijalkow, 2007, p.47)

### 2.3.3. Louis Wirth

A sedentarização dos povos foi o primeiro sinal do início da civilização moderna, mas o que a tornou realmente moderna foi o crescimento das grandes cidades, afirma Wirth. Nas suas obras o autor preocupar-se mais com o urbanismo como uma forma existir em sociedade. Não vai dar tanto valor a diferenciação interna das cidades, mas sim à influência que as cidades exercem sobre a experiência da vida social. Como refere Wirth “A influência que a cidade exerce na vida social do homem é superior ao que a parcela urbana da população faria julgar, pois a cidade não é apenas, cada vez mais o lugar de habitação e de trabalho do homem moderno, mas também é o centro que põe em marcha e controla a vida económica, política e cultural, que atraiu à orbita as mais remotas regiões do globo, configurando um universo articulado de uma enorme variedade de áreas, povos e actividades.” (Wirth, 1997 [1938], p.45). O autor identifica a dimensão e a densidade como fenómenos essenciais do espaço ecológico, i.e. a extensão urbana é um factor decisivo de ordem morfológica com uma relação do tipo causal para o aumento da diferenciação entre indivíduos. No estudo *O Urbanismo como Modo de Vida*, Wirth define a cidade da seguinte forma “un «établissement importante, dense et permanent d’individus hétérogènes»” (Wirth citado em Fijalkow, 2007, pg, 52) onde a densidade se manifesta através da diversidade de possibilidades de encontros. As influências da cidade, do crescimento da cidade, levaram às alterações dos modos de vida urbanos através “do poder que esses traços têm para fazerem adaptar a natureza da vida social à forma especificamente urbana da cidade” (Wirth, 1997 [1938], p.48). Uma das alterações mais acentuadas tem que ver com a proximidade espacial e “a alta densidade populacional [que] arrastam consigo a ausência de interconhecimento, geralmente inerente a qualquer relação de proximidade” (Wirth, 1997 [1938], p.52) ideia que Wirth retira de Simmel. Isto implica que as relações em cidade sejam anónimas, superficiais,

efémeras, segmentárias, utilitárias e racionais (Fijalkow, 2007, pg.52). Significando que no decurso da vida quotidiana o conjunto de pessoas que os indivíduos vêm é muito superior aquele que com quem contactam, e portanto mantêm uma relação menos profunda, i.e. a cidade “caracteriza-se mais por contactos secundários do que por contactos primários” (Wirth, 1997 [1938], p.53).

## **2.4. Morfologia Social**

### **2.4.1. Maurice Halbwachs**

#### **O mercado imobiliário e as representações colectivas do espaço**

Maurice Halbwachs afirma que “«la société s’insère dans le monde matériel, et la pensée du groupe trouve dans les représentations qui lui viennent de ses conditions spatiales un principe de régularité et de stabilité»” (citado em Fijalkow, 2007, pg. 20), o que significa que se estabelece uma relação recíproca entre a coesão dos grupos sociais e o espaço produzido pela sociedade.

O espaço aparece portanto como resultado de uma acção colectiva de *sentiments communs* da sociedade, isto é a organização espacial actua sobre a sociedade pela forma como esta a incorpora: “«Les formes matérielles de la société agissent sur elle non point en vertu d’une contrainte physique comme un corps agirait sur un autre corps mais par la connaissance que nous en prenons [...]; il y a là un genre de pensée ou de perception collective que’on pourrait appeler une donnée immédiate de la conscience social»” (Halbwachs citado em Fijalkow, 2007, pg. 21). Para o autor, e como também afirma Herbert Gans que exponho mais à frente, os níveis de preço do solo são um determinante forte da distribuição dos grupos sociais no espaço, que se repercute no preço dos imóveis e nos preços dos alugueres. O que se torna interessante nesta questão é que os valores atribuídos ao imobiliário não correspondem apenas à teoria clássica económica da oferta e da procura, estes são ajustado a outros fenómenos urbanos. Por exemplo a compra e

venda antecipada que faz oscilar o valor, ou igualmente a atribuição de um preço de opinião que é ajustado às representações dos actores sociais relativamente a um determinado espaço. Um outro factor importante tem que ver com a intervenção pública do Estado ou das colectividades locais que modificando as condições físicas do espaço, do solo, como por exemplo através de equipamentos de transporte pode valorizar ou desvalorizar a percepção do preço (Fijalkow, 2007, pg. 22)

Através de Guido Martinotti chega-nos a ideia de que a nova *morfologia social* para compreender as mudanças da metrópole contemporânea deve problematizar as mobilidades dos indivíduos, e não limitar-se à análise do individuo ligado a uma zona residencial, “une «nouvelle morphologie sociale» prenant en compte les mobilités et non la seule appartenance résidentielle pour comprendre les mutations des espaces métropolitains [1993].” (Fijalkow, 2007, pg. 23).

### **Produção de espaço e necessidades colectivas**

No pós-guerra em França, como em muitos outros países, é marcada pela crise de alojamento. Deram-se rápidas mudanças demográficas que provocaram necessidades especiais de espaço, que se seguiu numa reivindicação de espaço que anteriormente não existia. Seguiu-se portanto a doutrina do Le Corbusier e mundo ocidental vira as costas ao centro e lança-se na construção industrial dos blocos de habitação colectiva. É preciso ter em conta que neste processo de planeamento urbano, de viragem arquitectónica, estavam assentes algumas premissas, como preço acessível, conforto, e o moderno (Fijalkow, 2007, pg. 27). Nos Estado foi criado um programa de «*slum clearance*», na Rússia a periferia de Moscovo cresceu em habitações colectivas destruindo bairro antigos, e em Berlim quer de um lado quer do outro do muro apostaram nas habitações de melhor qualidade.

Na sequência destas mutações, o sociólogo Chombart de Lauwe era da opinião que a Sociologia Urbana em França não deveria dar apenas resposta às questões de ordem imediata e prática, mas sim responder às necessidade e aspirações. De acordo com Fijalkow (2007, p.27) “la sociologie urbaine de

Chombart se penche sur la question des besoins et des aspirations de la population ouvrière en espace, confort, conditions de vie, transport.”. A partir de um estudo de Chombart de Lauwe, *Famille et Habitation*, chegou-se à conclusão que os novos espaços para onde tinham sido realocizados os operários, exerciam sobre eles uma violência, que os obrigava a mudar o seu estilo de vida e aproximar-se do modo de vidas das classes médias.

Mais tarde Jean-Claude Chamboredon e Madeleine Lemaire num artigo intitulado *Proximité spatiale et distance sociale : Les grandes ensembles et leur peuplement* (1970) numa abordagem diferente da de Chombart de Lauwe, assente não nas aspirações dos moradores, mas na forma como foram habitar estes bairros, mostraram que os *grands ensembles* na sua mistura social não conseguem combater as barreiras tradicionais entre grupos sociais, refere Fijalkow (2007, p.34). Como não existe uma maioria numérica de um grupo social específico, o estudo de Chamboredon e Lemaire mostra o quão importante são as normas. Não existindo normas centrais, estas nem são reconhecidas, nem existem para possibilidade de transgressão (Fijalkow, 2007, p.27).

#### **2.4.2. Herbert J. Gans**

##### **Sobre a conceptualização da relação espaço – sociedade**

Os usos do espaço e a sua troca no mercado atribuem-lhe um certo valor, dão valor ao terreno. Quer isto dizer que o valor atribuído a uma determinada zona de uma cidade vai incidir directamente no tipo de habitação que se vai construir e por conseguinte nos tipos de classe sociais que se irão encontrar. Portanto a estratificação social estrutura os locais e vice-versa, determinando quem escolhe e quem é escolhido para habitar determinado espaço.

Quando se fala de espaço os Sociólogos não devem cair na tentação conceptualizar o óbvio, de “coisificar” o espaço, nem demonstrar que toda a vida social decorre no espaço, devem sim, argumentar o sociólogo Herbert Gans (2002, p.329), procurar e focarem-se nas relações causais entre espaço e

sociedade. Isto porque são poucas as vezes que o *espaço natural*, e por *natural space* o autor entende espaço “virgem” de processos sociais, afecta a vida social dos indivíduos e colectividades, mas são muitas mais as vezes que estas colectividades transformam o *espaço natural* em espaço social e moldam os seus usos (Gans, 2002, pg. 329). O espaço natural começa então a transformar-se num fenómeno social à medida que as pessoas começam a utilizá-lo, a criar fronteiras e a atribuir-lhe significado. Quando alguma entidade ou individuo obtém controlo sobre uma determinada área esse lugar torna-se privado. “Spatial sociologists study how society, i.e., individuals and collectivities, transform natural into social space, how they use and exchange it, what social, economic, and other processes and forces come into play in these uses and exchanges, and how both kinds of space affect individuals, collectivities, and social processes and forces.” (Gans, 2002, p.329) o que significa que se indivíduos e colectividades transformam espaço natural em espaço e fenómeno social, uma vez criado o espaço social também este é moldado pelos próprios actores responsáveis pela sua criação. Quer isto dizer que os usos que os indivíduos e organizações fazem do espaço e no espaço, seja por morarem ou trabalharem nesse local são centrais para esta conceptualização. Herbert Gans enfatiza o termo *use*, os “usos” do espaço, de forma intencional, isto porque o autor vê como central para a Sociologia do Espaço o conceito de “*land use*” (Gans, 2002, pg.330), conceito este que não se limita ao uso prático de indivíduos e instituições, mas também ao valor que é atribuído ao espaço, seja pela compra e venda de terrenos, especulação, distribuição, competição, controlo ou até mesmo destruição do espaço.

## **2.5. A economia política urbana**

### **2.5.1. Max Weber**

Max Weber debate a autonomia administrativa e política das cidades relativamente ao poder do Estado nacional Alemão, na vontade de mostrar a existência de uma lógica política inerente às cidades. O desenvolvimento da cidade coincide com o poder racional legal representado pelos aparelhos

burocráticos (Fijalkow, 2007, pg. 70). Weber observa este fenómeno como uma nova forma, i.e., um novo modelo, de legitimação dos poderes do Estado, comparativamente com os poderes anteriormente exercidos representados quer pela tradição, quer pelo carisma de um chefe.

Weber começa por expor as formas de como uma cidade se pode fundar, que basicamente consiste, por um lado, na existência de um território dominado em que exista uma indústria de especialização para satisfazer as necessidades político-económicas e portanto comercializam-se produtos; por outro lado, caso não haja uma especialização de produção, se verifique um intercâmbio com relativa regularidade de mercadorias, o que pressupõe a existência de um mercado. Significa isto que para Weber a cidade é um “local de mercado”, um “*estabelecimento* de mercado” (Weber, 1987 [1921], p.69-70). Posto isto torna-se também claro que a cidade se divide, em maior ou menor grau, numa “cidade de consumidores” e numa “cidade de produtores”. As cidades integram quase sempre tipos mistos de produção, ou de vendas, e como tal só podem ser classificadas através das dinâmicas predominantes (Weber, 1987 [1921], p.73) seja, o caso de ser uma cidade de consumidores, industrial, ou pelo contrario mercantil, que trás produtos novos. Quanto maior for uma cidade, menor será a capacidade dos habitantes de adquirirem terrenos para o cultivo da própria alimentação, como tal, um cidadão da cidade já não era capaz de cobrir todas as suas necessidades através do cultivo próprio das suas terras, como acontecia na antiguidade. Seguindo o raciocínio de Weber também é verdade que a “coexistência de comerciantes ou industriais e o abastecimento das necessidades quotidianas regulado pelo mercado não esgotam o conceito de «cidade».” (Weber, 1987 [1921], p.75).

A cidade contempla um conjunto de habitações, pressupõe uma associação económica e uma dimensão territorial própria assentes numa economia de receitas e despesas. A *política económica urbana* caracterizava-se por fixar as condições da economia que estavam assentes na natureza em grande parte, por forma a assegurar alimentação barata e garantir estabilidade para os industriais e comerciantes. No entanto, o autor admite que que tal concepção de cidade se verificasse em todas as épocas, nem que fosse

verdade para todas as cidades (Weber, 1987 [1921], p.76). Para este regime de troca económica é necessário haver uma regulação político-administrativa, “uma gestão económica que depende de uma distribuição organizada de serviços e tributos unidos com a acumulação e a cooperação do trabalho na corte do senhor, representando a *regulamentação* das relações de troca e de produção na cidade” (Weber, 1987 [1921], p.76). Esta noção organizativa da cidade obriga a que se fale de *zona urbana*, de uma *autoridade urbana* e de uma *política urbana*, difundindo assim o conceito de cidade; ou melhor, pensando a cidade associada a uma série de conceitos que não remetam exclusivamente para a vertente económica de mercado, mas cada vez mais para conceitos do domínio político. O autor refere que “a cidade tem que se apresentar como uma associação autónoma em algum nível, como um aglomerado com instituições políticas e administrativas especiais.” (Weber, 1987 [1921], p.76), realçando a importância de separar o conceito económico do político-administrativo. Só desta forma, através da dimensão político-administrativa, é que o conceito de cidade pode adquirir uma definição territorial e ser vista como um espaço delimitado, como uma localidade. Na cidade há um ponto administrativo que se distingue das aldeias. A propriedade urbana, em termos imobiliários, depende do conceito político-administrativo utilizado, em que na Antiguidade e na Idade Média “dentro e fora da Europa, constitui uma categoria especial de fortaleza e de guarnição.” (Weber, 1987 [1921], p.77), o que já não acontece com tanta frequência hoje em dia. No entanto, a título de exemplo que é referido por Weber, tínhamos a China em que cada cidade estava rodeada de muralhas, ou o caso particular da Sicília, que por insegurança nem sequer os camponeses estavam fora do espaço circunscrito pelas muralhas.

### Conclusão

Depois de aprofundada a dimensão urbana através da leitura que fazem alguns dos autores proeminentes da Sociologia Urbana e que contribuíram para o desenvolvimento desta área de estudo, realço esta conclusão como

ponto de situação do contributo dos autores para melhor compreender a leitura que faço da marquise como fenómeno urbano. Por si só a análise da dimensão urbana não chega para problematizar a envolvência analítica em que a marquise está inserida, torna-se portanto necessário averiguar os processos que decorrem à escala micro do espaço habitacional, ao qual dedico o capítulo quatro.

Começando pelos contributos de Simmel, o autor dá importância aos usos que se fazem do dinheiro, isto porque estes usos motivam os indivíduos a agir a partir de interesses. Para este caso da marquise quais serão os interesses dos residentes? Coloco a hipótese de que o investimento financeiro na construção da marquise possa estar correlacionado com o desejo de melhorar a experiência habitacional. Partindo deste pressuposto, ao melhorar a experiência habitacional, por exemplo aumentando os níveis de segurança<sup>13</sup> do espaço privado, o habitante está a utilizar estratégias de protecção e reserva a estímulos que não são desejados nas dinâmicas do espaço íntimo. A habitação amarquisada pode reflectir uma resposta sintomática aos grandes aglomerados da metrópole, onde, como afirma Simmel, o espaço é pouco e a proximidade é grande. É claro que Simmel não revela particular interesse pelo “habitar”, mas a leitura que faz da cidade permite problematizar a marquise como uma criação ou recriação de uma fronteira que a marquise física e simbolicamente impõe entre o público e o privado.

Através da Escola de Chicago é debatido o crescimento demográfico e a sua contribuição para a transformação da cidade em termos sociais e espaciais. Robert E. Park discute a organização da cidade como organismo vivo que interage mutuamente entre características físicas e morais modificando-se uma à outra. Nesta sequência, a visão ecológica da organização espacial da cidade que autor introduz, afirmando a existência de competição pela aquisição de espaço, permitiu-me colocar a hipótese de se também a marquise não reflectiria a luta de espaço em contexto urbano. O

---

<sup>13</sup> A segurança como se verá mais à frente resume-se essencialmente à factores associados ao ruído da cidade e a questões climatéricas.

facto de encerrar uma varanda, que é descrita como um local de transição por Brandão e Martins, poderá realçar esta característica etológica nos residentes.

O trabalho de Ernest W. Burgess relativamente às «zonas concêntricas» é importante para sublinhar a problematização da territorialização espacial e organização funcional da cidade. Permite equacionar a marquise enquanto um processo de expansão e reconversão dos usos da “terra” (leia-se: espaço doméstico) e a propensão que se verifica para a casa crescer para fora de si, como verifica o autor na análise da expansão das «zonas concêntricas», e que neste caso cresce para um espaço contíguo que é varanda enquanto local de transição.

Na sequência das hipóteses trabalhadas por Simmel acerca da proximidade espacial, e seguindo os pensamentos dos autores da Escola de Chicago relativamente à territorialização, Louis Wirth trabalha a dimensão espacial e a sua densidade. Esta leitura do contexto urbano que o autor faz permiti-me colocar a hipótese sobre se a marquise, poderia ou não, operar como uma barreira construída revelando o sintoma urbano de ausência de interconhecimento. Neste sentido discuto se a marquise será ou não uma forma de distanciar o espaço público e impessoal, do espaço privado e íntimo.

Relativamente às questões associadas à morfologia social, a partir das ideias de Maurice Halbwachs, acerca da relação dos grupos sociais com o espaço que é produzido pela sociedade, onde o espaço aparece como resultado de uma acção colectiva de sentimentos comuns; equaciono quais serão os sentimentos comuns dos residentes que levaram à construção em massa de um espaço físico, poético e simbólico como a marquise. Por outras palavras, quais serão as representações dos habitantes acerca deste espaço? E quais serão os usos que fazem dele?

Como afirma Herbert Gans, o espaço enquanto fenómeno social, é recriado pelos indivíduos. Estes criam fronteiras e atribuem-lhe significado. Importa portanto para a análise que faço da marquise compreender que significado é atribuído, que representações dos habitantes justificam este espaço, o qual foi apropriado e tronado privado.

Para terminar, saliento a importância dos contributos Max Weber relativamente à economia política urbana. A noção organizativa da cidade que o autor sublinha, onde a cidade não deve já somente ser pensada por associação à sua economia, mas cada vez mais, associada a conceitos do domínio político, munido de associações autónomas de instituições políticas e administrativas; levou-me a equacionar de que forma as agências reguladoras, i.e. das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia se relacionam com os processos de construção de marquises? Uma vez que é uma obra que integra a paisagem urbana, que tipo de questões legais estão associadas? Como se relaciona a administração política com os residentes que têm ou querem construir uma marquise?

Concluindo, através da análise que os autores apresentados fazem da dimensão urbana é-me permitido compreender a noção da distribuição física deste contexto, todavia para explicar dimensões que se movimentam à escala micro do espaço doméstico, como o imaginário, as representações, as práticas, é insuficiente.

### **CAPÍTULO 3. A MARQUISE COMO PROBLEMA POLÍTICO-ADMINISTRATIVO, TEMA SOCIAL E OPORTUNIDADE COMERCIAL**

Como mostrei a propósito de Weber, a cidade pode ser explicada sociologicamente através da ideia de política urbana. Como diz o autor, para definir *cidade* é importante separar o conceito económico do político-administrativo. Para este capítulo não me proponho a desenvolver o conceito de cidade, proponho-me sim a apresentar separadamente a marquise enquanto um problema do domínio político-administrativo urbano e enquanto uma oportunidade de negócio para a esfera do mercado. A marquise enquanto elemento integrador da paisagem urbana lisboeta é discutida sobre a perspectiva administrativa dos poderes locais, neste caso da Câmara Municipal de Oeiras e da Câmara Municipal da Amadora, onde conduzi uma entrevista para cada município. Pretendo compreender como se posicionam estes dois agentes face ao fenómeno “marquise”, de que forma abordam o tema junto dos moradores e como perspectivam a questão da regularização das marquises em ilegalidade. Através da dimensão político-administrativa procuro debater de que forma a marquise é problematizada ao nível do território urbano, enquanto dimensão de gestão e/ou requalificação urbana.

Numa outra perspectiva, discuto a marquise como uma possibilidade de negócio, integrada nas lógicas de mercado. Sabendo, seguindo Weber, que a cidade já não se define apenas como um *estabelecimento de mercado*, é possível assumir que em contexto urbano se encontram, em maior ou menor grau, consumidores e produtores. Tendo em conta a proliferação da marquise em Lisboa posso com segurança afirmar que exista um mercado em torno deste produto. Neste sentido, exponho o caso do IKEA que utilizou o fenómeno “marquise” como uma oportunidade comercial. Aqui vou indagar quais terão sido os motivos que levaram esta empresa a investir numa campanha especificamente direccionada para artigos que integrem o espaço da marquise e da varanda. Tento também compreender de que forma o IKEA se direccionou

ao público e de que forma apresenta os seus produtos, i.e., «como é que interpretará o IKEA a marquise?», «que soluções trarão para os residentes?». Pretendo portanto, integrar no debate da marquise uma visão que se relaciona com o mercado e com o impacto que este objecto pode alcançar em termos comerciais.

Entre estes dois pontos, o político-administrativo e o económico, faço referência à marquise enquanto tema que é discutido socialmente. Ao pensar que a marquise se localiza muitas vezes nas fachadas exteriores dos prédios, e que conseqüente mente integra a paisagem urbana, sou automaticamente remetido para a questão: que avaliação farão os transeuntes? Ou os outros moradores? Uma vez que a paisagem urbana ajuda a compor o ambiente urbano é provável que os habitantes se posicionem diferentemente sobre o que são “boas” ou “más” práticas de construção, sobre o que desejam que integre ou não o local onde habitam e por onde passeiam. Posto isto, julguei ser indispensável para a análise expor e problematizar alguns grupos, a que chamo movimentos sociais, que debatem como a marquise pode, em maior ou menor grau, influenciar a estética urbana.

### **3.1. Procurando pistas junto das Câmaras Municipais de Oeiras e Amadora**

Neste capítulo são analisadas duas entrevistas que tiveram lugar no Departamento de Reabilitação Urbana da Amadora e na Câmara de Oeiras. Estas duas entrevistas decorreram numa fase inicial do trabalho e serviram o propósito de me ajudar a compreender a dimensão do fenómeno observado e esclarecer algumas dúvidas iniciais sobre a forma como funcionavam os processos de legalização das marquises e sua adesão. Talvez por inexperiência minha na área julguei que estes processos estavam devidamente catalogados e ordenados, e que desta forma pudesse aceder com relativa facilidade a dados empíricos sistemáticos. Julguei também que a legalização das marquises fosse tratada com maior rigor e importância administrativa no planeamento urbano. Julguei que o facto de estas duas câmaras terem

projectos especificamente direccionados para este fenómeno contribuísse para um combate sério às irregularidades que se verificam. O que aconteceu foi precisamente um choque entre as expectativas e realidade administrativa. Os dados arquivados não estavam digitalmente trabalhados, verificou-se que a importância administrativamente atribuída ao fenómeno é bastante inferior à esperada e a dimensão das irregularidades mesmo daqueles que pretendem regularizar são tantas que se sente uma certa descrença na aplicabilidade e adesão dos habitantes.

Na abordagem ao fenómeno da marquise e sua regularização administrativa os dois arquitectos apresentaram gramáticas discursivas e pontos de vista bastante diferentes, nomeadamente como se verá o arquitecto de Oeiras apresenta-se mais como um “sonhador”, um “poeta paisagista”, já o arquitecto da Amadora, mostrou-se ser um homem mais pragmático e interessado nas questões burocráticas existentes no processo de legalização. No entanto, ambos partilhavam um ponto em comum: a descrença face as capacidades do poder legal de por em marcha os aparelhos burocráticos necessários para que as políticas administrativas se materializassem numa regularização generalizada das marquises existentes em ilegalidade.

As dificuldades associadas a regularização são bem mais profundas do que inicialmente havia imaginado. Entram em jogo não somente questões de salubridade arquitectónica, que não se encontram na maioria das marquises já construídas, o que levaria no caso da legalização a novos projectos e novas obras. Novas obras representariam custos para os habitantes, o que apresenta logo à partida um desinteresse pelos mesmos em assumir tais encargos. Por outro lado, as câmaras não dispõem de recursos humanos suficientes para dinamizar de forma assertiva estes projectos, nem recursos financeiros para suportar os custos que daí poderiam surgir. Do que me foi possível apurar, a regularização das marquises é também um tema menor nas questões político-administrativas. Não obstante, os dois técnicos deram-me a conhecer uma importante dimensão do fenómeno “marquise”. Precisamente a questão administrativa e jurídica que se relaciona com a forte presença de marquises na paisagem metropolitana de Lisboa.

### 3.1.1. Visita à Câmara Municipal de Oeiras

Nas pesquisas que fui fazendo deparei-me com o Edital Nº. 49/2002 decretado pela Assembleia Municipal de Oeiras em Novembro de 2001 que faz público o *Regulamento para Edificação de Marquises*. No seguimento desta descoberta pus-me em contacto com um arquitecto que já conhecia da Câmara de Oeiras para me encaminhar para alguém que estivesse a par da envolvência do fenómeno. Fui encaminhado para o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, mais concretamente para o Arq. Almeida Torres. Na entrevista, começou por me explicar o que aconteceu no momento que saiu o Edital, uma vez que esteve afixado em vários pontos de Oeiras, muitos dos cidadãos julgaram que aquele documento lhes vinha dizer que as marquises já existentes passavam automaticamente, a partir daquele momento, a estar regularizadas. Numa outra forma de não compreensão do Edital, mas de alguma forma semelhante, os habitantes supuseram que bastaria enviar a documentação para a câmara a informar que tinham uma marquise, e automaticamente, sem processos de peritagem, a marquise ficava automaticamente legal. Deu-se também outro tipo de efeito perverso, de burla, como diz o arquitecto, “houve uns espertinhos que fizeram dinheiro a dizer as regularizavam”, portanto indivíduos fazendo-se passar por agentes da câmara, cobravam taxas aos cidadãos afirmando que tratariam dos processos de regularização. Segundo o Arq. Almeida Torres mais de dois mil pedidos de regularização chegaram às mãos da Câmara mas 90% não passaram. Foi neste momento que perguntei se era possível aceder aos processos para daí extrair algum tipo de informações relativas ao tipo de composições familiares que têm marquise, dimensões do espaço, tipo de habitação, quais os factores para a, ou não, legalização.

Pressupus que estas informações estivessem informatizadas, no entanto, responde-me o arquitecto, “tem ali uma data de processos, se quiser divirta-se” a apontar para uma pilha imensa de papéis. Como ainda estava numa fase inicial de pesquisa e não sabia bem o rumo analítico que iria seguir, agradei, e se por alguma razão precisasse lá voltaria.

Um pouco mais à frente na entrevista o arquitecto introduz a sua visão poética acerca da experiência sensorial urbana e alerta-me para outras questões sobre as quais eu não estava ainda sensibilizado. Começa por dizer que este regulamento é na verdade “dar uma aspirina ao prédio para lhe tirar a febre”, isto porque para todos os efeitos a marquise iria continuar a estar na fachada do edifício e portanto a “apropriação do edificado continua a menosprezar o espaço público”. Nesta sequência introduz uma série de confrontações entre o espaço público e o espaço privado, como por exemplo a “chuparia que envolve a paliçada das casas” que distanciam o transeunte da apropriação visual dos bens materiais arquitectónicos que sem encontram na cidade. Crítica também que nas fachadas dos prédios a poluição visual não advém somente das marquises, existem outros problemas sérios como as antenas parabólicas, os cabos das companhias de telecomunicações, os ar-condicionados, como factores que danificam a experiência pedestre na apropriação da cidade e desqualificam o edificado. Falou ainda de algumas questões técnicas associadas ao fechamento de varandas – salubridade, ventilação, humedificação – dizendo que as pessoas normalmente se queixam das condições climatéricas e que por causa das intempéries fecham as varandas viradas a norte, o que para ele é um falso argumento, uma vez que é através dos ventos sul que vem o mau tempo e portanto o lado norte estaria protegido.

### Conclusão

A visita à Câmara de Oeiras ocorreu numa fase prematura do trabalho que aqui apresento. Como tal, foi o primeiro contacto exploratório que fiz no sentido de “apalpar terreno” para me imiscuir com o objecto marquise. A partir desta entrevista foi-me possível iniciar a problematização sociológica da marquise enquanto objecto com representatividade político-administrativa. Seguindo esta ideia, o Arq. Almeida Torres, sensibilizou-me para três questões importantes para a discussão do fenómeno marquise: a primeira remete para o contexto de acção da organização administrativa relativamente à dimensão do

objecto marquise e aos processos de tentativa de regularização que daí surgiram; em segundo lugar, para questões mais delicadas que remetem para posicionamentos face à estética da paisagem da metrópole lisboeta; e por último, um problema menos visível, caso não se detenha conhecimento técnico específico, como acontece comigo, que incide sobre a salubridade do edificado e do espaço doméstico.

### **3.1.2. Visita ao Departamento de Reabilitação Urbana da Amadora**

Numa outra lógica, político-administrativa analiso o programa “Prazo e preço garantido – Marquise Ok” criado pelo município da Amadora com vista a facilitar os processos de regularização de marquises ilegais e de licenciamento para novas construções. Este programa consiste em três factores: isenção de taxas inerentes ao licenciamento; garantir o licenciamento num prazo de 30 dias; garantir um preço fixo para os projectos de alteração de fachadas e alçados. Através da página web da Câmara Municipal da Amadora é possível ter acesso a um documento explicativo acerca do programa<sup>14</sup>. No entanto, depois de uma conversa no Departamento de Reabilitação Urbana da Amadora com o Arq. Vítor Ferreira, chefe da Divisão de Intervenção Urbana e Gestão do Edificado, apercebi-me que a ideia transmitida pelo documento não corresponde à interpretação por mim feita. Este desfasamento entre a interpretação e a realidade pode também existir para muitos dos cidadãos que pretendem legalizar as marquises. O processo de licenciamento na Amadora só é possível quando todos os condóminos estiverem de acordo com o modelo legal de construção a seguir, tendo como representante um morador que funciona como porta-voz e elo de ligação entre o prédio e a Câmara. Quer isto dizer que o processo de licenciamento se encontra embrenhado numa teia burocrática que faz com que a Câmara apenas tenha recebido em média 10 pedidos de licenciamentos anuais, sendo que metade destes não são aprovados. Relativamente a questões do foro interno da própria organização da

---

<sup>14</sup> [www.cm-amadora.pt/.../pdf/reabilita.../guia\\_habitacao\\_julho2015.pdf](http://www.cm-amadora.pt/.../pdf/reabilita.../guia_habitacao_julho2015.pdf)

Câmara, o arquitecto com quem conversei afirmava que este projecto não devia pertencer ao Departamento de Reabilitação Urbana, devia sim ter englobado as preocupações da Gestão Urbana. Quer com isto o arquitecto dizer que a disseminação das marquises deveria ter sido controlada em vez de passar ao estado actual de ter de ser remediado. O próprio arquitecto estava descrente quanto ao sucesso e eficácia deste projecto. Afirmou também que um dos objectivos para o “Marquises – OK” tem que ver uma questão simples, o financiamento para a requalificação dos edifícios, isto porque os prédios em que se encontram irregularidades como esta não obtém financiamento público para obras desta natureza.

### Conclusão

A entrevista com o Arq. Vítor Ferreira foi bastante mais curta e mais pragmática do que a entrevista que conduzi com Arq. Almeida Torres. Todavia teve uma grande importância para compreender que existem disputas internas de organização administrativa, de responsabilização e atribuição de responsabilidades a departamentos específicos que permitiram que a marquise se difundisse no tecido urbano. Ao que parece, a falta de coordenação entre departamentos, ou a não acção atempadamente do departamento de Gestão Urbana, explica, numa lógica político-administrativa, a proliferação da marquise. Outro ponto interessante para análise incide na relação complexa entre a Câmara e os moradores. É necessário que haja, no caso específico da Amadora, um entendimento interno no prédio, entre condóminos, sobre o modelo de marquise a seguir, o que faz com que o arquitecto se sinta ainda mais descrente relativamente ao sucesso do programa. Quer isto dizer que, não só é complexa a organização administrativa dos departamentos da Câmara Municipal da Amadora, como também são extremamente complexos os processos que decorrem entre os moradores do edificado, envolvendo assim a marquise numa longa teia burocrática

### 3.2. Expondo a marquise como tema social: a história de 3 grupos

Este capítulo serve um propósito meramente expositivo, não se pretende averiguar, sobre a perspectiva das teorias dos movimentos sociais que tipos específicos de movimentos são aqui discutidos dado que a dimensão dos grupos colectivos é altamente reduzido e ao que parece já não se encontram todos no activo. Não é também do interesse da análise verificar qual é, ou terá sido, o impacto empírico destas iniciativas. Portanto o que importa salientar é que existiram ou existem e tiveram o seu grau de exposição relativa, e tiveram certamente num bloco espaço-tempo um grau relativo de influência nos actores dos movimentos e naqueles que entraram em contacto com os mesmos, como é por exemplo o meu caso.

Não obstante, parece-me importante referir, de acordo com Alain Touraine, alguns apontamentos sobre a origem dos movimentos sociais e a sua evolução até aos dias de hoje, por forma a perceber como enquadrar os grupos que apresento no contexto social em que se inserem.

Inicialmente propus-me analisar os grupos que vou apresentar sobre a perspectiva de *movimentos sociais*, uma vez que um deles se apelida de “movimento”, todavia, depois da leitura que Alain Touraine faz acerca dos movimentos sociais no texto *Na Fronteira dos Movimentos Sociais*, verifiquei que, como diz o autor “É necessário não aplicar a noção de movimentos sociais a qualquer tipo de acção colectiva, conflito ou iniciativa política.” (Touraine, 2006, p.18). Segundo o autor esta noção deveria estar reservada para o “conjunto de fenómenos que, de fato, receberam esse nome no decorrer de uma longa tradição histórica” (Touraine, 2006, p.18). Partindo deste pressuposto, não me parece justo considerar os grupos que apresento de “movimentos sociais”. Touraine inicia a discussão sobre os grandes movimentos, no sentido em que é preciso saber distingui-los, e para cada sociedade perceber o impacto que tiveram, como por exemplo o movimento operário nas sociedades industriais. O autor propõe a seguinte imagem acerca de um movimento social, que diz defender já há muito tempo: “um movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e

da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados” (Touraine, 2006, p.19), onde no entanto afirma que esta posição não deve ser interpretada num sentido demasiado rígido, uma vez que um conflito de impacto geral não é necessariamente um conflito geral. Os movimentos sociais clássicos nasceram, portanto, associados a uma acção colectiva que confronta modelos de dominação social generalizada que, como adianta o autor, ultrapassam as condições específicas de um sector, actuando sobre os aspectos principais da vida social. Todavia, como sublinha o autor “a história está repleta de “pequenos” conflitos – com uma acção extremamente limitada na prática histórica –, fundados mais em significados do que em ideologias gerais.” (Touraine, 2006, p.20). A evolução histórica das sociedades e a transformação das mesmas, faz com que o autor se interroge se fará sentido continuar a falar de *movimentos sociais* nas sociedades modernas de informação e comunicação. A resposta do autor para a sua própria pergunta é simples: “Na realidade, a resposta a essa questão preside o emprego que os sociólogos devem ou não fazer da noção de movimento social” (Touraine, 2006, p.22), não havendo razão aparente para não utilizar o conceito de movimento social, mesmo sabendo que hoje em dia as sociedades estejam cada vez mais distantes dos modelos de funcionamento das sociedades industriais. O autor chama a atenção para o seguinte facto: enquanto que nas sociedades industriais o conflito assentava nos recursos gerados pela sociedade, sejam eles materiais ou simbólicos, contrariamente “na sociedade de informação, não é possível encontrar formas de organização ou de produção que traduzam directamente uma dominação social” (Touraine, 2006, p.23). Esta afirmação traduz-se na flexibilidade que as tecnologias da informação e comunicação impõem, não sendo assim instrumentos servientes de um poder social. Actualmente os movimentos e os seus adversários não podem ser, como antigamente, descritos em termos sociais, isto porque a ordem social é excedida através da exigência da autonomia, da liberdade e da responsabilização pessoal (Touraine, 2006, p.23-24). Continuando o raciocínio

do autor, “actualmente é preferível substituir a expressão «movimentos sociais» por «movimentos culturais», indicando o deslocamento dos conflitos para a ordem simbólica” (Touraine, 2006, p.24).

Depois de introduzida esta pequena discussão, posso concluir que os grupos que apresentam não se enquadram, pelas razões acima apresentadas, numa definição dos tradicionais movimentos sociais. Não obstante, estes grupos, exerceram através da acção colectiva que levaram a cabo, uma influência relativa no contexto onde se inseriram e inserem. No seguimento da abordagem que Touraine faz sobre o grau de liberdade do sociólogo em definir o que é um movimento social, sou da opinião de que aqui nos encontramos perante acções colectivas que agem sob a forma de *movimento cultural*, onde o “combate” a que se propõem, se direcciona para questões simbólicas manifestadas nos ideais estéticos que a paisagem urbana deve assumir.

### **3.2.1. Movimento Anti-Marquise**

Depois de ter entrevistado os arquitectos das Câmaras Municipais de Oeiras e Amadora ficou claro que o grau de clandestinidade associado às marquises é elevado, na ordem dos 80-90% segundo a sua perspectiva. Acredito que este número não esteja presente na mente de todos os cidadãos, nem sequer é um dado empírico, apenas uma estimativa. No entanto, apesar de não haver dados estatísticos, é indiscutível que as marquises se apresentam em Lisboa numa quantidade que excede consideravelmente o que observei noutras cidades portuguesas. Para todos os efeitos na falta de dados, resta-nos o olho observador para chegar a esta conclusão.

Quando me iniciei nesta pesquisa, o primeiro contacto que tive com algo que se aproxime de um movimento foi o “Movimento Anti-Marquises” que se direcciona para a consciencialização estatal e social acerca da poluição visual e irregularidades legais na construção. Este grupo já teve alguma exposição mediática em 2011 tendo aparecido no telejornal da SIC. O presidente desta acção colectiva falou e expôs alguns dos seus argumentos. Segundo foi possível compreender existe uma divisão clara dentro do grupo, por um lado os

«adeptos fervorosos» que não admitem qualquer envolvimento com os adeptos das marquises, querem aliás vê-las erradicadas o mais rapidamente possível, sob o argumento que prédios e marquises não coincidem esteticamente. Por outro lado temos os «adeptos de fim-de-semana» que apenas querem ser confrontados com um bom espectáculo estético, tal como o presidente do Movimento Anti-Marquise. Este admite a possibilidade do fechamento das varandas se houver uma uniformização das fachadas através de estores idênticos para todos. Esta foi a mensagem em tom de solução para devolver a estética urbana às cidades onde proliferam as marquises. Este grupo nasceu, na verdade, há 12 anos atrás, onde o fundador Luís Mesquita Dias tentou “sem sucesso” dizia ele “sensibilizar todas as câmaras municipais e várias outras entidades para a necessidade de pôr cobro àquilo que designa por «desordem urbanística»”<sup>15</sup>. Avançava ainda o fundador em entrevista ao público que “Choca-me ver o meu país a degradar-se. Estamos a hipotecar a nossa paisagem urbana”<sup>16</sup>. O grupo defende que com o intuito de melhorar a estética frontal do edifício deveria ser obrigatório a inclusão de estores brancos, para que toda a fachada dos prédios seja uniforme. Mesquita Dias sublinha que se nota “uma enorme falta de uniformidade e de intervenções casuísticas, em que os proprietários dos apartamentos consideram que pelo facto de morarem num prédio, a fachada do prédio é unicamente sua propriedade”<sup>17</sup>, afirmação esta que remete precisamente para o campo simbólico da apropriação estética da paisagem urbana, património público e não individual.

### **3.2.2. Acções colectivas descobertas no Facebook**

Sabendo agora que houve uma mediatização relativa acerca do fenómeno “marquise”, resolvi pesquisar no Facebook se haveria algum grupo que se demonstrasse resistente às marquises. E de facto encontrei 2 grupos. O

---

<sup>15</sup> <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/campanha--antimarquises-arranca--em-setembro-17659009>

<sup>16</sup> *Ibid.*

<sup>17</sup> *Ibid.*

primeiro grupo que encontrei chama-se “Movimento Anti-Marquise” precisamente igual com o mesmo nome do que havia sido criado por Mesquita Dias. Este grupo conta com 74 membros que foi criado em 2011 e no mesmo ano ficou inactivo em termos de afluência de *posts*. Só voltou novamente em 2014 a ter mais alguns comentários por intermédio da administradora do grupo que apresento mais abaixo. Quando descobri este grupo pedi para aderir e tentei iniciar conversas com alguns dos membros para tentar descobrir como tinha sido criado e porque, no entanto não obtive qualquer resposta. Ao que parece, apesar de ter o mesmo nome do movimento de Mesquita Dias pouco ou nada têm em comum a não ser o posicionamento face às marquises. Este grupo caracteriza-se essencialmente por denunciar “más” práticas de apropriação da fachada dos edifícios, ridicularizando por vezes os residentes responsáveis por tais operações. Apresentam-se com um espírito mais combativo e pouco flexíveis relativamente ao que entendem como próprio da paisagem urbana.

Ainda no Facebook, deparei-me com um outro grupo que se debruça sobre a questão do fechamento das varandas, chama-se “Libertem as marquises, abram as varandas” com um total de 218 membros até à data. Este grupo funciona numa lógica de partilha de “boas” e “más” práticas de estética urbana directamente ligada com a forma como se usa a varanda. Funciona como um fórum de troca de experiências, imagens e ideias. Não tem portanto uma base reivindicativa, como o acima descrito, mas sim de consciencialização através da partilha. Foi por exemplo através deste grupo de tomei conhecimento do projecto do Orçamento Participativo de 2015/2016 da Câmara Municipal de Lisboa onde foi proposta uma “Acção de sensibilização para varandas ilegais” para a “Implementação de campanha publicitária que promova o descerramento voluntário das varandas ilegais, sensibilizando para a nefasta consequência em termos urbanos deste tipo de procedimento.”. Esta proposta inseria-se na área de Urbanismo, Reabilitação e Requalificação Urbana, com um custo máximo de 150.000€ e um prazo de execução a 12 meses. No entanto a proposta não ficou nas 15 primeiras. Num total de 488,

esta ficou em 440 com um total de 10 votos, sendo que o vencedor teve 4221 votos para a melhoria da Av. Cidade de Praga.

### Conclusão

Depois de ter compreendido, através das entrevistas que expus anteriormente, que as marquises poderiam ser problematizadas sociologicamente pelo impacto apresentam na paisagem urbana, tornou-se agora mais claro, pelos grupos acima revelados, a importância social atribuída à estética do património urbano. Se por um lado se deixa notar uma fraca intervenção das políticas-administrativas no território, relativamente ao fenómeno da “marquise”, por outro surgem acções colectivas que tentam consciencializar, tanto a população como as instâncias reguladoras, para a importância da estética urbana na vida quotidiana.

Aproveito para também dizer que foi através destas dinâmicas de partilha e de acção colectiva que me foi possível elaborar o capítulo que se segue, o caso comercial do IKEA. Um membro do grupo partilhou que no IKEA de Loures iria decorrer conferência de imprensa respectivo à campanha de primavera-verão para introduzir os produtos de exterior.

### **3.3. Uma oportunidade comercial: o caso IKEA**

Neste capítulo realço o fenómeno “marquise”, enquanto objecto passível de ser analisado numa perspectiva económica, de mercado. A empresa IKEA viu neste fenómeno potencialidade enquanto oportunidade de negócio ao tomar conhecimento empírico da dimensão da prevalência de marquises em espaço doméstico, através de um estudo encomendado à Usages & Attitudes Homes (2014), que infelizmente não me foi concedido pelo departamento administrativo do IKEA mas que no entanto foi parcialmente publicado por alguns *bloggers*, que revela que 40% das casas em Portugal têm varandas e 20% têm marquises, associando também a circunstância de Portugal ser um país com um bom clima.

O facto de uma empresa com esta envergadura comercial vir se interessar em termos comerciais pela marquise, vem dar peso à problematização que faço ao longo deste trabalho. Para ser mais conciso, se não estivéssemos perante um fenómeno com tamanha representação em termos de volume, não faria sentido para uma empresa desta dimensão investir recursos nesta campanha.

Proponho-me portanto a analisar a abordagem comercial que a empresa IKEA faz à marquise e a forma como se posiciona perante a prevalência do objecto em ambiente doméstico. Como é que o IKEA direccionará a sua campanha? Quais serão os seus públicos? Como será que avaliam em termos práticos e simbólicos este espaço doméstico? Que soluções trarão para os residentes? Vamos ver.

### 3.3.1. IKEA

O IKEA existe em Portugal desde de 2004, abrindo a sua primeira loja em Alfragide, Lisboa. Esta empresa assume-se da seguinte forma: "O Conceito IKEA começa com a ideia de oferecer uma gama de produtos de decoração, que sejam acessíveis à maioria das pessoas e não apenas a algumas. É alcançado combinando função, qualidade, *design* e valor"<sup>18</sup>. O IKEA orienta-se especialmente para a comercialização de produtos que se inserem no mercado doméstico, com o objectivo de "Criar um melhor dia-a-dia para a maioria das pessoas", é esta a visão IKEA. A ideia de negócio é "oferecer uma vasta gama de produtos funcionais e com um bom *design* a preços tão baixos que a maioria das pessoas pode comprá-los." <sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> [http://www.ikea.com/ms/pt\\_PT/this-is-ikea/the-ikea-concept/index.html](http://www.ikea.com/ms/pt_PT/this-is-ikea/the-ikea-concept/index.html)

<sup>19</sup> [http://www.ikea.com/ms/pt\\_PT/about-the-ikea-group/company-information/](http://www.ikea.com/ms/pt_PT/about-the-ikea-group/company-information/)

### 3.3.2. Campanha e Outdoor

Para colecção primavera-verão de 2015 o IKEA lançou uma campanha com o seguinte slogan "Mais varandas, menos marquises"<sup>20</sup>.

Neste *outdoor*, como se pode ver pela imagem 10, temos um prédio que se assemelha muito aos que se podem encontrar por Lisboa, sendo que neste caso específico temos todas as varandas amarquisadas exceptuando uma decorada com produtos do IKEA. O contraste de cores entre os brancos e os acinzentados dos amarquisados, comparativamente com as cores vivas e atractivas que se conjugam pela diversidade de produtos, desde plantas,



Imagem 10 – Outdoor campanha IKEA Primavera-Verão 2015

cadeiras, mesas etc. transportam uma mensagem clara e explícita, que remete imediatamente para o imaginário do bem-estar e alegria em ambiente doméstico.

Esta campanha tem outra curiosidade em termos de marketing, isto porque contraria a ordem estabelecida. Quer isto dizer que a estratégia de marketing expressa-se no sentido de criar novas dinâmicas domésticas, substituindo a marquise pelo da varanda.

Na minha perspectiva é uma jogada arriscada, por um lado porque inferioriza escolha decidida inerente ao espaço habitacional, espaço este que foi construído, que foi conquistado e toda a simbologia a ele inerente. Contudo, esta jogada arriscada do IKEA produz também um efeito distinção, isto porque,

---

<sup>20</sup> A imagem 10 foi retirada do site: <http://www.portaldemoda.pt/pt/noticias/ikea-portugal-mais-varandas-menos-marquises/>

se todas as varandas estiverem “amarquisadas” há um ganho distintivo se uma não estiver.

Por outro lado, a campanha não tem necessariamente de atrair apenas clientes com marquises, pode certamente atrair proprietários de varandas, que não tendo o entrave simbólico do espaço conquistado e da experiência nele vivida, podem trazer uma mais-valia à campanha em termos de volume de vendas. Por outro lado, e mais importante na minha perspectiva, o grau de exposição que os produtos, a imagem e a marca, podem adquirir através da exposição das varandas para o espaço público que é a rua.

Tendo em conta a prevalência do fenómeno da marquise, como foi referenciado no estudo o IKEA, esta empresa, consciente e segura do valor estético dos seus produtos, comparativamente com a inesteticidade e desorganização a que aludem no *outdoor* e na conferência de imprensa, da qual já irei falar, coloca o IKEA e os habitantes num campo de possibilidades. Por um lado oferecem soluções de melhoramento da vida quotidiana dos habitantes, que é precisamente um dos seus lemas enquanto empresa, e por outro promovem o marketing dos seus produtos ao estarem expostos numa zona exterior da casa, à vista de todos os transeuntes.

### 3.3.3. A visita ao IKEA

Antes de aprofundar a conferência de imprensa irei relatar como cheguei até à conferência de imprensa no IKEA. Através da pesquisa nas redes sociais por grupos que poderiam de alguma forma debater a problemática das



Imagem 11 – Fotografia na conferência de imprensa do IKEA – fotografia do autor

marquises deparei-me com um grupo no Facebook que se chama “Libertem as marquises, abram as varandas”, que apresentarei mais detalhadamente no subcapítulo seguinte, um dos membros postou que se iria realizar uma conferência de imprensa para introduzir esta campanha. Pensava eu que a conferência de imprensa era aberta ao público e portanto fiz-me à estrada em direcção ao Ikea de Alfragide. Chegado ao local fiz-me encaminhar para o espaço de lançamento, não sem antes ter de a fazer o circuito clássico a que todos os visitantes são obrigados, isto porque a conferência de imprensa se situava no armazém imediatamente antes das caixas de pagamento. Dos membros da plateia eu era, aparentemente, o único pertencente ao meio académico, visto que o lançamento era exclusivo para *bloggers* e jornalistas.

Iniciada a conferência de imprensa, a apresentadora, Designer de Interiores do IKEA, começou por afirmar que “somos um país de varandas” e que portanto o Ikea queria lançar-se na exploração do exterior do espaço casa. No sítio oficial da revista Vogue encontramos a seguinte referência que resume

o objectivo da conferência: “a loja sueca propõe mobiliário e soluções de outdoor para aproveitar o clima privilegiado e os dias solarengos de que Portugal usufrui. Sugestões "desdobráveis" para espaços pequenos, mobiliário impermeável e resistente para ficar fora de portas e um arraial de peças para jardim, bem como acessórios que evocam já a época primaveril são algumas das dicas da IKEA para a primavera-verão 2015.”<sup>21</sup>. Ao longo da apresentação foram apresentadas várias varandas, cada uma com uma história própria, onde viveriam hipotéticas famílias com variadas composições familiares e necessidades específicas. Focaram-se especialmente na funcionalidade “desagradável” da marquise versus o agradável em que o espaço se pode transformar, num jogo de imaginários, onde combinam sempre o “antigo espaço de arrumos”, isto porque o Ikea reconhece esta função como essencial para as famílias, adicionando sempre o espaço de lazer e convívio com família e amigos.

#### 3.3.4. Ajuda e Educação

Para além da mediatização digital através de *bloggers* e jornalistas, o IKEA para promover e aumentar o impacto da campanha, lançou 3 minimetragens em forma de episódios que retractam a vida de três conjuntos de agregados familiares, com usos e necessidades distintas. Os três episódios, disponíveis no sítio Youtube<sup>22</sup>, dão seguimento às lógicas de apelo ao consumidor que se verificam no *outdoor*. Todos eles, tendo em conta o *slogan* “Mais varandas, menos marquises”, expõem os desejos e expectativas pessoais relativamente à utilidade que dão à varanda, e à funcionalidade que imaginam implementar nesse espaço. É de realçar que nos vídeos não é apresentada nenhuma marquise, mas sim três varandas de dimensões

---

<sup>21</sup>[http://www.vogue.xl.pt/lifestyle/tendencias/detalhe/ikea\\_mais\\_varandas\\_menos\\_marquises.html](http://www.vogue.xl.pt/lifestyle/tendencias/detalhe/ikea_mais_varandas_menos_marquises.html)

<sup>22</sup> Episódio 1: <https://www.youtube.com/watch?v=VsQ30GtXQoA>

Episódio2: [https://www.youtube.com/watch?v=uAGJG\\_hv49k](https://www.youtube.com/watch?v=uAGJG_hv49k)

Episódio 3: <https://www.youtube.com/watch?v=kHPGIMHNSE8>

variadas, conjugando a dimensão do agregado familiar e as tarefas que se poderiam produzir em contexto exterior de varanda. Para se compreender melhor o tipo de episódios que o IKEA lançou, faço aqui um resumo alargado do primeiro episódio e a respectiva análise.

No primeiro episódio é relatada a vida de uma família com vários filhos, sete moradores no total. A primeira palavra que se ouve em *voz off*, depois da introdução, é a seguinte: “Imaginem...” o que é extremamente explícito sobre ideia principal inerente ao vídeo: colocar quem observa o episódio automaticamente num contexto de imaginário. De seguida enumeram um a um a quantidade de residentes e questionam: “Será que cabem todos em casa? Ou de vez em quando têm de ir para a varanda?”. Mostram a varanda da “Marta”, o nome da entrevistada, e inicia-se o monólogo da moradora. A Marta refere que a sua varanda é actualmente um armazém, é utilizada para “arrumar coisas” e afirma não ter um uso específico para este espaço por estar muito desarrumada. Nesta pequena introdução são levantadas as características actuais do espaço varanda e as dificuldades em estabelecer uma ligação funcional e emocional com esse local. Nesta sequência, afirma a Marta que “realmente precisava de um espaço exterior, onde pudéssemos conviver, onde eles [os filhos] pudessem às vezes até fazer os trabalhos de casa e que fosse agradável especialmente nesta altura do verão”. Estes elementos reflectem as aspirações da entrevistada relativamente ao ambiente e dinâmicas domésticas que gostava de experienciar, mas que por uma “má” gestão do espaço varanda não lhe é possível. A ponte para a solução passa pelo IKEA, questionando a *voz off* “Então, uma varanda tão bonita a fazer de armazém?”, e de seguida são enumerados os desejos da Marta para a varanda, fazendo referência às “varandaS” que se podem ter na mesma varanda através do seguinte esquema:



Imagem 12 – IKEA Portugal | Mais varandas, menos marquises | Episódio 1, Imagem retirada de Youtube.com

Neste seguimento entra a vertente comercial das possibilidades que o IKEA apresenta para solucionar os problemas da residente, ao sublinhar que foi necessário tirar as medidas todas, pensar bem todas as funcionalidades que se queriam ver introduzidas no espaço e o vídeo segue com a remoção dos elementos que constituíam a varanda antiga e a introdução dos produtos IKEA, perguntando no final “Que tal Marta?”. Ao que responde “Agora está óptimo, era exactamente o que tinha pensado, acho que os miúdos vão adorar, acho que vai ser muito bom para todos.”. Para terminar a *voz off* pergunta se estará funcional, mas agora quem responde é uma especialista, a *designer* de interiores do IKEA, fazendo referência às escolhas da Marta e a diversidade de possibilidades que podem coexistir numa varanda.

Concluindo, o vídeo esquematiza as dificuldades e expectativas desta moradora específica, que no entanto posso supor que existam de forma mais ou menos similar para moradores de outras habitações, relativamente à forma como a varanda é apropriada física e simbolicamente em contexto de espaço doméstico. A moradora revela que usos gostaria de dar à varanda e que práticas deseja que ocorram neste local, remetendo quem vê o vídeo para o

imaginário de possibilidades da sua própria habitação. Neste sentido, o IKEA apresenta-se no intervalo entre os desejos e a possível realidade. Fazendo da varanda uma oportunidade comercial para a empresa e uma oportunidade de concretização do imaginário dos moradores, materializam as expectativas dos habitantes através da funcionalidade e gestão de espaço que os produtos desta empresa podem oferecer.

Relativamente aos restantes dois vídeos o modelo é idêntico, apenas muda o contexto, i.e. o volume de habitantes, a dimensão da varanda e as características que desejam para a sua varanda. Não vou portanto fazer uma descrição pormenorizada, deixo aqui apenas as expectativas associadas ao espaço. No segundo vídeo apresentam um casal que pretendem uma varanda onde possam jantar, dar festas e melhorar a harmonia da casa. O terceiro vídeo é constituído por um morador que vive sozinho. Este tem uma varanda pequena, de 2m<sup>2</sup> e pretende um espaço onde possa relaxar, “beber um copo” e plantar ervas aromáticas, onde são dadas, entre outras, soluções de aproveitamento da verticalidade do espaço.

### Conclusão

Pelo que me foi possível apurar, a empresa IKEA utiliza a marquise como pretexto, criando contexto para as varandas. Quero com isto dizer que o enfoque desta campanha debruçou-se sobre produtos de exterior e sobre o aproveitamento do espaço varanda, como se pode verificar pelo *outdoor* e pelos vídeos. A marquise aparece apenas como contraposição para justificar que é possível ter o mesmo tipo de práticas, num espaço doméstico com marquise, como num espaço doméstico com varandas, sendo que este último promove melhor o ambiente doméstico e a experiência habitacional. É também curioso verificar que o IKEA se posiciona quase como um “professor” que auxilia nas “boas” práticas domésticas e gestão do espaço<sup>23</sup>, permitindo aos

---

<sup>23</sup> *Mais à frente discuto os resultados de um estudo que Ph. Boudon fez num bairro francês construído por Le Corbusier. Segundo este autor a varanda é um espaço incompreendido pelos moradores, o que*

moradores por em prática os seus desejos e expectativas. Para terminar, a visita a esta empresa possibilitou, em termos de análise, dar profundidade à discussão do fenómeno “marquise”, trazendo assim para debate questões que operam ao nível do quadro mental e das representações dos indivíduos.

---

*poderia justificar aqui a posição que o IKEA assume ao “ajudar” os habitantes a se relacionarem melhor com este espaço.*

## **CAPÍTULO 4. A MARQUISE – UM OBJECTO SOCIOLOGICO EMPÍRICO**

Depois de introduzido no primeiro capítulo alguns factores de ordem macrossocial que servem de suporte para compreender de que forma o objecto de estudo terá surgido num contexto urbano, e depois de integrar os autores clássicos da Sociologia Urbana que balizam teoricamente os fenómenos e a experiência urbana, torna-se agora necessário descer à escala microssocial para compreender as especificidades da marquise em contexto doméstico.

Este capítulo está dividido em quatro grandes temas que resultaram da pesquisa de campo que fiz com base nas entrevistas que decorram na freguesia de Campo de Ourique em Lisboa. Vou agora descrever como correu esta experiência. Seleccionei estrategicamente esta freguesia, em primeiro lugar, por uma relação de proximidade que tenho com o “bairro”, sou morador, e como Campo de Ourique é conhecido no discurso informal de rua por ser um bairro acolhedor, julguei que o espírito de vizinhança me pudesse trazer vantagens na abordagem aos possíveis entrevistados. Uma vez que um dos meus objectivos em entrevista seria entrar na casa para estudar e visitar a marquise, a cumplicidade de vizinhança seria certamente uma mais-valia para estabelecer uma relação de confiança. Por outro lado, o facto de Campo de Ourique ser um bairro antigo faz com que em termos construtivos coexistam edifícios de diferentes épocas, deixando-se notar, comparativamente, aqueles prédios em que é possível construir marquise e nos que não é.

Nas deambulações de observação que tive o prazer de fazer apercebi-me que havia certos tipos de prédios com maior ocorrência de marquises do que outros. Seleccionei então dois prédios para iniciar as entrevistas. O guião de entrevista<sup>24</sup> foi elaborado a partir do quadro que se segue, sendo que a entrevista foi do tipo semi-directiva, uma vez que já havia um conjunto de questões que queria ver respondidas. No entanto, como o objecto marquise

---

<sup>24</sup> O guião de entrevista aos moradores segue em anexo.

ainda não havia sido estudado sociologicamente as entrevistas foram, de certa forma, também elas exploratórias, onde a preocupação principal enquanto investigador foi “a de «fazer emergir as linhas de força [...] os nós do terreno»” (Bertaux citado em Lalanda, 1998, p.878). As entrevistas gravadas em áudio seguem no CD anexo à dissertação.

**Tabela 9 - Tabela de suporte para a construção da marquise como objecto empírica**

MARQUISE – o espaço doméstico							
Usos do espaço	Estética	Individual / Familiar	Fenómeno Cultural	Espaço Público/Privado	Legal	Fogo	Segurança
Motivos para o fechamento	Como vê a marquise a partir do interior	Aumento do agregado familiar Vontade/necessidade de um espaço interno mais amplo	Posição sobre o fenómeno	Delimitação de uma zona de fronteira	Esta ou não está legalizada	Tamanho da habitação	Ruídos
Objectos que integram o espaço	Como a avalia do exterior	Criação de uma divisão uma nova divisão interior	Percepção sobre a construção do prédio	Área de “debruce” sobre a sociedade	O que levou à (não) legalização	Número de habitantes	Clima
Práticas no espaço				Segurança		Percepção sobre a construção do prédio	Olhar alheio

Selecionei dois prédios onde se verificava a ocorrência de marquises na fachada, e propus-me a ir tocar às campainhas entre as 18.00h e as 20.00h, uma baliza temporal que poderia aumentar a probabilidade de encontrar pessoas em casa. Para a abordagem aos entrevistados vesti-me relativamente mais apumado do que o normal, para criar alguma empatia e segurança nos entrevistados, ao ponto de os meus companheiros de casa me perguntarem, quando voltava das entrevistas “ah hoje foste fazer entrevistas!”, e fui em direcção ao primeiro prédio. Por sorte um morador estava à espera do elevador e abriu-me a porta, apresentei-me primeiro como morador e de seguida como estudante de mestrado e perguntei se estava disponível para um entrevista. Com uma resposta positiva perguntei se seria possível conduzir a entrevista dentro de casa, mas obtive uma resposta negativa e portanto resolvemos, em conjunto fazer a entrevista no *hall* entrada do prédio. O que à partida me pareceu ser um inconveniente, por não poder gravar a entrevista nem visitar a marquise, traduziu-se numa mais-valia excepcional. Este morador conhecia

todos os outros, e dada a hora da entrevista coincidiu com a chegada a casa de um grande número de moradores do prédio. Pedi ao entrevistado que me apresentasse aos vizinhos para que quando fosse tocar na porta a primeira barreira constrangedora de ter um desconhecido do outro lado fosse relativizada. Esta feliz coincidência mostrou-se um sucesso nas seguintes abordagens.

Nas primeiras duas entrevistas realizadas não me foi possível visitar o interior da habitação nem gravar as entrevistas, no entanto, talvez por maior confiança na abordagem, ou pelo reconhecimento dos seguintes moradores que não estavam a ser os primeiros a ser entrevistados, consegui gravar as entrevistas e fotografar as respectivas marquises. Neste prédio totalizei 5 entrevistas. Resolvi não aumentar o número, isto porque algumas histórias começaram a surgir como repetitivas e senti que estava a entrar num processo de saturação do objecto neste contexto, como tal poderia estar perante informações suficientes que me revelassem formas bases do universo do meu objecto. Como diz Lalanda (1998, p.878) “A este nível coloca-se, frequentemente, a dúvida sobre a representatividade dos discursos encontrados. Na realidade, essa validade não corresponde a uma medida estatística, como acontece nos métodos quantitativos. Ela resulta da saturação dos casos que repetem a mesma estrutura de um determinado fenómeno, que não é do foro psicológico, mas releva do universo social.”. Para confrontar estes dados, resolvi procurar outro prédio, desta vez um mais antigo, para verificar se haviam algumas diferenças. Mais uma vez quando cheguei ao prédio tive a felicidade de uma senhora, já com alguma idade, estar a deitar fora o lixo, e da mesma forma abriu-me a porta, fiz a minha apresentação como morador e estudante conduziu-me até ao seu apartamento. Tinha a particularidade ter marquises em espaço contíguos bastante diferenciados o que revelou mais uma pista importante de análise, mas as restantes informações assemelhavam-se às que já havia obtido anteriormente. Foi neste momento que resolvi que através das entrevistas realizadas já tinha reunido material de análise suficiente para o trabalho a que me havia proposto, o que

me permite apresentar a primeira tabela empírica, a tabela 10, referente aos residentes entrevistados.

**Tabela 10 - Dados empíricos dos entrevistados e realidades e mudanças no seu espaço doméstico**

Espaço doméstico					
	Situação perante a habitação	Fogo	Obras	O que mudava?	Porque Campo de Ourique?
<b>Entrevistado 1</b> (Licenciado, Técnico Superior)	-1977 -Comprada	T2 + sala cozinha e casa de banho	Pequenas: - Infiltrações - Canalizações Grandes: - 2 Marqueises: Sala e quarto	- Fechava a 3ª varanda, mas mãe não quer para poder secar a roupa	- Morar no centro - Escolas perto - Aldeia grande - Qualidade de vida de bairro
<b>Entrevistada 2</b> (Mestre, Funcionária pública, e trabalhadora por conta própria)	- Mora há 42 anos - Comprada	- T2 + sala cozinha e casa de banho	- Aumentou a sala e a cozinha	- De momento nada	- Já morava
<b>Entrevistado 3</b> (Licenciado, Técnico de Som)	- Mora desde que nasceu, há 38 anos	- T2 + sala/cozinha e casa de banho	- Tirou a parede que divide a sala da cozinha - Mudou janelas - Mudou alumínio marquise, térmicas, com algum isolamento acústico - Nivelou o chão da marquise com o resto da casa	- Reforçava um bocadinho a parede interna porque faz muito frio	- Foi uma prenda de casamento para os pais e acabou por ficar - quer sair, mudar para uma casa maior com jardim
<b>Entrevistada 4</b> (Licenciada, assistente de administração, trabalhadora por conta própria)	- Mora desde Julho de 2015 - Comprada	- T2 + sala e a marquise "o escritório"	- Casa já tinha tido obras à 5 anos - Fez obras ligeiras: Pintou, mudou portas, tirou um arco na entrada para ter mais espaço - Pôs caixilharias novas com vidro duplo e isolamento térmico	- "gostava de a esticar [casa]" - Comprava a casa do lado e fazia uma casa maior	- Comprar casa em Camo de Ourique é um investimento - "esta zona não vai desvalorizar"
<b>Entrevistada 5</b> (Licenciada, trabalha em relações internacionais)	- Mora desde 1978 - Comprada	- T2 + sala + cozinha	- Fez a marquise 1981 - Tirou chão flutuante do <i>hall</i> e pôs mármore - Em 2011 remodelou a cozinha e casa de banho - Em 2013 reorganizou a marquise	- "gostava de a fazer crescer [a casa]"	- A sua família e a do marido moravam em Campo de Ourique - Prefere uma casa pequena em Campo e Ourique do que uma grande fora
<b>Entrevistada 6</b> (Curso profissional, pensionista)	- Mora desde 1957 - Alugada	T2 + sala + cozinha	- Mudou os equipamentos da cozinha - Forrou a casa com papel de parede - Construíram 2 marqueises, no cozinha e quarto	- "Mesmo que gostasse não podia" - Só mudou o que podia, que era fechar as varandas	- O marido gostava de Campo de Ourique, trabalhava perto e podia ir a pé - Era central e tem bons serviços - Mas nunca gostou do bairro

Através do material recolhido nas entrevistas construí também, como referi acima, quatro blocos analíticos. O primeiro bloco tem que ver com a construção social do espaço. A vontade de «ganhar espaço» foi tão recorrente que introduzi um primeiro capítulo, com base maioritariamente teórica acerca deste tema. O capítulo seguinte incide sobre a importância do imaginário na percepção e construção do espaço doméstico de acordo com as representações do que é visto como adequado, entre experiências herdadas e desejos para o futuro.

De seguida introduzo a *fabricação* do espaço que se encontra dividida em alguns subtemas: Legalidade e estética, onde problematizo as preocupações estéticas acerca da fachada dos prédios e as questões político-administrativas que remetem para a questão de irregularidades legais na construção; *Fazer território*, aqui introduzo a problemática do público e do privado, através de questões de ordem etológica, bricolagem, distâncias e proximidades, e segurança, onde se discute problemas associados aos ruídos, meteorologia e olhares.

O último momento de análise dedico ao levantamento das práticas que decorrem em espaço de marquise e os objectos que compõem esse mesmo espaço.

#### **4.1. A construção (social) do espaço**

##### Problematização

Depois de ter apresentado Gans e a sua concepção sobre a forma como o espaço adquire significado social, vou introduzir através de Martina Löw alguns conceitos de teoria espacial, na qual o espaço é constituído por actos e como resultado de uma síntese de práticas de posicionamento. Esta discussão torna-se importante para perceber como passamos de um contexto urbano para um contexto espacial. Percebemos quais seria os factores que ajudam a compor o a envoltura do urbano, mas quais serão as dinâmicas que

influenciam o espaço? Como é que o espaço é construído? E como é percebido?

### **Martina Löw – teorizando sobre a construção do espaço**

Löw define três possibilidades que se podem encontrar no espaço. A primeira e a terceira parecem-me as mais centrais para a discussão presente neste trabalho, como irei justificar de seguida. Na primeira o espaço é “*an expression of the possibility of plurality*” (Löw 2008, p.26), o que me parece extremamente interessante do ponto de vista do morador, partindo do pressuposto que a marquise funciona como um espaço multifacetado, que permite uma pluralidade de funcionalidades. Esta ideia de um agregado de possibilidade tem um papel preponderante no imaginário do indivíduo. No segundo ponto Löw (2008, p.26) diz-nos que o espaço é “*point to the possibility of overlapping and reciprocal relations*” o que seria interessante caso estivéssemos a analisar um espaço onde ocorrem tipicamente interações entre indivíduos, e por último, os espaços, “*they are allways open and indefinite to future formations*” (Löw 2008, p.26) o que nos remete para a ideia de que a marquise não é um espaço estanque em termos de dinâmicas de utilização. De acordo com o imaginário do habitante aquele espaço extra pode desempenhar hoje uma função e no futuro ser palco de novas formas de experienciar o espaço habitacional. A autora afirma que estas definições tanto se aplicam em espaço do tipo território nacional como em espaço micro da vida quotidiana.

Numa perspectiva assente na teoria da estrutura, Löw faz-nos chegar o contributo de Lefèbvre, mencionando que “*spatial practice, although it includes the aspect of action, is very much under the impression of capitalism structural constraints.*” (Löw 2008, p. 28). Refere Löw que a construção do espaço não advém de práticas reflexivas, antes decorre das condições pré-existentes ao indivíduo, fazendo com que este produza e reproduza as suas representações de modo circular e em função das estruturas que lhe são impostas. Esta ideia, retirando de um contexto mais abstracto, torna-se tangível quando se articula o espírito capitalista com os bens de consumo que vêm equipar e ocupar o espaço habitacional. As práticas de consumo dos indivíduos modificaram-se

através das possibilidades do modelo capitalista, como por exemplo no acesso a electrodomésticos, o que veio alterar as dinâmicas das tarefas produzidas dentro da habitação. Neste sentido, podemos também associar a influência do avanço tecnológico na construção, como já foi referido anteriormente, pela introdução do betão na construção. Estes factores vieram possibilitar o aumento da área da varanda, permitindo assim aos moradores equacionar novas formas de apropriação físicas e simbólicas do espaço, que se traduzem na importância do imaginário para a concepção da marquise e das práticas que aí decorrerão.

No entanto, quando Lefèbvre se refere às representações do espaço, o autor retira todo o poder de influência dos indivíduos, pois refere Löw “*user’s space is lived – not represented (or conceived)*” (Löw 2008, p. 29), essa parte é deixada para os especialistas, como os planeadores, urbanistas, arquitectos etc.. Lefèbvre afirma que as acções, ou melhor os comportamentos das *praticas vividas* assente nos ideais capitalistas são definidos pela alienação e pela repetição. Quer isto dizer que apesar dos actores criarem espaços através de “*spatial practice*” (Löw 2008, p. 29), estes, decorridos na trama do quotidiano nunca serão mais do que o espelho das lógicas do estado capitalista.

Na observação que faço do objecto em estudo considero que esta teoria é essencial para compreender a marquise até ao momento preciso em que o indivíduo se encontra a *um milésimo de segundo* de tomar a decisão de exercer o seu poder participativo de mudança na realidade que o rodeia, i.e., de materializar a gestão das expectativas criadas em torno da remodelação do espaço habitacional.

Dando seguimento às concepções de Löw relativamente ao *espaço*, tento agora através das teorias da acção na Sociologia Espacial colocar ênfase numa posição mediadora entre os aspectos que são materialmente perceptíveis no espaço e as consequências sociais das estruturas espaciais, isto é, a acção. Giddens afirma que as estruturas sociais – fazendo o autor uma distinção clara entre *structure* e *structures*, em que o primeiro termo nos remete

para o todo, i.e. para o conjunto de todas as estruturas que compõem a sociedade, e no segundo termo da equação, as estruturas são conjuntos isolados de regras e recursos, como a estrutura política, económica, legal etc. – não são determinísticas no seu efeito, funcionam sim como mediadores e produtores de acção. Os fenómenos que decorrem do processo de globalização, como por exemplo as tecnologias de informação, a presença mediática nos espaços privados ou as migrações, para citar só alguns, vieram abalar de forma vincada e duradoura as noções de proximidade e distância (Löw 2013, p.17). A transição abrupta de um modelo restrito (fechado) de experiências sociais para um plural (aberto) pode ser um factor que, analisado de forma compreensiva, remete para um “efeito perverso da acção” na expressão Raymon Boudon, que se manifesta fisicamente pelo fechamento das varandas. Este efeito perverso também pode ser pensado como efeito não esperado, em termos de influência na estética da paisagem urbana e do que daí resultou, como acções colectivas, editais, reuniões de condóminos etc.. O socialmente aberto foi compensado pela reivindicação do espaço interior e privado, pelo individualmente fechado. Löw contrapõe no seu artigo duas posições influentes para marcar as perspectivas diferentes que se pode ter sobre o espaço – a concepção materialista e a teoria da acção, de forma a realçar se o espaço como “*condição e resultado dos processo sociais é apenas formado, ou se ele em si opera de modo estruturador*” (Löw 2013, p.18).

Como já foi referido anteriormente, também as pessoas estão integradas na constituição do espaço, “... two people in relation to each other is also space constitutive, depending on their social relationship. People who are socially more intimate leave less space between them than people who are social strangers. [...] People are positioned by the actions of others, and they also actively position themselves.” (Löw 2008, p.34). As pessoas definem e posicionam-se consoante a quantidade de espaço que querem dar ou abdicar em relação ao outro, seja o outro uma entidade material, ou um indivíduo, e conclui Löw “To bring it to a point, space can be seen as relational ordering of living entities and social goods.” (2008, p. 34). Estes excertos são de extrema importância para discutir a noção de espaço público e espaço privado na vida quotidiana dos indivíduos e o que isso representa na sua experiência

habitacional. Esta atitude, que decorre consciente ou inconscientemente no sujeito, reflecte não somente as barreiras que se criam socialmente, tanto a nível das sociabilidades, como também a nível físico: nas primeiras essencialmente através do diálogo, no segundo, pela implementação de barreiras físicas concretas, como muros, vedações ou janelas – no caso em análise, nas varandas amarquisadas. Seja qual for o motivo, os actores posicionam-se relacionalmente com a sociedade através da gestão do espaço, passando de agentes estruturados, a agentes estruturantes.

Quer isto dizer que este relacionamento com a constituição do espaço liga activamente o espaço aos indivíduos. O que por sua vez significa que construir espaços envolve um certo tipo de posicionamento: “It is positioning in relation to other positionings.” (Löw 2008, p. 36). É um jogo de posicionamento que envolve tanto liberdades como constrangimentos.

Este jogo também disputado através de sínteses entre bens e pessoas na sua conexão com o espaço sob a forma de percepção e idealização: “the constitution of space also requires synthesis, that is to say, goods and people are connected to form spaces through process of perception, ideation or recall” (Löw 2008, p. 36), sínteses essas que podem ocorrer em dimensões micro-sociológicas de construção de espaço. Este ideia vai totalmente de encontro à noção de passado e de futuro, que por um lado vai repescar formas de vivência às experiências habitacionais, e por outro, promove a introdução do imaginário da casa “ideal” ou adaptável ao estilo moderno de vida, ou à vida que cada um deseja para a sua própria casa.

### Conclusão

Na análise que Löw faz do espaço percebemos que as Teorias Estruturais sublinham as potencialidades associadas aos espaços, mas falham na conceptualização do espaço que decorre na vida quotidiana. Para este trabalho, de investigações do fenómeno “marquise” os processos de construção de espaço na vida quotidiana são uma dimensão essencial, como veremos a seguir quando introduzo os conceitos de *bricolagem* e *fabricação* de

território. Por outro lado, as Teorias da Acção mostram-se muito importantes para compreender os *locales* e a acção que produz espaço, mas não contemplam o poder que os espaços exercem na produção da acção. Não integram, portanto, uma abordagem mais fenomenológica da relação do espaço doméstico com o morador. No seguimento da confrontação destas duas teorias, resultam os dois capítulos seguintes, que dedico à problematização do imaginário como um elemento importante na construção do espaço, e no seguinte discuto a importância da *bricolagem* e da manutenção para *fazer* território.

## **4.2. A importância do imaginário na percepção do espaço**

### Problematização

Como nos diz Haumont (1968) a experiência habitacional não é uniforme. A casa pode ser um veículo de sociabilidades, um motor de integração, mas pode também ser um motor de desintegração e alienação (Mallet, 2004). Neste capítulo problematizo o espaço doméstico como um local onde a aplicação da acção é interpretada através da introdução do campo do imaginário na experiência quotidiana em casa. Inserindo-se a imaginação no que é o subjectivo do sujeito, discuto, com a introdução de dois exemplos, se poderão estes, ou não, exercer, em maior ou menor grau, uma certo tipo de influência nas formas de apropriação do espaço doméstico.

Assumo que, para se compreender o espaço doméstico de hoje é necessário recuar no tempo e no espaço dos sujeitos, para perceber, onde encontrar reminiscências da experiência vivida ou da herança discursivamente adquirida nas formas de apropriação e utilização do espaço que agora habitam. Não menos importantes são as vontades e aspirações associadas ao futuro, por vezes utópico, onde a historicidade do habitante articula a inscrição das práticas na trajectória social e residencial.

#### **4.2.1. Dois exemplos que podem ter inspirado o imaginário do habitante para a construção da marquise**

É neste sentido que entendo e conceptualizo o espaço marquise como um espaço de reprodução das experiências do passado directamente articulado a um poder de invocação que possibilita habitantes e habitações a acomodarem-se ao adequado. Como diz La Mache (2011, p.5), através dos actos ou das palavras que qualificam os lugares, revela-se uma construção simbólica: “l’imagination tient une place determinante, assurant le lien entre des formes et des concepts”. A reconstrução simbólica das formas e dos conceitos é central para compreender o espaço marquise de uma forma mais profunda, do que apenas pela simples vontade de “ganhar espaço”, como referem várias vezes os entrevistados, tema que falaremos mais à frente. O habitante “interprète, détourne ou simplement aménage la matérialité des espaces pour fabriquer de lieux identifiés” (La Mache, 2011, p.5), o que significa que, na esfera privada o território habitado traduz componentes que são visíveis, que são objectivos e voluntários. O espaço construído, ainda que possa ter sido imaginado, adquire no local uma qualidade específica e ganha identidade.

Para muitos habitantes, as formas da casa não remetem para modelos conceptuais que eles possam entender (La Mache, 2011, p.5, Nunes, 2000), e num acto interactivo com o ambiente doméstico, ajustam a morfologia tátil em conformidade com a morfologia mental em busca do que para si é tido como *propre*, como adequado. O acto de *fabricar*, e de “bricolage” nas palavras de La Mache, aparece como natural, dando aos espaços adquiridos formas inéditas. Os indivíduos mobilizam elementos físicos e mentais existentes, e dialogando com o espaço, põem *mãos à obra*, para através do acto de bricolagem, reconceptualizarem lugares até então desconhecidas. Como referem alguns autores sobre a relação habitante-varanda, como já veremos melhor através de Ph. Boudon, os habitantes reinventam o espaço para que se adequê às suas expectativas, tal como sucede com espaço marquise. No caso do autor La Mache, este faz uma pequena referência à diversidade utilitária que é dada às varandas.

Haumont (1968, p.181) afirma que “On ne peut pas demander à l’habitant de s’adapter à une logement qui lui est «attribué» sans tenir en compte ce que signifie pour lui le fait d’«habiter».”. Os significados da trajectória de vida, vão, em maior ou menor grau, imbricar com a satisfação, também ela em menor ou maior grau, experienciada nas possibilidades e constrangimentos da residência actual e no sentido que se atribui ao percurso ainda por experienciar no espaço doméstico. O imaginário que posteriormente é materializado no espaço é construído na existência do indivíduo, no seu quadro de significados e na relação de apropriação que constrói com esse mesmo espaço, onde este “s’approprie l’espace habité par un marquage en référence à des modèles culturels transmis par l’éducation” (Haumont 1968, pg. 181). Contudo, não estou seguro que apenas a experiência da educação seja um factor que englobe todo este campo, existem outros factores que operam ao nível do inconsciente, i.e. que não foram transmitidos premeditadamente em ambiente familiar, mas que possam decorrer de experiências do tipo *blasé*, na apropriação da cidade, no sentido em que o habitante é também cidadão de uma grande urbe.

### **Pátios e Habitações Unifamiliares**

Para discutir dois exemplos que poderiam ter inspirado o imaginário dos residentes contribuindo para o aparecimento das marquises, problematizo aqui as formas de conquista e apropriação do espaço exterior, no modelo habitacional dos pátios e das habitações unifamiliares.

No artigo de M. Teixeira, *As estratégias de habitação em Portugal 1880-1940*, o autor relata as estratégias de construção habitacional que ocorreram em Portugal. A propósito, dos dois modelos habitacionais que M. Teixeira expõe, pátios e habitações unifamiliares, reflecti acerca da seguinte hipótese: como será que os residentes, destes dois modelos habitacionais, se relacionariam com o espaço exterior? Será que, a conquista do espaço exterior, no caso dos pátios, contém pistas que me permitam compreender melhor as práticas desejadas em marquise? E no caso das habitações unifamiliares, será que a apropriação do jardim e dos possíveis anexos da

casa, poderá corresponder a formas de utilização da marquise? Estas duas formas de habitar compreendem um prolongamento do espaço doméstico interior para a sua zona exterior de contiguidade, seja para um corredor exterior comum<sup>25</sup>, no caso dos pátios, seja para uma zona de exterior privada no caso das habitações unifamiliares, tal como acontece com a conquista e apropriação da zona de transição que é varanda, de acordo com Brandão e Martins.



Imagem 13 – Fotografia de um “pátio” em Campo de Ourique – fotografia do autor

Neste seguimento, o modelo habitacional das “ilhas” no Porto, e dos “pátios” em Lisboa fizeram-me problematizar que tipo de tarefas se introduziam no espaço doméstico, e que tarefas se prolongavam para os corredores comuns exteriores contíguos às casas. Na segunda metade do século XIX surgiu em Lisboa surgiu este modelo de habitação, os “pátios”. Os “pátios” eram *“um espaço mais ou menos regular, situado no interior de um quarteirão, com pequenas casas construídas à volta viradas para um espaço livre comum.”* (Teixeira, 1992, p.69). O modelo dos pátios em Lisboa suscita uma ideia

---

<sup>25</sup> Neste ponto poderia discutir as formas negociação de território, como sublinham Rémy e Voyé (1981) a propósito da gestão territorial na praia. Todavia, para efeitos de análise não se coloca esta questão, mas sim os significados e práticas que decorrem na zona contígua à casa.

interessante no que diz respeito ao espaço livre comum. Este espaço, normalmente em forma de corredor, era utilizado, em parte, para satisfazer as práticas de higiene da casa. Como estes corredores dispunham muitas vezes de tanques para lavar a roupa, e cordas para a secar, estas actividades prolongavam-se para o espaço contíguo da casa, como se pode verificar na imagem 15. É de realçar que, conforme mostra esta imagem, também se encontram elementos associados à jardinagem, vasos com plantas, e elementos que possibilitam a contemplação, como as cadeiras. Para além destes elementos físicos, que compõem o espaço exterior contíguo, verifica-se que os moradores de algumas destas casas da imagem 15 construíram uma zona “alpendrada”, com uma estrutura de suporte em ferro e plástico ou fibra de vidro, conforme me foi possível observar. Esta zona “alpendrada” estende-se desde a porta entrada, para o corredor comum, até ao limite da zona exterior que é ocupada pelo morador. A configuração deste local, em muito se assemelha ao espaço marquise. Em primeiro lugar, temos um espaço de transição entre o público e o privado, sabendo que aqui uma parte do privado se encontra exposto ao público – no entanto, típico de modelos sociais menos recentes – espaço de transição este que está protegido pelo alpendre, servindo simultaneamente de abrigo para o sol ou chuva, e de delimitação da zona de fronteira entre os espaços comuns do corredor. Verifiquei a existência destes objectos, como acima refiro, tanques de lavar a roupa, estendais, cadeiras, plantas, que reflectem o tipo de práticas que podem ocorrer neste local. Conforme vamos poder verificar a propósito das entrevistas aos moradores de Campo de Ourique, esta conjuntura de distribuição espacial e objectos que compõem a zona “alpendrada” que aqui descrevo, em muito se assemelha ao que me foi referido pelos habitantes relativamente ao espaço marquise.

Num grau diferente, ainda assim, na mesma lógica de prolongamento do espaço doméstico, discuto as habitações unifamiliares, introduzidas como modelo habitacional pelo Estado Novo. Este modelo apresenta-se num grau diferente de análise, na medida em que a contiguidade do espaço doméstico se estende para um espaço exterior que é privado, e não um corredor comum, como no caso dos pátios. Todavia, o que discuto aqui, são as formas de

apropriação do exterior contíguo à casa. Boa parte das habitações económicas construídas pelo Estado Novo caracterizavam-se por ter um jardim na zona frontal da casa e outro nas traseiras, sendo que uma grande parte destas casas ainda dispunha de uma divisão exterior para arrumos ou uma garagem. Coloco neste seguimento, como já introduzi acima, a questão acerca do peso no imaginário que esta extensão exterior da casa unifamiliar poderia ter na experiência habitacional desejada daqueles que construíram uma marquise. Sabendo que a marquise se define estruturalmente por ser um espaço que se introduz dentro do espaço doméstico, foi possível verificar nas entrevistas que nem todos os entrevistados integram a marquise como mais uma divisão íntima da casa. A marquise, em certos casos, promove uma distinção consciente do *propre* e do *salle*, do que pode e do que não pode estar dentro de casa. Neste sentido, o jardim e o anexo da casa unifamiliar permite separar tarefas e objectos que devem ou não integrar o espaço interior doméstico. Num outro sentido analítico, as habitações construídas no Estado Novo estavam assentes numa ideologia política, que se traduz numa ideologia de experiência habitacional, como afirma Salazar citado por M. Teixeira “A intimidade da vida familiar, reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a casa independente, a nossa casa” (1992, p.80). Conforme vamos verificar através dos residentes entrevistados, estes “reclamam” precisamente este aconchego, desejando conforto e bem-estar em casa, isolamento do exterior, protegendo-se, por exemplo, de ruídos citadinos, e pretendem que a casa se adeque às suas representações do adequado, a tal “nossa casa” como sublinha Salazar.

Neste momento é necessário ter em conta que nos dois exemplos que refiro ambos se encontram associados a um espaço ao ar livre, exterior, e como tal, seria de esperar que a varanda fosse um recurso que mais se associasse a estas práticas, ao contrário da marquise que é um espaço fechado. No entanto, é aqui que entra em jogo o contexto citadino, de habitações em blocos, de extrema proximidade física, de conquista de espaço, que trabalho no primeiro capítulo, de reinterpretação da herança cultural, numa conceptualização do estado das necessidades actuais. A problematização relativa ao território, ao espaço privado e espaço público será introduzida mais

à frente. Agora vamos ver como é que os modelos culturais de habitação interpretam a apropriação da varanda.

#### 4.2.2. Os modelos culturais

Os modelos culturais da habitação permitem colocar em diálogo as experiências habitacionais com as experiências do habitante, i.e. com as representações que este foi incorporando ao longo da trajetória de vida. É importante ter em mente que, na trajetória de vida todas as experiências contam, desde as experiências pela experiência, as que foram vividas, até às experiências que foram discursivamente herdadas. A apropriação do espaço doméstico exprime-se por práticas concretas que remetem para símbolos e ideologias, como diz Fijalkow (2011, p.97) “La notion d’appropriation renvoie aux activités concrètes du groupe domestique dans le logement et permet d’atteindre les symboles, l’ordre social, l’idéologie, le besoin d’imaginaire, l’utopie”, mas vira-se também para o futuro, para o percurso ainda a desenhar, para as práticas que se deseja inscrever.

Philippe Boudon num estudo que faz do bairro Frugès em França, um bairro construído por Le Corbusier mostra que muitas das construções iniciais sofreram transformações pelos habitantes, tal como Nunes nos mostra acerca do bairro de Olivais Sul. Mas como se explicam tais transformações? Uma das incompreensões espaciais que Ph. Boudon identifica nas entrevistas que fez, foi os moradores afirmarem que as varandas não tinham qualquer significado para eles (Fijalkow, 2011, p.98). A recepção da arquitectura não ocorre de forma “saudável”, não é compreendida pelos moradores, e portanto estes manifestam a sua visão do *propre* através de actos de bricolagem e de fabricação de espaço. A fase que precede o acto de construção é determinante para a própria projecção de fabricação do espaço, isto porque o jogo de expectativas o individuo elabora mentalmente, numa dialéctica entre o seu quadro de representações, os constrangimentos do espaço e as possibilidades institucionais, alimentam e moldam as regras do jogo, do agir. Pude verificar empiricamente este processo aquando das entrevistas. A propósito do fechamento de uma varanda a entrevistada 6 afirma: “A primeira pessoa que

colocou foi a senhora do 2º andar e o meu marido ficou muito satisfeito por a senhoria ter autorizado. Porque aquilo não se podia fazer sem autorização da senhoria e o meu marido ficou logo muito satisfeito porque aquilo era uma grande... pronto uma pessoa tinha coisas que precisava por lá do quarto da minha filha e mesmo do quartinho no verão aberto ficava com mais espaço” (8.40min).

O que demonstra que a vontade de construir a marquise não ocorreu de um dia para o outro, foi um desejo pensado e discutido que aguardava o momento certo para se concretizar. A gestão das expectativas foi articulada no imaginário até que os factores externos se proporcionassem para a apropriação material da varanda. É interessante observar que o momento no tempo em que foi possível proceder à actualização do espaço coincide com o início dos anos 70, uma vez que a entrevistada já morava há mais de 10 anos na casa.

### Conclusão

É inevitável na abordagem das representações e (des)construção do imaginário dos indivíduos relativamente ao espaço marquise imbricar com a ideia de espaço, de quantidade de espaço desejável, que invariavelmente tende para a vontade de mais espaço doméstico. Se por um lado tentei introduzir, acima, as práticas como próprias de um determinado espaço, práticas estas que foram herdadas pelos sentidos, quer da visão, quer do diálogo, ou pela própria experiência, junta-se agora um factor territorial da conquista de espaço que será mais aprofundado no próximo capítulo.

### **4.3. Fabricar o espaço**

Depois de percebermos como os surtos de imaginação ancorados nos modelos culturais promovem a (re)produção do espaço em forma de invocação de experiências vividas e heranças adquiridas, quero problematizar a

construção de território através da apropriação e reivindicação do espaço de transição que é a varanda através da *fabricação socioespacial*.

#### **4.3.1. Legalidades e Estéticas – espaço de fabrico sobre condição legal**

Neste capítulo discute-se a percepção estética e a influência dos parâmetros legais relativamente ao objecto. Quando me confrontei com estas duas questões, a estética e a legal, mostrou-se bastante difícil de avaliar qual terá dado início à discussão: será que o tema terá sido abordado primeiro sobre a perspectiva da influência na paisagem urbana, ou será que foi abordado sobre a forma de uma construção ilegal? O que se tornou evidente foi a marginalização do objecto quer na sua fase de crescimento em termos numéricos e mais recentemente a incapacidade das estruturas político-administrativas de fazer face a um número possivelmente exorbitante e desconhecido de construções ilegais. Fica no entanto a questão sobre de que lado, da estética ou da gestão urbana, se terá iniciado a tentativa de regularizar as marquises já existentes, ou criar estratégias organizativas que promovam a homogeneização do edificado.

#### **Legalidades**

O planeamento urbano pressupõe que haja uma intervenção do campo político no campo económico relativamente à abordagem ao espaço, i.e. na linguagem conceptual de Castells (1984) um dos elementos do *sistema urbano*, a *Gestão* intervêm activamente sobre os restantes. A exposição que o autor faz sobre a intervenção parece-me bastante interessante quando associado à consciencialização das câmaras e autarquias locais relativamente ao fenómeno da marquise. Qualquer tipo de intervenção é dependente de tipo de regulamentação que é necessário implementar de acordo com o que a situação específica exija. O problema necessário de ser resolvido expressa em que níveis se encontram as relações sociais presentes dentro desse sistema urbano, sendo que a intervenção ao fazer face a um determinado problema,

determina ao mesmo tempo uma configuração particular dos actores desse mesmo contexto. Uma das questões que Castells coloca para discussão do “urbano” tem que ver com a capacidade de absorção que o sistema social tem relativamente ao ritmo de mudança. Portanto os problemas devem ser abordados política e administrativamente num modelo de previsão, ou seja “A problemática do «urbano» coincide cada vez mais com a do planeamento urbano.”.

É curioso verificar que esta foi precisamente uma das críticas feitas pelo arquitecto que entrevistei na Câmara da Amadora, como referi acima, pois para ele o problema da marquise não deveria integrar o departamento de requalificação urbana, mas sim o de planeamento urbano, i.e. esta questão não deveria ter chegado ao ponto de ter de ser “reabilitada” mas sim gerida e absorvida pelos mecanismos institucionais responsáveis pelo planeamento urbano.

Acontece que mesmo depois da institucionalização de medidas de regulação administrativas, como já foi analisado atrás a propósito da acção dos Municípios de Oeiras e da Amadora, a relação entre actores, quer institucionais, quer sociais, não funcionou de forma a dar continuidade às tentativas de legalização das marquises. No caso de Oeiras foi lançado o Edital Nº 49/2002 que visava o regulamento para a edificação de marquises, sobre o pretexto do “elevado número de situações irregulares no que respeita à colocação de marquises e fechamento de varandas” como se pode ler no mesmo, que subsistia apesar das normas regulamentares já existentes. Em Lisboa, o que acontece, segundo me foi permitido apurar durante as entrevistas aos habitantes de Campo de Ourique, é que a maioria não está a par das restrições e necessidades de ordem técnica e de processos administrativos que envolvem o pedido de licenciamento para a obra. Como me referiu o entrevistado 3 sobre este tema “legalmente não sei como é que isso funciona. Mas a ideia com que eu fiquei é que seria preciso pedir autorização para fechar as marquises” (13.10min). No entanto, como podemos ver pela afirmação da entrevistada 4, o problema pode ser mais profundo e incidir num desacreditar das competências camarárias e nas sucedâneas atribuições burocráticas:

“teoricamente tem que se pedir licença, mas isso é teoricamente. Eu duvido... 80.. 90% das marquises deve ser sem licença que o licenciamento é tão complicado para tudo que as pessoas acabam por fechar e pronto” (7.20min).

Conclui-se que, apesar de os habitantes não estarem a par de todas as etapas e dos mecanismos que envolvem essas etapas, eles sabem que existem, de uma forma abstracta, processos legais que devem ser respeitados, mas que se mantêm nos parâmetros do “acho que” ou do “antigamente” sem de facto atribuírem um peso real ao respeito normativo: “talvez quando eu fechei aqui há uns anos talvez não houvesse tanta preocupação com a estética e as pessoas não... talvez hoje estes assuntos abordam-se mais e se calhar é já, porque há tantas fechadas e houve uma tradição tão grande não é, porque há muitas varandas fechadas, muitas marquises . E eu sei que tenho colegas que moram e condomínios e se alguém quiser fechar uma varanda tem que pedir autorização ao condomínio ou por e simplesmente decidem que não há varandas fechadas, ponto” (entrevistado 5, 13.45min).

Por forma a combater o aparente desconhecimento dos processos de regularização das marquises não licenciadas a Câmara Municipal da Amadora criou, como se viu, o programa “Prazo e preço garantido – Marquise OK” como um meio facilitador, tornando o processo “mais simples, rápido e, fundamentalmente, mais acessível economicamente aos particulares”<sup>26</sup>. A tentativa é de consciencialização para o problema, desconstruindo possíveis incongruências do imaginário dos habitantes relativamente à dificuldade, morosidade ou custos excessivos de tal processo. No entanto, como refiro no capítulo acerca da dimensão político-administrativa, a Câmara da Amadora recebeu poucas propostas para a regularização onde menos de metade foi rejeitada por incumprimento técnico de salubridade do edificado.

Temos então duas operações com abordagens diferentes<sup>27</sup>, mas com a mesma ideia final, regularizar as marquises não licenciadas. Como diria Weber

---

<sup>26</sup> AMA – reabilita, Camara Municipal da Amadora

<sup>27</sup> Pode-se encontrar também, relativamente à abordagem político-administrativa sobre a regulamentação de marquises, no Plano Director Municipal de Lisboa as directrizes que orientam as questões legais em torno do objecto marquise. Houve também, uma tentativa de consciencializar socialmente a população ao

estamos perante um caso claro de conflitos de legitimidade (Fijalkow, 2007, p.69), não entre actores sociais e profissionais, mas sim entre actores sociais e agentes reguladores, onde o monopólio da gestão da política urbana pende para o lado das habitantes, neste caso específico da marquise, sob a forma de monopólio da gestão da política e da economia doméstica. Neste sentido torna-se pertinente a questão que vários sociólogos nos anos de 1990 levantavam sobre a fragmentação dos poderes políticos e serviços públicos e sobre a capacidade de governação dos actores locais na produção do interesse geral (Fijalkow, 2007, p.70).

### **Estéticas**

A problematização das questões legais associadas à construção são analiticamente menos sensíveis do que a discussão sobre a estética. Enquanto que para o primeiro temos dispositivos normativos que servem de sustento para a análise acerca de práticas regulamentadas ou não regulamentadas, quando se discute o “gosto”, a estética, estamos perante vários modelos interpretativos que poderiam expor o porquê deste ou daquele gosto. Como referi no início deste capítulo, não é perceptível qual dos conceitos precedeu o outro, mas torna-se indiscutível que ambos se imbricam nos discursos do quotidiano e na percepção e apropriação que se faz do objecto marquise. Não pretendo neste capítulo concluir se, por um lado as marquises são uma agressão para a fachada do edificado e para os transeuntes que se apropriam do capital material da cidade nos percursos de todos os dias, ou se por outro promovem o capital material da cidade e são vistas como uma mais-valia para os admiradores de construções arquitectónicas, capitalizando experiências sensoriais agradáveis a quem passa na rua. Pretendo sim discutir através de Bourdieu que tipo de estética é esta das marquises e nessa sequência perceber como é que os entrevistados introduzem a sua própria concepção estética sobre o objecto marquise.

---

*introduzir a problematização da marquise num plano institucional através do Orçamento Participativo de Lisboa de 2014/2015, como já foi referido anteriormente.*

O que parece suceder no fenómeno da marquise é que apesar do reconhecimento da possibilidade inestética da construção em relação à estrutura do prédio e o que isso representa para a experiência visual, os fabricantes de marquises aproximam-se daquilo a Bourdieu (1979, pg. 33) chama da “*esthétique populaire*”. A *estética popular* é definida pelo autor na relação de importância atribuída pelos indivíduos a questões que se debruçam sobre a *forma* e sobre a *função* de um determinado objecto. Nesta lógica o autor identifica uma certa hostilidade das classes populares na sua apreciação sobre as formas eruditas, comparativamente com a funcionalidade das mesmas. A marquise também ela, na apreciação feita pelos entrevistados “*implique la subordination de la forma à la fonction*” (1979, pg. 33), o que significa que, apesar do objecto marquise ser depreciado esteticamente, ganha pela sua funcionalidade. Bourdieu via neste modo de lidar com a importância atribuída a cada um destes conceitos uma posição de classe associada, no entanto ao que parece, dada a extensão do fenómeno da marquise, a distinção de classe perde algum sentido como hipótese. O que ganha sentido para a análise é que dada a transversalidade do objecto em termos de posição de classe, para este objecto verifica-se em maior constância uma “*estética popular*” dominada pelas vantagens associadas à funcionalidade.

Como também refere Machado Pais (2010) no capítulo *Um dia sou turista na minha cidade*, acerca dos problemas associados ao “tempo”, as pessoas não têm tempo para deambulações estéticas, precisam de algo que seja rápido e eficaz, que funcione e lhes proporcione um bem-estar/comodidade que até então não tinham. Até porque convém não esquecer que tempo hoje em dia é sinónimo de dinheiro, e dinheiro é coisa que as pessoas não têm. Este estado reflecte, numa linguagem simples, o argumento de Simmel que discuti com detalhe, mas reflecte também de certa forma as apressadas construções, pouco pensadas, pouco estruturadas, de fácil execução e extrema funcionalidade. Através de processos de escolha do tipo racional relativamente autónomos, em concordância com as necessidades familiares ou individuais, os habitantes escolhem o caminho dos seus percursos, sendo que na maioria dos casos, em desacordo com as instâncias reguladores.

Nas entrevistas que conduzi verifiquei que todos, à excepção de uma entrevistada, associavam valores de inesteticidade relativamente às marquises, não pelo objecto em si, mas pela forma como é introduzido na fachada. Como bem resume o entrevistado 3: “[eu] trabalhava na Póvoa de Santa Iria [...] e o que me fazia impressão era ver marquises verdes, vermelhas [...] o que me choca mais é olhar para um prédio e ver que cada marquise tem a sua nação, tem o seu estilo de vidro, um é fosco o outro não é” (16.00min), “E se eu tiver a pensar eu meti isto branco [a referir-se às janelas que trocou] mas o resto dos habitantes não têm isto em branco, não é? Pá, chegar-se a um consenso, se se puser, toda a gente por da mesma cor para criar uma coisa homogénea no prédio.” (12.32min). O entrevistado vê, no entanto, um consenso como possibilidade, um acordo que homogeneíze a fachada do prédio seria uma boa solução estética.

Numa outra lógica de consenso a entrevistada 4 afirma: “eu não gosto de marquises fechadas normalmente. Vá lá que esta aqui até disfarça, mas normalmente não gosto porque acho que enfeia muito os prédios. Mas pronto, as coisas não são como a gente gosta, não é? (2.50min), no entanto julga que as marquises não precisam de ser “feias”, como a própria diz, “Portanto acho que poderia haver maneiras de não ser, se calhar, umas soluções um bocadinho mais criativas para as marquises não ficarem com o ar que ficam” (8.50min). No decorrer da entrevista foi curioso notar no discurso uma certa despersonalização da responsabilidade, ora para determinismos sociais, ora para os arquitectos e planeadores urbanos.

Fazendo agora a ligação com a “estética popular”, esta entrevistada faz um bom ponto de situação: “Se fosse por minha escolha, num caso ideal não teria marquise fechada nunca” (2.50min), “se a casa fosse maior mas assim dá-me jeito” (3.20min). Significa isto que, vendo-se os habitantes confrontados com a escolha de, por um lado valorizarem a estética em detrimento da funcionalidade, ou por outro lado, desvalorizarem a importância da estética quando comparada com a funcionalidade que um espaço pode alcançar, os habitantes vão, ao que parece, seleccionar a funcionalidade como mais importante.

### Conclusão

Tornou-se evidente, como faço referência na análise à acção das Câmaras de Oeiras e Amadora, que a dimensão do fenómeno é tão grande e a incompreensão ou desconhecimento público acerca das possibilidades e constrangimento que estão associadas a alterações das fachadas dos prédios, são também tão elevadas, que a tentativa de requalificação urbana relativamente a este objecto caiu praticamente no “esquecimento”. É também de salientar que tanto a Câmara de Oeiras como a Câmara da Amadora fizeram esforços no sentido de consciencializar a população para a necessidade de legalização das marquises. No entanto, conforme se verificou, a dificuldade burocrática e o desconhecimento das implicações técnicas por parte dos cidadãos, subjacentes a uma obra de fechamento de uma varanda, não facilitaram a legalização das marquises. Uma outra questão não testada no terreno mas que ainda assim merece ser colocada como hipótese tem que ver com a disponibilidade política em se intrometer em questões que para os cidadãos têm que ver com a sua habitação e as suas decisões pessoais que a mais ninguém diriam respeito – domínio do privado. O facto de os órgãos decisores políticos intervirem num tema delicado como é o espaço habitacional poderia ser mal interpretado pelos habitantes, o que poderia num caso extremo, levar ao “suicídio político”, como refere o entrevistado 1 que se posicionou criticamente face a tentativa regulatória das câmaras por tentarem tributar, “sacar” [dinheiro] nos processos de legalização. Disse ainda, num sentido figurativo, mas que expressa bem um sentimento que poderá ser comum a muitos habitantes, que caso tentassem avançar provavelmente o presidente ia “acordar com umas setas espetadas na cabeça” porque ia haver forte contestação social. O tom do discurso é revelador da intensidade com que a esfera privada é representada, contra a visão da autoridade pública como máquina de cobrança.

### **4.3.2. Etologia**

#### **Problematização**

Neste ponto pretendo introduzir a invenção contextualizada da marquise, por parte do habitante, como uma operação simbólica da significação territorial que esta demonstra. A transformação material de um determinado espaço está, como refere La Mache que veremos mais à frente, associado à trajetória de vida do indivíduo, e portanto às suas experiências passadas e expectativas sobre o futuro. Pode também, no entanto, ser discutida sob a perspectiva de uma etologia animal de conquista de espaços, como vou demonstrar.

#### **O Instinto de Aquisição**

Como dizem Rémy e Voyé (1981, p.199) “L'éthologie animal considere volontiers que c'est l'instinct d'aquisition qui est à la base de formation de la territorialité”, que pode estar por exemplo associado ao local onde se encontra alimento, ou à protecção das fêmeas, ou também quando transposto para a ecologia humana a noção de território está associada à noção de preservação. Não querendo entrar no domínio económico, nem na importância simbólica do arquétipo da festa, nem mesmo nas assimetrias das desigualdades sociais, o que me chamou a atenção para introduzir a possibilidade da intromissão de instintos mais primitivos para a análise deu-se na primeira entrevista que realizei.

O entrevistado 1 refere categoricamente que “O ser humano é um animal territorial e a densidade populacional pede mais espaços, e se o ser humano tem um espaço que chama «seu» vai aproveitá-lo”. Esta referência para a dilatação do espaço privado chamou-me imediatamente a atenção por aparecer como uma vontade transversalmente recorrente acerca da aquisição de espaço. Nas seguintes entrevistas tornou-se manifesto que a vontade de ter mais espaço aparecia como o desejo de topo na «pirâmide» explicativa dos habitantes para a construção de uma marquise. Como me referiu o entrevistado 3, “tem a ver com o ganhares mais 2 ou 3 m<sup>2</sup> de casa” (2.30min)

ou a entrevistada 4 “é para arranjar espaço” (6.05min). Esta vontade etológica, associada à construção identitária através dos processos que decorrem no imaginário, é tão forte no discurso dos entrevistados que alguns estariam dispostos a contrariar os próprios valores morais e estéticos para conquistar território. Como clarifica a entrevistada 4, que tem uma marquise herdada, “a única razão porque poria uma marquise, que não gosto, à partida seria aumentar o espaço da casa” (12.30min). Quero com isto transmitir a ideia de que apesar das escolhas racionais que se cruzam com as práticas que eventualmente se poderiam ter no espaço marquise, como veremos mais à frente, a aquisição de território sobrepõe-se na construção representacional dos habitantes a qualquer outro factor explicativo. É não menos verdade que alguns entrevistados referiram que caso tivessem uma casa grande talvez não tivessem construído uma marquise. A entrevistada 6 sublinha: “Tem vantagem. Agora para quem tem uma casa grande, eu se tivesse uma casa grande também não fechava.” (29.05min), no entanto foi mais frequente ouvir uma opinião de outro tipo, nomeadamente: “Eu acho que se houver a possibilidade de fazer, se houver uma varanda que permita fazer uma marquise eu acho que toda a gente faz. Precisamente por causa disso, porque eu acho que, por causa da questão do espaço, ganha-se sempre um espaço” (Entrevistado 3, 14.20min).

### Conclusão

Conforme foi referido no início deste capítulo a territorialidade, numa forma primitiva de conquista de espaço, correlaciona o factor espaço ao factor de protecção, de preservação, e confirma-se através das entrevistas que os indivíduos vão à procura destas duas formas de experiência habitacional. Não é de mais referir que a luta pelo espaço está sempre presente, e a vontade de ter mais espaço aparece por vezes no discurso dos entrevistados sem um seguimento concreto de utilidade.

### 4.3.3. Bricolagem

#### Problematização

Este capítulo discute a importância dos actos de bricolagem no espaço doméstico como forma de relação e apropriação da habitação. Neste sentido procura-se entender o porquê da importância atribuída à organização espacial e resignificação dos lugares como marcos que inscrevem as características pessoais do que é tido como próprio e adequado.

#### **Bricolagem e Manutenção**

Como nos diz Haumont, uma vez tendo uma casa, devidamente limitada, torna-se necessário vesti-la de acordo com o nosso gosto, “L’espace une fois delimité, est marqué par l’habitant: «En arrivant dans une maison neuve, il faut l’habiller entièrement à ses goûts, la refaire pour soi»” (Haumont 1968, pg. 182) e é através de processos de bricolagem e manutenção do espaço que o Homem constrói o seu *habitat*. É neste processo de manutenção, referindo-se a autora especificamente à mulher, no entanto não vou restringir o género, que os habitantes se apropriam do espaço inscrevendo assim as suas marcas de “l’ordre” e do “propre”.

De uma forma básica, a *manutenção* é o recurso que inspecciona o *estado de arte* da habitação e “la marque de cette inspection est «le propre».” (Haumont 1968, pg. 182). Não por acaso todos os entrevistados mencionaram, quando perguntados se já haviam feito obras em casa, que já tinham intervindo no espaço doméstico. Por exemplo, a entrevistada 4 refere que apesar de a casa sofrido renovações pouco tempo antes de se mudar, resolveu intervir no espaço e adaptá-la a seu gosto “quando a comprei tinham feito obras à 5 anos. Fiz umas obras ligeiras, pinturas, mudei portas e deitei a baixo ali um arco que tinha ali na entrada para ficar um bocadinho maior” (01.18min). No caso da entrevistada 5 que mora na mesma casa desde 1978 relata uma série de alterações “Pus chão flutuante [na sala] [...] tirei o chão flutuante do hall e pus mármore(em 93) [...]ah tinha fechado a varanda tinha a minha filha prai 2 anos,

ela nasceu em 79 portanto em 81 fechei a varanda, foi portanto a primeira obra digamos, fiz a marquise [...] e agora em 2011 remodelei completamente a cozinha e a casa de banho” (02.25min), resumindo “mudei a mobília toda que tinha e compre outra, fiz assim uma grande alteração, e pronto neste momento acho que a casa até está engraçada, acho que está acolhedora, portanto, pronto é pequena mas agora eu também estou quase sempre, portanto a D. não está cá e acaba por ser conveniente” (04.29min), alterações que foi feito ao longo dos anos, enquanto processo de adequação e adaptação do espaço íntimo, na lógica que relata Berque (citado em Fijalkow, 2011, p.104) “Il n’y a «pas d’être sans lieux d’être»”.

A marquise, enquanto obra feita e desejada, qualifica conceptualmente aquilo que é tido como *propre* e como *sale* organizando normativamente e espacialmente a gestão da habitação e a distribuição de objectos pelo espaço da casa. Não associada a marquise somente à conquista de um espaço, associa-se também às possibilidades que o espaço disponibiliza, nomeadamente em termos de arrumação, configurando assim normativa- e espacialmente a ordem e o que é próprio para cada lugar da casa. No domínio do próprio, do adequado, a marquise aparece aqui como uma construção que incorpora aquilo a que Haumont chama “une structure à deux termes” (1968, p.182), aludindo à casa, em que existe um *dentro* e um *fora*, um *interior* e um *exterior*, em que o primeiro é definido positivamente e o segundo negativamente em comparação com o primeiro. É através de “rituais de passagem” entre o que é exterior e o que é interior que os habitantes se isolam na intimidade e asseguram a sua existência, salvaguardando-se de uma intervenção/penetração do exterior. Uma das penetrações descritas por Haumont (1968, p.184) tem que ver com o barulho, não os barulhos que se criam dentro da habitação, mas sim os barulhos que vêm de fora por intermédio dos outros, do outro *abstracto* que penetram tipo “parasitas” e nos fazem recordar da sua existência. Conforme veremos no capítulo sobre a segurança, o fenómeno sensorial do ruído é amplamente referenciado pelos entrevistados como algo contra o qual se querem proteger. Mais à frente discute-se também a questão da distância e da proximidade nesta lógica bipolar de interior e exterior que a marquise possibilita.

A bricolagem aparece portanto como uma forma activa de aproximar o lugar habitado ao espaço doméstico, e é através de uma “opérationnalité concertée, [que] la fabrication des territoires du quotidien se situe dans un registre tout à fait particulier” (La Mache, 2011, p.4). Operacionalidades específicas e coerentes com as aspirações singulares, como também afirma Haumont (1968, p.187) “Ceci explique que l’habitant ne s’adapte pas obligatoirement à une espace fonctionnel prévu pour lui par l’architecte. Au contraire, «partout où la contraente de l’espace aménagé laisse place à une possibilité d’équivoque dans les fonctions du cadre, l’usager situe à sa guise ses habitudes de vie...»”. Os habitantes usufruem da margem de manobra/autonomia relativa para construir o sentido dos seus percursos, materializando a representação estratégica do adequado. Estando o adequado inserido numa autonomia relativa, e estando essa autonomia inserida numa emergência diacrónica da sociedade dita moderna, os indivíduos aperceberam-se que é possível tornar reversível aquilo que parecia irreversível. E foi exactamente isto que os habitantes fizeram e fazem nas suas habitações. Não se cingiram aos limites físicos impostos pelo espaço dado e foram mais além, apropriaram um espaço aparentemente sem significado, a varanda, como afirma Ph. Boudon, e resignificaram-no física e simbolicamente: “C’est à travers le bricolage que le plus souvent marque son espace en l’aménageant.” (Haumont, 1968, pg. 182).

### Conclusão

É através dos actos de bricolagem e manutenção do espaço íntimo que os indivíduos asseguram experiências habitacionais que se aproximam daquilo que vêm como desejado. A distinção entre aquilo que é próprio de existir dentro do espaço doméstico é contraposto com aquilo que é “sujo”, que não é desejável que penetre no conforto da habitação. A marquise permite, neste sentido, uma promoção da organização da casa delimitando fronteiras e libertando espaços.

#### 4.3.4. Fazer território

Através de Haumont (1968, p.181) percebemos que o espaço habitado não é neutro nem homogéneo, possui significados “liées à l’ensemble de l’existence de l’habitant”, que se constroem durante a trajetória de vida do indivíduo, e que lhe permitem compreender necessidades gerais e graus de satisfação que os tipos de espaços domésticos diferentes lhe transmitem. Numa perspectiva intervencionista, La Mache agencia o indivíduo ao dar relevância à inscrição das práticas dos sujeitos, pondo em relação as invenções contextuais e as operações simbólicas dos habitantes dos bairros de periferia em França: “les inventions contextuelles et les opérations symboliques par lesquelles, dans la répétitivité de leurs pratiques quotidiennes, les habitants des grands ensembles de périphéries urbaines délimitent, administrent, transforment matériellement et symboliquement des espaces et des lieux, en domptent les temporalités propres pour contribuer à *faire territoire* et entretenir, transformer ou préserver des identités personnelles ou familiales” (La Mache, 2011, p.2-3). O autor pretende identificar através de uma perspectiva antropológica singularidades subjectivas, actos e operações de sujeitos individuais, observando de que forma estes indivíduos *fabricam* e transformam os blocos de espaço-tempo para “*faire territoire du quotidien*”, de forma a exprimirem, evoluírem ou protegerem as identidades pessoais e familiares (La Mache, 2011, p.2-3). O autor atribui na sua análise uma forte importância aos blocos temporais, associados aos blocos espaciais, uma vez que problematiza os horários e os ritmos de passagens dos entrevistados pelo bairro, nos percursos que fazem para o trabalho ou cafés, variável temporal esta que tem pouca relevância para o objecto aqui estudado exceptuando os momentos do dia em que os indivíduos poderiam utilizar a marquise. No entanto, o bloco espacial, especialmente em contexto doméstico é de extrema importância para esta investigação.

Cada um mobiliza os seus próprios capitais económicos e/ou simbólicos e usufrui da materialidade e da temporalidade (o autor refere-se aqui numa temporalidade associada a percursos, caminhos, mas que neste caso interessa a temporalidade associada ao tempo, às questões climatéricas, como veremos

a seguir na questão da segurança) dos lugares em causa (La Mache, 2011, p.4) e aqui está em causa o lugar que é a marquise. Numa das suas observações o autor refere que por vezes os habitantes articulam-se com o espaço de formas inéditas, pela ampliação dos apartamentos ao tomarem posse das varandas, como foi dito anteriormente. Embora aqui o autor não refira directamente, mas, possivelmente pela incompreensão do lugar, e especialmente, de acordo com as entrevistas que conduzi, para «arranjar espaço».

Neste jogo de *arranjar espaço*, que se traduz em formas de criar território, La Mache diz que há três componentes que se interligam e que se complementam, que são: a acção de fazer, as potencialidades activas ou passivas e a imitação (2011, p.4). É através da fabricação e manutenção que cada um se aproxima do comum e se distancia do outro, continuando o autor que os territórios do quotidiano são fortes ferramentas de distinção e “font advenir l’identité social de leurs auteurs à eux-mêmes autant qu’aux autres”, numa influência recíproca obra-autor. A dinâmica de criação de uma obra, de um território, assume esta forma complexa de jogo entre a materialização das estratégias pessoais face ao adequado, mas também distintivas e que distinguem, numa lógica de aproximação e aproximação com o outro.

A dilatação do espaço habitacional através da apropriação da varanda para o espaço íntimo cria um aumento de território, estabelecendo uma nova fronteira. A fronteira entendida como um limite que significa o início ou o fim do território, que neste caso se materializa em placas envidraçadas assentes numa estrutura metálica, é o “object mis en place pour affirmer et distinguer une entité territoriale” (La Mache, 2011, p.6). Dentro de casa, a marquise é maioritariamente um lugar descontínuo que organiza a territorialização do espaço. A construção de uma descontinuidade premeditada traduz-se num exercício de poder inserido na autonomia relativa do habitante, como afirma Renard citado em La Mache: “La frontiere suppose la discontinuité qui elle-même implique la limite” (2011, pg.6). Quer isto dizer que a de criação de território é concomitantemente uma actividade de produção material e

simbólica que introduz descontinuidades entre o espaço doméstico e o espaço público, entre o íntimo e o desconhecido, entre o conforto e os riscos.

#### **4.3.5. Distâncias e Proximidades**

Como definem Remy e Voyé (1981, pg. 143) a territorialidade aparece como “un instrument conceptuel qui permet d’interrelier des comportements dans leur manière de se dérouler dans un contexte d’espace et de temps”, o que nos permite discutir quais os elementos que compõe os comportamentos territoriais, neste caso a marquise, como elemento promotor de organização de contactos e trocas.

A marquise enquanto um espaço físico e estruturado constitui uma região que define e diferencia as formas de interacção desejadas, servindo de instrumento conceptual para discutir comportamentos dentro do contexto doméstico. No discurso apresentado pelos entrevistados não se deixa notar uma vontade explícita de distanciamento do exterior, no entanto, nas entrelinhas, o discurso é outro, como se pode verificar através do capítulo da segurança. Como afirmam os autores, “l’espace construit [...] permet d’organizer de façon plus stable des régimes complexes de distance/proximité” (1981, p. 148), referindo-se a complexidades que através do espaço construído se podem depreender extensões do comportamento humano. A dificuldade em captar no discurso dos entrevistados uma tal vontade de distanciamento pode também significar que não existe de facto uma tal vontade, até porque como dizem Rémy e Voyé (1981) geralmente o fechamento, não precisa ter como objectivo principal a separação radical nem tornar algo impenetrável. Pode simplesmente existir como pretensão de separar a ligação entre dois espaços, como se separa por exemplo uma cozinha de uma sala de jantar. A transcrição que se segue apesar de longa, parece-me essencial para compreender algumas descrições dos entrevistados e da sua relação com a marquise: “La cloison apparaît dès lors non pas avant tout comme un obstacle qui coupe la communication, mais bien comme une médiation permettant de construire un univers de distance/proximité et un certain régime de communication plus ou

moins élaborée, et supposer plus ou moins de rituels de passage.” (Remy, Voyé, 1981, p.149).

A varanda anteriormente foi descrita como um lugar de transição é agora um lugar fisicamente confinado ao espaço íntimo, o que limita esta ideia de passagem progressiva para o exterior, mas onde ganha para alguns entrevistados um significado específico. Apesar de a passagem estar cortada fisicamente, não é um entrave à passagem visual, possibilita uma interacção sem que para tal obrigue a uma co-presença física. As varandas, apesar de pertencerem à habitação, são o elemento da casa mais próximo do exterior, estão, num sentido abstracto, a levitar na rua. As varandas, fechadas ou não fechadas, estão de certa forma “debruçadas” sobre a rua, servem, entre outras coisas, exactamente o propósito de possibilitar ao individuo em espaço íntimo de contactar, de estar com o exterior, neste simbólico “debruçar” sobre a sociedade, sobre o mundo em que se insere e que o rodeia. Como refere a entrevistada 5, a varanda “acaba por ser até, digamos, um sítio mais acompanhado porque vejo pessoas na rua, as que passam e assim, mas ao mesmo tempo é um sítio sossegado mas vejo movimento, vejo gente.” (27.15min). Os intervalos de distância e proximidade dão-se num lugar onde o ambiente é controlado e o contacto é desejado. Se a marquise inicialmente tinha sido problematizada como um espaço que promove o distanciamento social, nas entrevistas foi possível apurar que é uma forma resguardada de promover interacção com o exterior, que provavelmente não existiria com tanta regularidade com uma varanda, como refere o entrevistado 3: “eu acho que o que a marquise faz, por exemplo, eu se calhar vou mais vezes à janela do que iria se fosse uma varanda” (17.35 min). O entrevistado utiliza a marquise para estar dentro de casa mas sentir-se na rua, a olhar para a rua. É curioso o sentimento que supostamente se ligaria a uma varanda, aqui é associado a ter o conforto de casa mas ao mesmo tempo poder estar debruçado sobre a rua. É claro que o tipo de interacção que ocorre é perfeitamente discutível do ponto de vista da relação propriamente dita, no entanto, foi interessante verificar que a hipótese que coloquei não só não se verifica, como em certos casos verifica-se oposto, como refere o entrevistado 3 “ [A marquise] É um sítio, “barra” para

arrumação “barra” para estar em contacto com a luz da rua. (...) eu as vezes gosto de ir ali um bocadinho para varanda<sup>28</sup> e estar ali um bocadinho a olhar para a rua”. O entrevistado deseja o contacto com a rua, sem que para isso se sinta obrigado a estar exposto aos perigos da rua, onde a bipolaridade comunicação e distância constituem uma condição de troca, mas a partir de um espaço controlado, como dizem Remy e Voyé (1981, p.153) “l’importance de la bipolarité communication/distance, la distance constituant une condition de l’échange maîtrise à partir d’un espace propre”. Quer isto dizer que a marquise, enquanto um espaço construído que assume a distância mas que permite uma proximidade relativa. Exprime uma extensão do comportamento de si, estrutura a o grau de intrusão territorial desejada, em parte através de estratégias de segurança que introduzirei de seguida – como combate ao ruído e clima – , e compõe o problema da violência simbólica e sensorial permitindo concomitantemente graus de interacção relativos com o exterior.

#### **4.3.6. Segurança – Olhares, Ruídos, Tempos**

##### Problematização

A segurança, apesar de um sentimento relativamente generalizado no que diz respeito à sua conceptualização prática na vida de todos os dias, através de sentimentos de pertença comuns ou trajectórias de vida similares, num sentido mais amplo, a segurança é também uma categoria que subentende uma percepção altamente subjectiva de indivíduo para indivíduo, principalmente se introduzirmos esta subjectividade no espaço microsocial privado, que é o espaço doméstico.

Este capítulo introduz a confrontação de espaços *perigosos* e espaços *seguros*, ou por outro lado, *conhecidos* e *desconhecidos*, combinando estas duas conotações na relação de um com o outro (Rémy e Voyé, 1981, pg.127). A marquise surge aqui como espaço fabricado que medeia em forma de

---

<sup>28</sup> O entrevistado só tem uma varanda onde construiu a marquise e confunde-se chamando à marquise, varanda.

fronteira física esta confrontação entre o perigo e a segurança, entre o que é conhecido e o que é desconhecido.

Para realizarmos esta análise partirei do princípio que o ambiente urbano integra uma certa quantidade de conflito, e portanto “n’était fait que d’espaces de dangereux ou que d’espaces de sécurité totale” (Rémy, Voyé, 1981, p.128) onde o reconhecimento destas diferenças de sentimentos perante os espaços influenciam a nossa percepção dos mesmo. Como dizem os autores o problema começa na distribuição dessas zonas entre si ambíguas, que se materializam na linguagem do quotidiano, associando por exemplo, violência à transgressão de regras, ou segurança e risco a aspectos relacionados com a territorialidade. Quer isto dizer que esta confrontação de zonas e de espaços cria locais de incerteza, quanto mais, quando associados a espaços de transição como as varandas, onde as linhas que dividem a segurança do perigo, o conhecido do desconhecido, o espaço doméstico do espaço público.

Assim marquise enquanto elemento simbólico e físico, representa uma tomada de consciência relativamente à fabricação de barreiras territoriais que afastam os perigos desconhecidos da urbe, e promove a segurança do conhecido espaço doméstico. O fechamento da varanda, através da leitura que Rémy e Voyé (1981, pg.131) fazem do espaço anónimo, lembrando aqui a análise que Ph. Boudon faz sobre a interpretação dos habitantes de um bairro em França projectado por Le Corbusier, onde a varanda é tida com um espaço incompreendido, e neste sentido seria um espaço anónimo sem uma representação funcional concreta, Rémy e Voyé dizem que o espaço anónimo é um espaço de interconhecimento “dépourvu de mecanismes de defense de sa sécurité.” (1981, p.131). Este espaço de interconhecimento, de transição, dada a sua falta de mecanismo de defesa, e estando ele inserido no território habitável, é apropriado para o para interior do território habitado, promovendo a segurança, num espaço anteriormente incompreendido ou anónimo e certamente indefinido territorialmente.

Como salientam os autores é necessário supor que existe uma formação progressiva de uma síntese cognitiva entre uma “objéctivité morphologique et une réaction subjective” (Rémy, Voyé, 1981, p.133) de modo a compreender as ligações que unem os habitantes ao local onde habitam. É preciso não esquecer que o local onde habitam contém uma carga simbólica perceptível que relaciona o subjectivo e o afectivo. Se tivermos em conta a exposição feita até ao momento, percebemos que são várias as hipóteses que entram para construção “afectiva” dos significados atribuídos ao *espace perçu* e *espace vécu*, que põe em causa uma relação cognitiva complexa entre habitante e meio envolvente.

O grau de envolvimento estabelecido através do reconhecimento e apropriação do meio envolvente permite então ao habitante direccionar a sua atenção para a gestão do território do quotidiano em relação com o seu espaço doméstico. Neste jogo são ponderados factores essencialmente de salubridade, como o ruído ou o clima, que imbricam directamente no grau de satisfação com a experiência habitacional.

### **Seguranças**

Inicialmente supus que a marquise, enquanto um espaço físico de promoção da segurança, tivesse como objectivo primeiro impedir os olhares alheios. No entanto durante as entrevistas apercebi-me que esta variante da marquise não fazia sequer sentido no quadro conceptual e de representações sociais do habitante que motivou a *fabricação* deste espaço, como refere, por exemplo, a entrevistada 3: “eu acho que dá uma sensação de conforto ter uma coisa fechada mas não acho que seja para haver mais privacidade” (7.32min) ou a entrevistada 5: “não, nunca foi essa a minha preocupação, resguardar dos olhares dos outros não [...] e não é” (9.15min), ou como resume a entrevistada 6: “Sinto menos ruído e menos frio” (21.30min). Contra o “mau olhar” os habitantes, quando necessitados, adoptavam outras estratégias de impedimento da penetração de olhares curiosos, como o recurso às persianas, cortinados e outros materiais desta gama, materiais estes que já existiam no espaço doméstico anteriormente à marquise, como revela a entrevistada 2 que

tem estores de papel (de bagos de arroz) que deixa passar a luminosidade, não escurece e permite que uma pessoa não se sinta invadida no seu espaço. Neste sentido a segurança não se fabrica directamente contra o *outro real*, fabrica-se sim contra um *outro abstracto*, na vontade de criar barreiras de segurança mais densas de insonorização e climatização. Como se percebe pelo discurso da entrevistada 5, esta automaticamente reencaminha a pergunta que coloquei sobre a privacidade para outras formas de segurança.

As formas de segurança desejadas remetem a análise para operações materiais e simbólicas e “c’est dans le mise en oeuvre que seront explorés deux caractères majeurs de la constitution et de la transformation des territoires du quotidien: les créations de *familiarité* et de *sécurité*” (La Mache, 2011, p.9) através de lógicas de acção de concretas revelam o que para si é importante, nomeadamente o sentimento de familiaridade e segurança dentro do espaço doméstico.

Os habitantes aspiram, portanto, através do fechamento das varandas criar condições que promovam o conforto e a protecção contra variáveis que não são controláveis pelos próprios e a marquise permite-lhes ter uma “casa mais acolhedora, porque digamos, faz uma barreira contra o frio. Porque estando aquilo [a marquise] fechado acaba por proteger mais o interior da casa” (Entrevista 5, 9.15min). Como refere La Mache (2011, p.9) através da concepção de *régime de familiarité* descrita por Thévenot “ils recouvre l’action des individus intégrés à une environnement qui leur est propre, dont ils produisent une accommodation afin de s’y sentir à l’aise”, o individuo procura pela acção encontrar a satisfação de acomodação ao ambiente que o rodeia. Recorrendo à gestão e à manutenção do espaço doméstico, o habitante assegura, através de uma dialéctica permanente entre ele próprio e o seu meio, a estabilidade de segurança que pretende, e por conseguinte, experiencia um grau de satisfação superior com uma marquise.

Percebemos que a segurança está ligada a uma noção de familiaridade que é construída no e com espaço que nos rodeia. Para além desta familiaridade que nos dá uma sensação de conforto e de satisfação, a

segurança, de acordo com La Mache (2011, p.10) pode também estar associada a duas ideias distintas e independentes, nomeadamente a “sûreté” e “l’ordre”. Acerca de *sûreté*, certeza, o autor reencaminha-nos para momentos que decorrem em território do quotidiano, que através de experiências sensoriais atribuem significado à apropriação do meio envolvente. Quer o autor com isto dizer que os indivíduos, ao estarem em contacto com micro acontecimentos previsíveis que se repteem nos blocos de espaço-tempo, estes lhes dão um sentido de estabilidade. É através de sonoridades esperadas, como as escolas ou os carros, que ocorrem com regularidade, que se constrói o sentimento de familiaridade e previsibilidade, que por sua vez aumento o grau de certeza e segurança. Curiosamente os entrevistados pareciam querer afastar-se deste tipo de certezas que constroem o argumento de La Mache que refere: “les bruits, les spectacles, les micro-événements qui, à coup sûr, de manière intermittente ou permanente, plus ou moins régulière, vont venir peupler les territoires du quotidien.” (2011, pg.10). Os habitantes entrevistados pretendem em ambiente doméstico *fabricar* a certeza de que em casa desejam ser o menos perturbados possível pelo ambiente exterior. A maioria dos entrevistados faz referência, por várias vezes ao longo da entrevista, sobre a questão do barulho e foram vários que referiram como afirma a entrevistada 4 “para isolar o som, pus umas caixilharias melhores com vidro duplo e com isolamento térmico” (2.10min). Ainda que de uma forma geral o conforto esteja associado à certeza de que vão estar seguros de ruídos exteriores, alguns entrevistados relataram, como vamos ver mais à frente no subcapítulo dedicado ao território, que por vezes utilizam a marquise para poderem observar o exterior, estar em contacto com a rua, ver movimento, o que de seguindo a ideia de La Mache, é uma forma de criar segurança, pela certeza de que estando no espaço privado, também podem ter acesso ao espaço público e sentirem-se em sociedade.

Numa outra lógica de assegurar a segurança, seguindo o raciocínio da *sûrete*, não no sentido que La Mache atribui, mas no sentido da certeza que o espaço doméstico é um local seguro e com perigos reduzidos, alguns entrevistados afirmaram que as marquises serviam o propósito de criam um espaço de maior segurança para as crianças. Como refere o entrevistado 1,

especulando uma possível razão para a construção da marquise, afirma que o encerramento da varanda promove a segurança para os filhos. Na mesma linha de raciocínio, o entrevistado 3 revela que a sua varanda “tem uma grande muito baixinha, nós eramos 3 crianças aqui em casa, eu acredito que por uma questão de segurança [os pais] resolveram fechar [a varanda]” (7.00min). O momento mais delicado que experienciei nas entrevistas ocorreu quando a entrevistada 5 revelou uma das razões que a levou a encerrar a varanda: “nós na altura também tivemos um problema grave na família... ah... uma pessoa que nos era muito chegada a filha caiu da varanda e morreu” (5.10min), continuando a entrevistada “e também foi uma das razões porque tive de fechar, para a tornar mais segura. Como a minha filha era pequena... e pronto acabava também por se tornar mais segura”. A marquise adquire neste sentido a função de barreira física para prevenir acontecimentos que se possam revelar trágicos. A propósito deste tema encontrei uma associação, a APSI – Associação para a Promoção da Segurança Infantil que, entre outros estudos, se dedica a debater sobre as questões de segurança em espaços construídos<sup>29</sup>.

Continuando a discussão de La Mache, a segurança constrói-se a partir daquilo que é tido como *propre*, como próprio do espaço doméstico, que é o afastamento premeditado do ambiente que compõe o exterior, construindo em espaço doméstico modelos de prevenção de riscos, que se materializam na construção da marquise, criando uma barreira que impeça acontecimentos como o que foi agora descrito, mas também pela introdução de vidros duplos e isolamento térmico. Como afirma o entrevistado 1, a marquise “serve para regular a temperatura, devido às amplitudes térmicas na marquise durante o verão preserva o fresco e no inverno preserva o calor dentro de casa o que cria uma certa uniformidade de temperatura” e relativamente ao ruído, considera que “há uma dupla protecção”. Apenas a título de curiosidade, relativamente à temperatura, parece haver uma composição no imaginário que não

---

<sup>29</sup> <http://apsisegurancainfantil.blogspot.pt/search?q=varanda>

<http://www.apsi.org.pt/images/PDF/APSI-Guia-para-Familias-Protecao-de-Guardas-Nov2014.pdf>

corresponde à realidade. Depois de algumas conversas com arquitectos, inclusive uma das entrevistadas era arquitecta, a marquise não uniformiza a temperatura, antes pelo contrário, cria blocos de estufa e de frio extremo dependendo da estação do ano. A varanda pelo contrário cumpre a função de salubridade térmica, deixa circular o ar e impede a formação de humidades e outros perigos para a estrutura do prédio e da habitação, como diz a arquitecta, entrevistada 2 “as varandas servem para ventilar, dão saúde à casa” e que tendo marquise “há muitos mais gastos energéticos” e no geral “são um problema de salubridade”. Quer isto dizer que há uma crença colectiva, provavelmente passada discursivamente, que impera no imaginário dos moradores ao ponto destes somatizarem sensibilidades térmicas tecnicamente improváveis.

A outra forma de constituição de segurança que fala La Mache, *l'ordre*, a ordem, tem que ver com “l’existence d’une organisation dans la distribution des objects qui entrent dans la fabrication des territoires du quotidien” (2011, p.10). O arranjo e a manutenção do espaço doméstico são elementos indispensáveis na constituição do espaço próprio, e, portanto, neste sentido a segurança promovida pela construção da marquise é um sentimento de segurança não pelo medo de, por exemplo, ruídos, mas sim pela ordem e organização do espaço.

Em termos práticos este ponto está mais relacionado com as práticas de marquise e os objectos que compõe esse mesmo espaço, que são retirados de outras divisões da casa e colocados na marquise. No entanto, a um nível mental, este ponto é importante aqui, uma vez que “l’ordre apparaît comme une construction symbolique indispensable au déroulement harmonieux de la vie sociale” (La Mache, 2011, p.11), como faz referência o autor argumentando acerca da importância da coerência dos espaços e das temporalidades, nas relações de proximidade do individuo com o seu ambiente do quotidiano. Esta ideia faz tanto sentido num contexto macro, como a experiência de cidade, como num contexto micro, de espaço doméstico, onde “L’ordre est un indicateur d’être” (La Mache, 2011, p.11). Apenas a título de hipótese, o aumento do consumo de bens e produtos, ou simplesmente o acumular de

objectos ao longo da vida, podem ter agido como vectores desorganizadores retirando a harmonia da casa. Esta falta de harmonia propulsionada pela desordem, é identificada por vários entrevistados como a “falta de espaço”. Como solução restituidora da ordem constrói-se a marquise, prolonga-se o espaço habitável e aumenta-se a probabilidade de devolver a harmonia ao espaço doméstico, voltando este novamente a *ser*. A invenção contextual da marquise, permite, neste sentido, *fabricar* um espaço que se conjugue com as vontades próprias de cada um, promovendo o bem-estar e a segurança no espaço privado que é a casa.

### Conclusão

A marquise existe como estrutura construída obstruindo e separando o que é conhecido e familiar daquilo que é desconhecido e público. O espaço exterior associa-se aqui a um local de um onde surgem possíveis perigos que chocam com a vontade do habitante de se sentir seguro. A insegurança associada a ruídos e factores climatéricos promove a fabricação do espaço e aprimoração da marquise como elemento físico e simbólico no combate aos riscos que poderiam penetrar o ambiente doméstico. Ainda que por vezes os habitantes se queixem em relação ao clima e aos ruídos vindos da rua, assumem a sua preferência pela obra construída ou herdada, manifestando assim o bem-estar associado a um grau mais elevado de harmonia na casa, quando confrontados com a possibilidade de não ter marquise. A marquise assegura portanto através da sua forma física e posição na aba fronteira da casa um elemento protector e tranquilizador contra os riscos da vida quotidiana.

## **4.4. Práticas de Marquise**

### Problematização

Neste capítulo pretendo descrever e interpretar as práticas que decorrem no espaço marquise e os seus objectos constituintes. O que se

coloca como questão primária é que tipos de actividades são praticadas em ambiente de marquise? Será um espaço de recepção ou será dedicado mais à intimidade? Será que as pessoas se deslocam sequer à marquise com o intuito de despendar tempo nesse lugar? Por outro lado os objectos que são colocados neste espaço oferecem algum tipo de sentido? Como em qualquer espaço, os objectos que compõem esse lugar terão certamente uma influência no tipo de práticas que decorrerão nesse lugar, mas também podem atribuir uma especificidade funcional a esse mesmo lugar. Interessa portanto perceber, quais são os objectos que integram a marquise. Serão objectos que dão continuidade à casa ou serão objectos que não se pretende que estejam no interior da habitação? Para responder a estas questões apresento as informações que recolhi através das entrevistas conduzidas, expondo os resultados separadamente por entrevista e a partir daí reunirei dados que me permitam, em maior ou menor grau, correlacionar práticas e objectos recorrentes que compõem o espaço marquise.

#### **4.4.1. Objectos e Práticas**

Ao introduzir a marquise nas dinâmicas habitacionais, e sabendo de antemão que este espaço surgiu de uma apropriação de um lugar previamente existente mas pouco compreendido, relaciono o modo de vida dos habitantes com a estrutura arquitectónica onde se movimentam. Nesta relação, entram em confronto os quadros de representação dos indivíduos que habitam e as formas imaginadas de habitação previstas pelos arquitectos, o que significa que há posicionamento subjectivo de avaliação por parte dos moradores em relação ao espaço doméstico em que habitam, como afirma Biau e Lautier citados em Fijalkow (2011, p.102) “La diversité des modes d’habiter et des acteurs met en jeu l’évaluation de la qualité architecturale.”. A compreensão de que o ideal de espaço doméstico criado pelo arquitecto nem sempre resulta na perfeição com as necessidades dos seus moradores ficou mais claro, como já se viu acima descrito por Ph. Boudon acerca dos trabalhos de Le Corbusier, onde as necessidades básicas e os aspectos funcionais de uma habitação nem sempre são bem recebidos e/ou compreendidos. Como realça Fijalkow, a crítica

promovida pelas investigações sociológicas permitiu tomar consciência deste desfasamento.

A ideia de que a habitação é uma “boîte à habiter” esta ultrapassada, como argumenta o autor, portanto, a casa ganha outras dimensões de importância nas suas dinâmicas internas, perdendo paralelamente a sua relação evidente com o exterior. Há alguns exemplos que demonstram a forma como o avanço na tecnologia foi tornando a vida da casa mais “introspectiva”, como por exemplo a introdução da casa de banho no interior do fogo, promovida pelo higienistas, o frigorífico, ou até mesmo o elevador, elementos de desencontros que retiram tempo aos tempos que se passam no exterior, e às possíveis relações de vizinhança. A marquise aparece neste sentido como um outro elemento que premeditadamente condiciona as relações de exterior, trazendo ao mesmo tempo para a casa um aprimoramento das dinâmicas que decorrem em espaço íntimo, expondo um desencontro claro entre os modelos arquitectónicos e as necessidades concretas do habitante ou dos conjuntos familiares.

Pelo que foi possível apurar a “falta de espaço” é um referencial comum a todos os entrevistados, e como tal, parece-me sensato admitir que esta necessidade de espaço é tanto uma queixa como uma vontade geral, por um lado pela falta dele e por outro, conseqüentemente, pela vontade de o obter. Como afirma Fijalkow (2011, p.104) “Dans une perspective pragmatique, *habiter* consiste, pour les habitants, à résoudre un ensemble de problèmes” e um dos problemas, se não imediato, construído ao longo da experiência habitacional, tem que ver com a quantidade de espaço disponível em relação aos objectos que já se tem ou se foram acumulando ao longo do tempo. Nesta disputa entre quantidade de objectos<sup>30</sup> e experiência habitacional desejada o habitante inicia um processo de gestão da habitação, ajustando assim possibilidades e constrangimentos por forma a mobilizar os recursos disponíveis congruentemente com o que é tido como adequado. O espaço

---

<sup>30</sup> Não se fez para efeitos desta análise um levantamento do número de objectos em casa. Esta contagem seria interessante numa análise mais extensiva do fenómeno.

marquise permite, portanto, apaziguar as confrontações que poderiam surgir pela ténue separação de lugares existentes, que é uma dimensão importante nos conflitos que integram o espaço casa: “La séparation des lieux propres e sales est une dimension importante des conflits résidentiels” (Fijalkow, 2011, 105).

Através das informações que foram possíveis retirar das entrevistas apercebi-me que a vontade de conquista de mais espaço, que se pode associar à tal luta etológica, é ao mesmo tempo uma luta interna de distribuição dos objectos pela casa. A marquise aparece não só como esta vontade *animal* de conquista de território, ou como uma reprodução/projecção de um espaço do imaginário, ela aparece também como uma forma de reorganização do ambiente doméstico gerindo assim a localização adequada para os objectos e subsequentes praticas. Já expus, por várias vezes ao longo do trabalho, a dicotomia interior – exterior e entre o espaço privado e público. Quero agora introduzir alguns aspectos que dizem respeito à dialética interna da casa que dão forma às relações de ordem de governação do habitar<sup>31</sup> (Fijalkow, 2007, p.5). Conforme afirma Haumont (1968, p.183), o espaço habitado está qualificado por rotulagens do que é tido como “propre” e como “sale” e é organizado nesta lógica de familiaridade. O autor continua com as referências aos espaços que podem ou não ser visitados pelos convidados, no entanto a questão que eu coloco é: quais são os espaços que podem ser ocupados por este ou aquele objecto? E quais são as práticas que decorrem desta organização? Nas tabelas que se seguem exponho os restantes dados empíricos relativos aos residentes entrevistados. A cada nova tabela apresenta-se um novo entrevistado. A entrevistada 2 não foi incluída nesta parte da discussão uma vez que não tem marquise. Começo então por apresentar o entrevistado 1.

---

<sup>31</sup> Neste ponto não irei especificar profundamente quais são os locais íntimos e os locais de recepção, vou sim, através das entrevistas introduzir os objectos que podem ou não integrar o espaço “propre” da casa e quais os que são destinados a locais menos próprios, “sale”. Compreendo que nesta lógica corro o risco de a marquise ser interpretada como um espaço exclusivamente “sale”, o que não é verdade, ela apenas integra objectos que não teriam, pelas palavras dos entrevistados, outra localização possível.

Tabela 11 - Dados empíricos sobre marquise, percepção e imaginário: Entrevistado 1

	Marquise				
	Já tinha ou construiu?	Porque que fechou ou mantém fechada?	Pretende Melhorar ou tirar?	Práticas e Objectos	Marquises dos outros
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construiu a marquise um, ou dois anos depois de se mudarem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento área útil</li> <li>- Regular temperatura</li> <li>- Menos ruído</li> <li>- Variedade de utilizações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não tirava</li> <li>- Colocava mais uma marquise</li> <li>- Uma das marquises tem vidros fumados devido ao sol</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escritório</li> <li>- Guardar livros</li> <li>- Canteiro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estão cheias de “tralha”</li> </ul>

	Percepção e Imaginário				
	Estética	Fenómeno em Lisboa	Legalidade	Segurança	Interior/ Exterior
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não é inestético no bloco primário</li> <li>- É inestético em zonas históricas</li> <li>- É preciso ter em conta o local</li> <li>- No seu prédio, o que quebra a harmonia são as varandas que não têm marquise</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Casas são pequenas, para o tipo ideal familiar de um ou dois filhos</li> <li>- O encerramento das varandas é um fenómeno automático</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Só quando proibirem as varandas é que acabam com as marquises</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Segurança mental, dois limites, como se fosse a “porta levadiça dos castelos”</li> <li>- Regular a temperatura, devido às amplitudes térmicas</li> <li>- Isolar o som</li> <li>- mais seguro para crianças</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dilatação do espaço privado</li> <li>- Aumento da barreira em relação ao exterior</li> </ul>

Como nos dá conta o primeiro entrevistado, os membros do seu agregado doméstico precisavam de aumentar a área útil da casa e a marquise funcionava como o local de “depósito”, porque “com marquise há mais diversidade e variedade de utilizações, liberta-se o espaço de movimentação e empurra-se os bens para esse tipo de espaços” (Entrevistado 1, registo escrito). Apesar de o entrevistado referir que em termos de objectos a marquise era o local onde se acumulavam os livros, referência aliás que é comum a mais entrevistados, era essencialmente uma “área de grande armazenagem” (Entrevistado 1, registo escrito). É discutível qual será o estatuto dos livros, no entanto, o que se retira desta informação remete-nos para materiais que não têm um uso recorrente nas dinâmicas domésticas, e portanto, não querendo deitar fora estes bens pela carga simbólica que podem representar, guardam-se neste local de depósito. Para este entrevistado, como seria de esperar pelo

tipo de discurso que tem relativamente este espaço, destaca que “no geral as marquises estão cheias de tralha” (Entrevistado 1, registo escrito). É também curioso, e de realçar, que a par desta vertente direccionada para separar a “tralha” do que “se dá uso”, a marquise também pode ser um lugar de práticas lúdicas, e até eruditas como já se verá. Na casa deste entrevistado, das três varandas de que dispõe duas estão amarquisadas, onde uma, como já referi, serve essencialmente para guardar livros, a segunda tem uma função diferente, recreativa. Como está virada a sul serve de canteiro para a mãe se entreter em práticas de jardinagem doméstica. Esta dualidade de funções é particularmente interessante pela segregação clara, não só de aplicabilidade, mas de separação para o espaço interior da habitação. Por um lado temos um local que lembra um anexo, e por outro um jardim, ambos locais integram funções que não dizem respeito à intimidade da casa. Nos três exemplos que se seguem é realçar as semelhanças acima descritas.

**Tabela 12 - Dados empíricos sobre marquise, percepção e imaginário: Entrevistado 3**

	Marquise				
	Já tinha ou construiu?	Porque que fechou ou mantém fechada?	Pretende Melhorar ou tirar?	Práticas e Objectos	Marquises dos outros
Entrevistado 3	- Esteve sempre fechada	- Eram três crianças, segurança - Ganhar espaço	- Tirar não faria sentido, só se tivesse uma varanda maior - Para por mesa e tomar pequeno-almoço na rua	- Fumar - Arrumação - Pintar - Contacto com a rua - Observar a rua - Tem coisas que não podiam estar em mais nenhum sitio	- Procura de espaço

	Percepção e Imaginário				
	Estética	Fenómeno em Lisboa	Legalidade	Segurança	Interior/ Exterior
Entrevistado 3	- Choca-o ver prédios com uma marquise de cada nação - No geral não suscita nenhum sentimento	- “há muitas!” - “se houver uma varanda que permita as pessoas vão fazer” - “pessoas vão à procura do espaço”	- “devia-se falar com os condóminos”, mas não perguntou - Não sabe como funciona legalmente	- “dá uma sensação de conforto ter uma coisa fechada” - Protege do frio - Protege dos ruídos	- “uma varanda que não está fechada, estás na rua” - “estar à janela é como sair do prédio” - Ganhou conforto por ter fechado,

				- Protecção para crianças	mas não pela privacidade - Fechou para o espaço fazer parte da casa - Prolongamento da casa
--	--	--	--	---------------------------	---

O entrevistado 3 conjuga no mesmo espaço objectos distintos que promovem práticas também elas distintas: “olha eu agora deixei de fumar mas normalmente era onde eu fumava, tenho lá bicicletas guardadas. A minha mulher usa a marquise para ir pintar. [...] É um sitio barra para arrumação barra para estar em contacto com a luz da rua. Pá, é um espaço... eu as vezes gosto de ir ali um bocadinho para varanda e estar ali um bocadinho a olhar para a rua. E que é diferente estares a uma janela, sais, é quase como se saíesses do prédio e teres um visão diferente da rua não é?” (9.20min).

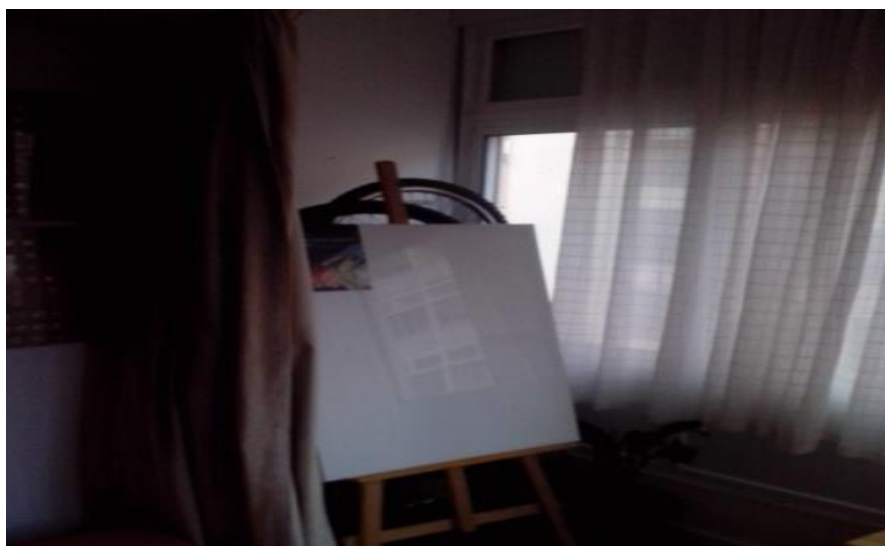


Imagem 14 – Fotografia da marquise do entrevistado 3 – fotografia do autor

Este entrevistado conjuga na marquise um local de arrumação, um local de práticas lúdico-eruditas e um local de contemplação. Apesar da pequenez do espaço, talvez 2m<sup>2</sup>, este local reflecte uma importância extrema na organização e dinâmicas do espaço doméstico. Como me referiu, “Ganha-se sempre... por exemplo as coisas que eu lá tenho fora, se não tivesse a

marquise não as podia ter lá fora... uma bicicleta, quer dizer podia lá ter mas ia ficar tudo ferrugento. Por exemplo tenho la bancos e tenho o cavalete das pinturas, essas coisas não podiam estar na rua, estragam-se” (11.40min). Para além do engenho na organização e gestão do espaço doméstico o entrevistado 3 revela uma particularidade muito interessante naquilo que são as suas práticas e representações do espaço interior – exterior dentro da casa. Ao contrário da separação clara feita que se nota no primeiro entrevistado, este demonstra uma certa confusão discursiva, que assenta na confusão sobre que “lugar” atribuir à marquise. Por vezes é um espaço exterior, por vezes é interior. Utiliza a marquise para estar dentro de casa mas sentir-se na rua, a olhar para a rua. É curioso o sentimento que supostamente se ligaria a uma varanda, aqui é associado a ter o conforto de casa mas ao mesmo tempo poder estar debruçado sobre a rua. Esta ideia de espaço de arrumos é completada pela vontade de encarar a marquise como *continuum* da casa integrando-a no espaço habitável atribuída com práticas de contemplação e recreativas. Esta continuidade desejada torna-se ainda mais perceptível pelo arranjo físico que fez: “a marquise tinha um desnível, um degrausinho, e eu nivelei” (10.10min) e pelo que isso representa no seu quadro mental do que é tido como “propre”, que é aumentar a casa de forma a que todo o seu espaço seja interno, como sublinha, “eu acho que é uma questão de ganhar um bocadinho mais de espaço e fazer mais parte da casa” (7.00min).



Imagem 15 – Fotografia da marquise do entrevistado 3 – fotografia do autor

Tabela 13 - Dados empíricos sobre marquise, percepção e imaginário: Entrevistado 4

	Marquise				
	Já tinha ou construiu?	Porque que fechou ou mantém fechada?	Pretende Melhorar ou tirar?	Práticas e Objectos	Marquises dos outros
Entrevistada 4	- Já estava construída	- Não gosta de marquises - Se a casa fosse maior não teria, assim dá jeito	- a única razão porque construiria uma marquise seria para aumentar o espaço	- Escritório - Sala de arrumações - “ali há de tudo” -pintar	- Servem para arranjar espaço - Por a roupa a secar - Máquina de lavar - Casas em Lisboa são pequenas

	Percepção e Imaginário				
	Estética	Fenómeno em Lisboa	Legalidade	Segurança	Interior/ Exterior
Entrevistada 4	- “Esta até disfarça” - Acha que no geral enfeia os prédios - Por dentro é indiferente - Por fora o prédio fica com um ar pesado - Fachada implode	- Existem demasiadas - Devia haver soluções mais criativas - Os arquitectos deviam empenhar-se nisso	- Teoricamente tem de se pedir autorização - Os licenciamentos são tão complicados que as pessoas não pedem - “se alguém no prédio fechasse gostava de ser informada mas não gostava de informar”	- “foi mesmo para isolar o som” - e para isolar do frio	- Com varanda a casa fica mais arejada, mais luminosa, mais bonita. - Sensação que tem mais uma divisão vizinha

Já a entrevistada 4 define a sua marquise como o escritório, no entanto projecta também neste espaço outro tipo de actividades, “é mais escritório mas neste momento está um bocadinho como sala de arrumações” (3.33min) e depois continua “ali há de tudo”. Do ponto de vista analítico é interessante verificar esta gradação associada à marquise. Aquilo que na concepção seria a função do espaço, o escritório, i.e. o local de trabalho, uma vez que trabalho como tradutora por conta própria tinha sido ali o local que imaginou fazer de seu escritório, vê-o aumentado para sala de arrumações, caindo posteriormente na realidade, que na verdade é uma realidade figurada, uma vez que não há de tudo, mas há sim uma plurifuncionalidade atribuída ao local. Provavelmente esta diversidade de objectos e funcionalidades não foi à partida premeditada. No entanto, à imagem do primeiro entrevistado foram-se “empurrando” os objectos para esse tipo de espaço. Neste momento a

marquise serve tanto de escritório, como local para pintar “eu gosto de as vezes pintar uns quadros e pinto ali” (4.16min), uma das actividades que a entrevistada gosta de fazer e pratica-a na marquise, que também serve de espaço para as lides domésticas, como se pode ver pela imagem. É curioso verificar que a entrevistada se posiciona contra a existência de marquises por uma questão estética da fachada do prédio, no entanto assume que não tendo uma casa maior precisa deste espaço, caso contrário não teria um outro lugar para colocar estes objectos.



**Imagem 16 – Fotografia da marquise da entrevistada 4 – fotografia do autor**



**Imagem 17 – Fotografia da marquise da entrevistada 4 – fotografia do autor**

Tabela 14 - Dados empíricos sobre marquise, percepção e imaginário: Entrevistado 5

	Marquise				
	Já tinha ou construiu?	Porque que fechou ou mantém fechada?	Pretende Melhorar ou tirar?	Práticas e Objectos	Marquises dos outros
Entrevistada 5	- Construiu dois anos depois de se mudar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ter mais espaço</li> <li>- Local de trabalho (que não se concretizou devido à má climatização)</li> <li>- Segurança</li> <li>- Torna a casa mais acolhedora</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fez obras, colocou estantes por cima da porta para ter mais espaço</li> <li>- Fez um espaço "lounge"</li> </ul>	<p>Agora tem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- tem uma estante com livros, prateleiras por cima da porta com livros, várias plantas e um cadeirão estilo <i>chaise-longue</i> com uma mantinha</li> <li>- Acolhedor</li> <li>- Ver as pessoas na rua</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É sempre uma questão de espaço</li> <li>- Confortável climatização da casa</li> </ul>

	Percepção e Imaginário				
	Estética	Fenómeno em Lisboa	Legalidade	Segurança	Interior/ Exterior
Entrevistada 5	<ul style="list-style-type: none"> <li>- "se calhar aquilo implica com a estética do prédio"</li> <li>- "Não moro no prédio sozinha"</li> <li>- No entanto, a decisão é pessoal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- "Ter casa própria começou mais tarde e claro as pessoas tendo casa própria têm mais liberdade para fazer essas coisas"</li> <li>- Existem bastantes</li> <li>- Não repara quando vai na rua</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- "A tradição é cada um por si"</li> <li>- "em bom rigor as pessoas haviam de perguntar"</li> <li>- "as reuniões de condóminos é uma coisa muito complicada"</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- "faz uma barreira contra o frio"</li> <li>- "proteger mais o interior da casa"</li> <li>- "casa mais acolhedora"</li> <li>- Protecção para a filha</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nunca teve a preocupação com o resguardo</li> <li>- Protecção do frio e do calor</li> <li>- Espaço assim mais acolhedor,</li> <li>- Com as janelas abertas, acaba por ser um espaço agradável, para sentar ali um bocado, estar a ler ou a ver as pessoas na rua</li> <li>- "sitio mais acompanhado"</li> </ul>

O caso da entrevistada 5 é muito relevante do ponto de vista da construção histórica da gestão doméstica e as consequentes dinâmicas que influenciaram a necessidade de recorrer à marquise. Relata então que necessitava de "ter mais espaço e eventualmente até fazer ali um sítio para trabalhar porque o meu marido era médico e precisava assim de um espaço para trabalhar, mas, quer dizer, acabou por não se concretizar porque fecha-se a varanda mas depois não é climatizada" (5.10min). O marido da moradora

antigamente trabalhava num dos quartos que estava disponível mas quando a filha nasceu foi necessário por em prática novas formas de habitar, deram prioridade a instalação da filha no quarto e empurram o escritório para a marquise. O que era tido como próprio era a comodidade da filha, e portanto, o escritório, que na verdade nunca o chegou a ser em termos da prática, existiu apenas como disposição de objectos, juntando-se a uma estante de livros.



**Imagem 18 – Fotografia da marquise do entrevistado 5 – fotografia do autor**

Mais uma vez temos a referência aos livros, como objecto a guardar na marquise. Hoje em dia a entrevistada vive sozinha e recorrendo à bricolagem e ao planeamento remodelou a marquise por forma a coincidir com as novas dinâmicas que entende como adequadas na experiência que deseja do seu espaço íntimo. Afirma, “foi o ano passado que a remodelei outra vez [a marquise], tirou-se algumas estantes que estavam ali a encher muito. Acabei por mandar fazer uma estante para por deste lado e fazer umas prateleiras que estão por cima da porta para ter livros lá em cima” (8.17min). É de notar que com a reorganização do espaço introduziu um lugar na casa que o vê como agradável e que se identifica mais com as necessidades actuais: “eu gosto do espaço, é um espaço onde eu posso ter plantas, que é uma coisa que eu gosto, e elas até se dão bem ali (...). Mas por exemplo a esta hora à noite não

vou para ali, apesar de ter o candeeiro de leitura (...) não está agradável, agora de Inverno não está acolhedor. Mas nos dias de Verão ou mais quentes, se calhar, até se está bem, a ler. Ou às vezes ao fim-de-semana trato de documentos de trabalho” (26.10min).



**Imagem 19 – Fotografia da marquise da entrevistada 5 – fotografia do autor**

Para além dos objectos decorativos com que compôs a marquise, como o cadeirão, as plantas, os livros, a marquise permite-lhe também ter práticas “convivência”, como referia a propósito deste tema o entrevistado 3 acerca das suas práticas contemplativas. Neste sentido afirma a entrevistada 5, que a marquise “acaba por ser até, digamos, um sítio mais acompanhado porque vejo pessoas na rua, as que passam e assim, mas ao mesmo tempo é um sítio sossegado mas vejo movimento, vejo gente.” (27.15min). Como já foi referido no capítulo dedicado ao fazer território, volto a sublinhar que inicialmente pensei a marquise como um lugar que poderia promover o fechamento do interior. Todavia, verifica-se para alguns habitantes que essa hipótese não só não faz sentido, como amiúde a marquise é utilizada como lugar de contacto

com exterior, por vezes com maior recorrência do que se nesse lugar tivesse permanecido a varanda.

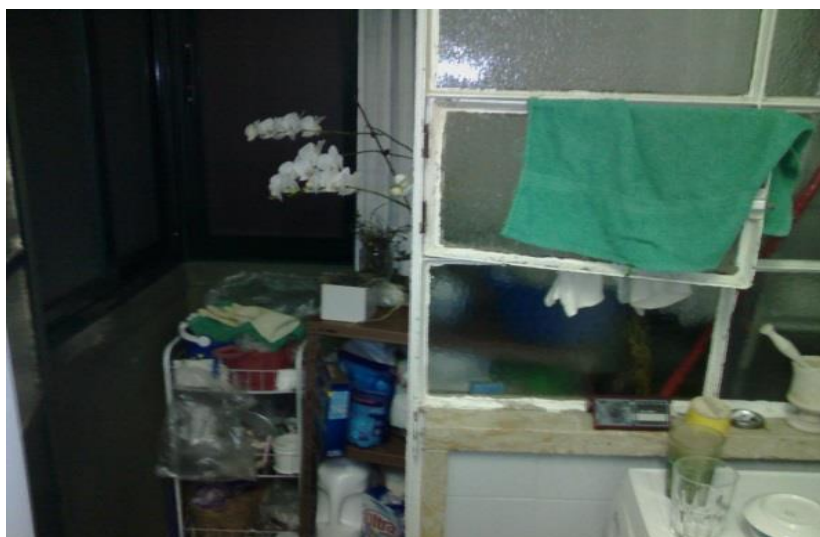
Tabela 15 - Dados empíricos sobre marquise, percepção e imaginário: Entrevistada 6

	Marquise				
	Já tinha ou construiu?	Porque que fechou ou mantém fechada?	Pretende Melhorar ou tirar?	Práticas e Objectos	Marquises dos outros
Entrevistada 6	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construiu as duas marquises em 1975</li> <li>- Uma que tem ligação com a cozinha e outra com o quarto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Tenho uma casa pequena”</li> <li>- “Sempre vivi em casas muito grandes”</li> <li>- Sente menos ruído</li> <li>- Sente menos frio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “[tirar] Não! Se é uma coisa que me faz tanto jeito”</li> <li>- “Tem uma grande utilidade”</li> <li>- No verão é um “forno”, no inverno é muito fria</li> <li>- Tem umas cortinas térmicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cozinha: “pôr um escadote, para pôr o balde de lavar o chão, as vassouras”, tem a utilidade de dispensa da cozinha</li> <li>- Quarto: Estantes, Livros, máquina de costura, marmelada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de espaço</li> <li>- Para as crianças brincarem</li> </ul>

	Percepção e Imaginário				
	Estética	Fenómeno em Lisboa	Legalidade	Segurança	Interior/ Exterior
Entrevistada 6	<ul style="list-style-type: none"> <li>- No geral as marquises são todas bonitas</li> <li>- Julga serem mais bonitas que as da própria</li> <li>- “Não acho que destoa nada”</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vê muitas em Lisboa, acha que por falta de espaço</li> <li>- “houve algumas reclamações que eu me lembro, porque destoava muito estar uma ou duas varandas fechadas e o resto tudo aberto. Parece que dava um desequilíbrio da fachada. Mas depois toda a gente começou a fechar”</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Acho que isto agora até é preciso pedir à câmara”</li> <li>- Ninguém foi consultado, só a senhoria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Sinto menos ruído e menos frio”</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nunca pensou na marquise como factor de maior ou menor exposição</li> <li>- Se tivesse uma casa grande também não fechava.</li> </ul>

A 6 entrevistada habita uma casa com duas marquises, uma na cozinha e outra no quarto. Esta entrevista foi particularmente importante do ponto de vista da análise acerca da utilização da marquise em relação à zona contígua que ocupa. Como resume a entrevistada: “Esta aqui [da cozinha serve] para

pôr um escadote, para por o balde de lavar o chão, as vassouras, seila... tenho uma mesinha onde eu tenho coisas em cima, os detergentes e aquelas coisas todas. Aquilo é só coisas da cozinha, mais nada. E lá no outro tenho um bocado que até era da estante da minha filha, do quarto dela que também está cheio e tenho uma máquina de costura.” (10.45min).



**Imagem 20 – Fotografia da marquise de cozinha da entrevistada 6 – fotografia do autor**

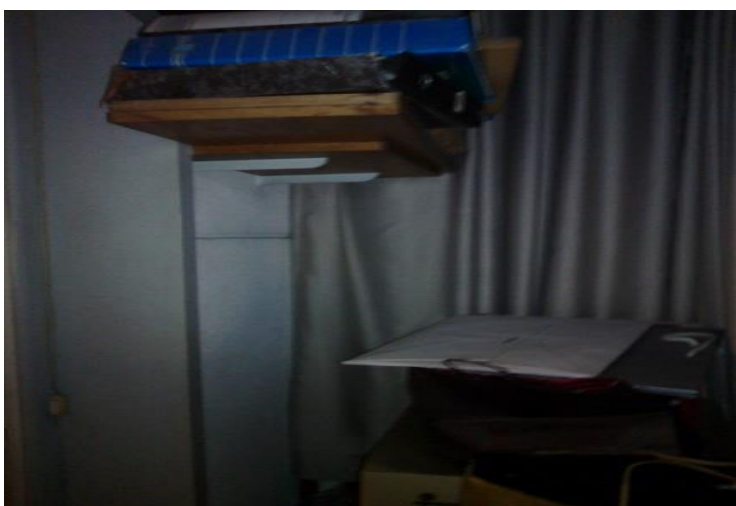
Na marquise de cozinha encontram-se objectos associados à limpeza e outro tipo de objectos como um escadote ou flores. Já na marquise do quarto encontram-se livros, *dossiers* e uma máquina de costura, objectos associados à promoção da cultura e economias da casa. Numa observação “participante” mais cuidada, deixa-se notar um certo descuido na organização dos objectos. Tanto na marquise de cozinha como de quarto torna-se claro o porque da entrevistada afirmar que as marquises estavam cheias. Neste caso, para além do facto interessante da extensão dos objectos da divisão da casa para a marquise a que está associada, ambas as marquises estão como dizia o entrevistado 1, cheias de “tralha”. Aqui, nesta casa, é um local de arrumos por excelência para onde se empurra tudo o que não é necessário ter dentro de casa, mas que também não é suficientemente lixo para deitar fora. É curioso observar que as representações abstractas que me foram transmitidas em diálogos informais acerca de «como é uma marquise?» ou «o que tem uma

marquise?» se assemelham, na descrição, precisamente a este tipo de ocupação da marquise. No entanto, apesar de por vezes nestes diálogos informais a conotação atribuída “roça” o tom pejorativo, para esta habitante a marquise “Tem uma grande utilidade!” (19.40min), como sublinha a entrevistada 6.



**Imagem 21 – Fotografia da marquise do quarto da entrevistada 6 – fotografia do autor**

A marquise, não só permitiu melhorar as dinâmicas domésticas no passado, como já referi anteriormente, como, continua ter uma importância central na gestão do espaço doméstico: “Foi uma coisa que fez muito muito jeito na altura e agora ainda continua.” (Entrevista 6, 22.10min). Relativamente às práticas, não se pode dizer que existem práticas efectivas de marquise, existem sim «práticas de dispensa» para ir buscar um ou outro produto de limpeza e voltar para o colocar no lugar. Neste caso a marquise é tida como mais uma divisão puramente de arrumos, promovendo assim um melhor ambiente na experiência habitacional.



**Imagem 22 – Fotografia da marquise do quarto da entrevistada 6 – fotografia do autor**

### Conclusão

Conclui-se relativamente aos objectos integrantes e às práticas que decorrem no espaço marquise que há um traço geral na relação entre o utilizador e o espaço. A marquise apresenta-se, através das informações recolhidas nas entrevistas, como um local de arrumos por excelência da habitação. Quer isto dizer que a sua diversidade de utilizações desencadeia num espaço altamente funcional para as dinâmicas da experiência habitacional. Tanto pode servir como um local puro e duro de arrumos, como se pode desdobrar em vários lugares, desde o lazer, às artes e à contemplação como forma de relação com o exterior. A marquise não adquire portanto uma distinção fixa no seu carácter, podendo mudar radicalmente de função dependendo quem habita o espaço, mas também da divisão que lhe é contígua.

## CONCLUSÃO

Através do presente trabalho torna-se possível concluir de uma forma relativamente precisa a época em que começaram a surgir as primeiras construções de marquises em Lisboa. O conjunto de factores que apresento no primeiro capítulo, imbricados, sugerem que por volta da década de 70 do século XX esse fenómeno se difunde rapidamente. Juntado a estes factores os anos de construção das marquises indicados pelos residentes entrevistados, torna-se, se não seguro, no mínimo, a hipótese mais plausível para início do enceramento em massa das varandas.

Para compreender este fenómeno analisei o desenvolvimento de Lisboa-cidade até Lisboa-metrópole. Verifiquei que Lisboa sofreu uma transformação na concentração e distribuição da população, novos lugares começaram a ser ocupados e entre 1960-70 observa-se assim a intensificação de crescimento populacional naquilo que viria a ser mais tarde a Área Metropolitana de Lisboa, conforme realçam Baptista e Nunes. Durante esta época reforça-se a utilização do betão armado, não só para as grandes obras públicas, como afirma Tostões, mas também para o mercado de construção imobiliária, o que veio permitir construir prédios mais altos, com um maior número de habitações e varandas mais largas e profundas. Na década de 70 do século XX consolida-se também uma mudança de paradigma no acesso à habitação. Através das políticas de incentivo ao crédito, Lisboa e os seus arredores, passa de uma *cidade de inquilinos* para uma *metrópole de proprietários ocupantes*, como demonstra Nunes. Este ponto é particularmente importante na medida em que vai dar mais liberdade aos habitantes para adaptarem o espaço à sua visão do próprio, tendo encontrado indícios fortes desta conjuntura nos relatos dos residentes entrevistados, reorganizando estes o espaço doméstico que já é seu.

Outra questão que entra em jogo nesta análise tem que ver com as práticas culturais dos portugueses, tal como observadas por J. T. Lopes. Uma vez que, sustenta o autor, estes são tendencialmente praticantes de interior, as práticas culturais decorrem essencialmente em espaço doméstico. Ao relegarem, os portugueses, as práticas de saída, pode daí surgir um maior

interesse em estabelecer em ambiente doméstico dinâmicas de bem-estar e conforto, já que grande parte do tempo é passado dentro de casa.

Ao assumir a varanda como um espaço de transição entre o público e o privado, entre o interior e o exterior, conforme observam as autoras Brandão e Martins, apercebemo-nos que as demarcações territoriais deste espaço são pouco nítidas. Aliando esta questão ao facto de as varandas serem muitas vezes descritas como espaços incompreendidos, tal como afirma Ph. Boudon, resulta, a partir destes factores descritos, o processo de alteração da experiência habitacional, resignificando física e simbolicamente a apropriação da varanda para o interior da habitação. A marquise aparece assim, concludo, como conquista de espaço, que é também a forma como os entrevistados descrevem a razão que levou à construção, afirmando a vontade de “ganhar espaço”. Esta vontade de ter mais espaço, pode ter uma componente *animal* – etológica –, mas pode também resultar de processos que se constroem no imaginário e na percepção que os residentes têm do espaço doméstico. Discuto a marquise como um espaço de reprodução de experiências vividas ou discursivamente herdadas que estes querem ver materializadas no presente. Através da *bricolagem* e *fabricação* de espaço, conceitos elaborados por Haumont e La Mache, os indivíduos adaptam o espaço doméstico e põe em prática vontades e desejos. Estas vontades estão muitas vezes associadas a questões de segurança, de imaculabilidade do espaço privado, aspecto que se pode confirmar nas entrevistas, querendo os habitantes proteger-se maioritariamente dos ruídos citadinos e do frio. No entanto, na vontade demonstram de se distanciar dos fenómenos citadinos, nas entrevistas também verifico estratégias de aproximação onde a marquise surge como uma zona confortável de observação do exterior e de estar em “contacto” com quem passa, e, com o que se passa na rua. Para além disso a marquise serve também o propósito de organização e distribuição das dinâmicas domésticas, nomeadamente enquanto área de arrumos e de tarefas, dependendo da zona contígua à qual está associada, conforme pude verificar com os residentes entrevistados.

Neste processo de requalificação do que é tido como próprio para a habitação surgem duas questões político-administrativas importantes que tornam o objecto marquise um fenómeno burocraticamente complexo. Em termos legais estima-se que a maior “fatia do bolo” das construções existentes não foram, nem estão, aprovadas pelas respectivas Câmaras Municipais, de acordo a informação dos arquitectos entrevistados. Em parte pelo desconhecimento ou incompreensão dos habitantes acerca dos percursos burocráticos necessários para realizar a obra, como relatam os residentes entrevistados, e por outro lado, pela falta de capacidade ou vontade político-administrativa em gerir os processos de regularização da construção ou renovação das marquises. Dado o enfoque no imaginário e na fabricação do espaço, nesta interpretação não fica claro se foram as questões de ordem estética e de simetria dos edificadados, de que alguns entrevistados se queixam, que impulsionaram algumas câmaras para a tentativa de consciencialização dos cidadãos de que deveriam ver as suas marquises regularizadas, ou, se por outro lado, foram questões de ordem técnica e de salubridade que motivaram as câmaras a avançar com estas medidas.

Estes temas serão importantes para futuras análises, quer qualitativas, quer quantitativas, caso se queira aprofundar o fenómeno das “marquises” de uma forma mais detalhada e sistemática. Do ponto de vista do enriquecimento da análise, assumindo uma continuidade a este trabalho, seria interessante verificar em que contornos se difundiu o objecto marquise à escala nacional. Numa outra perspectiva, seria, no mínimo curioso, apurar num modelo comparativo, se os factores que aqui indico fazem sentido para outros países, já que, como introduzo através de fotografias, a marquise não existe exclusivamente em Portugal.

## BIBLIOGRAFIA(S) / REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acciaiuoli, Margarida, (2015). *Casas com Escritos - Uma História da Habitação em Lisboa*, Lisboa, Bizâncio
- Appelton, Júlio, (s.d), *Construções em Betão – Nota histórica sobre a sua evolução*. s.e.
- Balsa, Casimiro (Org.), (2006), *Relações Sociais de Espaço – Homenagem a Jean Remy*, Edições Colibri
- Baptista, Luís Vicente e João Pedro Silva Nunes, (2004), Contexto Metropolitano e (Re)classificação Urbana: Apontamentos sobre a cidade de Lisboa e um bairro residencial na sua periferia, *Ciudades 8*, pp. 87-100
- Baptista, Luís Vicente, (1994), Dominação demográfica no contexto do século XX português: Lisboa, a Capital, *Sociologia – Problemas e Práticas nº 15*, pp. 53-77
- Brandão, Helena Câmara Lacé e Angela Maria Moreira (2007), Varandas nas Moradias Brasileiras: do período de colonização a meados do século XX, *Revista Tempo de Conquista*, v. 1, pp. 1-20
- Brandão, Helena Câmara Lacé e Angela Maria Moreira (s.d), A Varanda como Espaço Privado e Espaço Público no Ambiente da Casa, *Revista Interpretar Arquitetura, Edição 13*, consultado em [www.arq.ufmg.br/ia](http://www.arq.ufmg.br/ia)
- Bourdieu, Pierre, (1979), *La Distinction: critique social du jugement*, Paris, Éd. de Minuit
- Bourdieu, Pierre, (2006), *As Estruturas Sociais da Economia*, Porto, Campo das Letras
- Bourdieu, Pierre, de Saint Martin Monique, (1990), Le sens de la propriété – La genèse sociale des systèmes de préférences, *Actes de la recherche en sciences sociales, vol. 81-82, L'économie de la maison*, pp.52-64
- Carvalho, José Eduardo (2014), *Campo de Ourique: A aldeia de Lisboa*, Lisboa, Quimera
- Castells, Manuel (1984 [1968]), *Para uma Teoria Sociológica do Planeamento Urbano*, Lisboa, Presença
- Cordeiro, Graça Indias, e António Firmino da Costa, (1999), Bairros: contexto e intersecção, *Em Antropologia Urbana: Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*, pp. 58–79. Jorge Zahar Editor
- Fijalkow, Yankel, (2007), *Sociologie de la Ville*, Paris, Éditions La Découverte,
- Fijalkow, Yankel, (2011), *Sociologie du logement*, Paris, Éditions La Découverte,
- Fortuna, Carlos (1997), Évora: Um Caso de Destradicionalização da Imagem da Cidade, *Oficina nº 91, Centro de Estudos Sociais*

- Fortuna, Carlos, Claudino Ferreira, Paula Abreu, (1998/1999), Espaço público urbano e cultura em Portugal, *Revista Crítica de Ciências Sociais nº52/53*, pp. 85-117
- Gans, J. Herbert, (2002), The Sociology of Space: A Use-Centered View, *City & Community 1:4*, *American Sociological Association*, pp. 329-339, consultado em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1540-6040.00027/pdf>
- Giddens, Anthony (2008), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 6ª Edição
- Grafmeyer, Yves, (2007), 1. Le quartier des sociologues, in *Le Quartier: enjeux scientifiques, actions politiques e pratiques sociales*, pp.21-31, Paris, La Découverte.
- Granovetter, Mark S, (1973), The Strenght of Weak Ties, *American Journal of Sociology, Volume 78, Issue 6*, pp. 1360-1380
- Guerra, Isabel, (1997), Um Olhar Sociológico sobre o Alojamento, *Problemas e Práticas Nº24*, pp. 165-181
- Haumont, Nicole, (1968), Habitat et modèles culturels, *Revue Française de Sociologie 9 (2)*, pp. 180-190
- La Mache, Denis, (2011), Faire territoire au quotidien dans les grands ensembles HLM – Entre ordre e fronteira, *Métropoles 10*, pp. 1-14
- Lalanda, Piedade, (1998), Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica, *Análise Social, vol. XXXVIII, nrº 148*, pp. 871-883
- Lopes, João G. A. (2010), Discursos de Cidade: Lisboa anos 80, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, consultado em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14667/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado%20J.%20Lopes.pdf>
- Lopes, João Teixeira (2007), *Da democratização à democracia cultural – Uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público*, Porto, Profedições, Lda.
- Melo, Inês Quental e (2009), O Mercado de Arrendamento – Principais Oportunidades e Fragilidades face ao Mercado de Arrendamento, Instituto Superior Técnico, consultado em <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/.../dissertacao.pdf>
- Löw, Martina, (2008), The Constitution of Space The Structuration of Spaces Through the Simultaneity of Effect and Perception, *European Journal of Social Theory 11 (1)*, pp. 25–49
- Löw, Martina, (2013), «O spatial turn: para uma sociologia do espaço». *Tempo Social 25 (2)*, pp. 17–34.
- Mallet, Shelley, (2004), Understanding Home: A critical review of the literature, *Sociological Review 52(1)*, pp. 62 - 89
- Machado, José Pedro, (1981), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Algés: Euro-Formação; Lisboa : Amigos do Livro, 1981 volume VII

- Machado, José Pedro, (1977), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte, volume IV
- Mellor, J.R., (1984), *Sociologia Urbana*, Porto, RÉS-Editora
- Nunes, João Pedro Silva, (2007), *Á Escala Humana - planeamento urbano e arquitectura de habitação em olivais sul (lisboa, 1959-1969)*, Lisboa, Edição da CML: arquitectura e urbanismo
- Nunes, João Pedro Silva (2011), *Florestas de Cimento Armado – Os grandes conjuntos residenciais e a constituição da metrópole de Lisboa (1955-2005)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Nunes, João Pedro Silva, (2010) *Dos Subúrbios Citadinos aos Subúrbio Metropolitanos – Estrutura de povoamento e morfogénese da metrópole de Lisboa (1950-2001)*, *Cidades – Comunidades e Territórios*, nº20/21, pp.123-137
- Pais, José Machado (2010), *Lufa-Lufa Quotidiana: Ensaio sobre cidade, cultura e vida urbana*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- Park, Robert Ezra, (1915), *The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment*, *American Journal of Sociology* 20 (5), pp. 577–612
- Park, Robert Ezra, (1952), *Human communities; the city and human ecology*, Glencoe, Ill, The Free Press
- Rémy, Jean, Liliane Voyé, (1981), *Ville, ordre et violence: formes spatiales et transaction sociale*, Paris, Presses Universitaires de France
- Rémy, Jean, Liliane Voyé, (1994), *A Cidade: Rumo a uma nova definição?*, Porto, Edições Afrontamento
- Tavares, Maria, (2013), *Leituras de um percurso na habitação em Portugal. As Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência*, In PORTAS, Nuno (coord.) *Habitação para o maior número. Portugal, os anos de 1950-1980*, CML, IHRU, Lisboa, pp. 21-45.
- Teixeira, C. Manuel (1993), *A história Urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes*, *Análise Social*, vol. XXVIII (121), pp. 371-390
- Teixeira, Manuel C, (1992), «As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940». *Análise Social*, vol. XXVII (115), 65–89
- Tostões, Ana (1997), *Construção moderna: as grandes mudanças do século XX*, s.e.
- Touraine, Alain (2006), *Na Fronteira dos Movimentos Sociais*, *Sociedade e Estado, Brasília*, v. 21, n. 1, pp. 17-28, consultado em <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a03>
- Simmel, Georg, (1997) [1903], *A metrópole e a vida de espírito*, in Fortuna, C. (org.), *Cidade, Cultura e Globalização – Ensaio de Sociologia*, Oeiras, Celta Editora
- Velho, Gilberto, (2009), *Antropologia Urbana: Encontro de tradições e novas perspectivas*, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 59 (Janeiro), pp. 11-18.

- Weber, Max, (1987) [1921], “Conceito e Categorias da Cidade”, in Velho, O. (org.), O Fenômeno Urbano, Rio de Janeiro, Editora Guanabara,
- Wirth, Louis, (1997) [1938], “O Urbanismo como Modo de Vida”, in Fortuna, C. (org.), Cidade, Cultura e Globalização – Ensaio de Sociologia, Oeiras, Celta Editora

### **Outras Fontes**

Ama Reabilita, (RE)HABI(LI)TAÇÃO – *guia informativo*, Câmara Municipal da Amadora DRPHP

Edital nº 49/2002, Câmara Municipal de Oeiras

Plano Directo Municipal de Lisboa, Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação em Lisboa, Diário da República 2ª Série nº 74 de 26 de Abril de 2013

INE, Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011

## LISTA DE IMAGENS, FOTOGRAFIAS E TABELAS

Imagem 1- Percentagem da população do Continente residente na cidade de Lisboa, na AML, na cidade do Porto de 1864 a 1991 (Baptista, 1994, pg.59).....	7
Imagem 2 – Peso percentual da cidade-centro urbano, Lisboa e Porto, no âmbito da sua área metropolitana de 1864 a 1991. (Baptista, 1994, pg.59) .....	8
Imagem 3 – Taxas de crescimento demográfico intercensitárias em Lisboa e nos seus subúrbios (1920-1981), (Nunes, 2010, pg. 124) .....	10
Imagem 4 – Peso de Lisboa e dos seus conselhos limítrofes na população da Aglomeração de Lisboa (1864-2001), (Nunes, 2010, pg. 126) .....	11
Imagem 5 – Ranking dos concelhos da Área Metropolitana por densidade populacional, em número de habitantes por quilómetro quadrado (hb/km <sup>2</sup> ), referente ao ano de 2001, (Baptista e Nunes, 2004, pg.91) .....	12
Imagem 6 – Marquise em Istambul - <a href="http://www.minhaturquia.com/2012/08/paisagem-arquitetura-e-design.html">http://www.minhaturquia.com/2012/08/paisagem-arquitetura-e-design.html</a> .....	47
Imagem 7 - Marquise em Istambul - Google Maps.....	47
Imagem 8 - Marquises em Copacabana, Rio de Janeiro - Google Maps.....	48
Imagem 9 - Marquises em Copacabana, Rio de Janeiro - Google Maps.....	48
Imagem 10 – Outdoor campanha IKEA Primavera-Verão 2015 .....	81
Imagem 11 – Fotografia na conferência de imprensa do IKEA – fotografia do autor...	83
Imagem 12 – IKEA Portugal   Mais varandas, menos marquises   Episódio 1,.....	86
Imagem 13 – Fotografia de um “pátio” em Campo de Ourique – fotografia do autor.	101
Imagem 14 – Fotografia da marquise do entrevistado 3 – fotografia do autor.....	135
Imagem 15 – Fotografia da marquise do entrevistado 3 – fotografia do autor.....	136
Imagem 16 – Fotografia da marquise da entrevistada 4 – fotografia do autor.....	138
Imagem 17 – Fotografia da marquise da entrevistada 4 – fotografia do autor.....	138
Imagem 18 – Fotografia da marquise do entrevistado 5 – fotografia do autor.....	140
Imagem 19 – Fotografia da marquise da entrevistada 5 – fotografia do autor.....	141
Imagem 20 – Fotografia da marquise de cozinha da entrevistada 6 – fotografia do autor.....	143
Imagem 21 – Fotografia da marquise do quarto da entrevistada 6 – fotografia do autor .....	144
Imagem 22 – Fotografia da marquise do quarto da entrevistada 6 – fotografia do autor .....	144

Fotografia 1- Possível marquise em madeira, Campo de Ourique – fotografia do autor .....	43
Fotografia 2 - Prédio com marquises em Campo de Ourique – fotografia do autor .....	43
Fotografia 3 - Prédio com marquises em Campo de Ourique – fotografia do autor .....	44
Fotografia 4 - Prédio com marquises em Campo de Ourique – fotografia do autor .....	44
Fotografia 5 - – Construções alternativas – fotografia do autor .....	45
Fotografia 6 - Construções alternativas – fotografia do autor .....	45
Fotografia 7 - Prédio com marquise amovível em Campo de Ourique – fotografia do autor.....	46
Fotografia 8- Marquises em Madrid – fotografia do autor .....	49
Fotografia 9 - Marquises em Madrid – fotografia do autor .....	49
Tabela 1 – Edifícios, segundo a época de construção, por principais materiais usados na construção – volume em coluna.....	17
Tabela 2 - Edifícios, segundo o número de pisos, por época de construção - volume em coluna .....	18
Tabela 3 - Agregados domésticos com alojamento em prédio, segundo a forma de ocupação, em Lisboa e nos concelhos limítrofes (1960) – percentagem em linha .....	21
Tabela 4 - Famílias, segundo alojamento clássico e formas de ocupação no distrito de Lisboa em 1970 - percentagem em coluna.....	22
Tabela 5 - Alojamentos familiares clássico, segundo a forma de ocupação, na Metrópole de Lisboa em 1981 – percentagem em linha .....	23
Tabela 6 - Alojamentos familiares clássico, segundo a forma de ocupação, na Metrópole de Lisboa em 1991 – percentagem em linha .....	25
Tabela 7 - Alojamentos familiares clássico, a forma de ocupação, na Metrópole de Lisboa em 2001 – percentagem em linha.....	26
Tabela 8 - Edifícios, segundo a época de construção, por principais materiais utilizados na construção (antes de 1919-1995) - volume em linha .....	41
Tabela 9 - Tabela de suporte para a construção da marquise como objecto empírica	90
Tabela 10 - Dados empíricos dos entrevistados e realidades e mudanças no seu espaço doméstico .....	92
Tabela 11 - Dados empíricos sobre marquise, percepção e imaginário: Entrevistado 1 .....	133
Tabela 12 - Dados empíricos sobre marquise, percepção e imaginário: Entrevistado 3 .....	134

Tabela 13 - Dados empíricos sobre marquise, percepção e imaginário: Entrevistado 4	137
Tabela 14 - Dados empíricos sobre marquise, percepção e imaginário: Entrevistado 5	139
Tabela 15 - Dados empíricos sobre marquise, percepção e imaginário: Entrevistada 6	142

## **ANEXOS**

### **Anexo 1: GUIAO DE ENTREVISTA – CÂMARAS**

#### **Espaço**

- Crescimento demográfico de Oeiras
- Crescimento populacional e distribuição pelo espaço

#### **Arquitectura**

- Estilo arquitectónico
  - Por zonas
  - Por ano
  - Por tipo de investimento
  - Zonas de maior densidade de prédios
  - Como era decidido onde construir? E que tipo de construção?
  - Como se decidia o tamanho das habitações (TO,T1..)?

#### **Marquises**

- EDITAL de Nov.2001 – Regulamento para edificação de marquises // Programa “Marquises – OK”
  - Como surgiu?
  - De quem partiu a ideia? Câmara, população?
  - Existem novos editais? Trouxeram mais-valias?
- Nº de pedidos de legalização
- Estimativa de marquises em incumprimento
- Nº marquises legalizadas
  - Antes e depois do Edital/ Programa “Marquises – OK”
- Processos pendentes (motivos para a NÃO legalização de certas marquises)
- Nº habitantes multados por não legalização

## **Anexo 2 - GUIAO DE ENTREVISTA - MORADORES**

### **Caracterização Sociodemográfica**

- Sexo
- Idade
- Estado civil
- Nº de elementos do agregado familiar e composição
- Nível de escolaridade do entrevistado e dos membros do agregado familiar
- Ocupação / profissão
- Situação na profissão
- Rendimentos

### **Caracterização do espaço habitacional e da experiência residencial**

- Há quanto tempo habita esta casa? Podia falar-me um pouco da decisão de vir morar para ela. Como é que foram para si, e para os membros do agregado familiar, esses primeiros momentos de ocupação
- Situação da casa: Comprada, ainda paga o empréstimo ou já esta saldado o crédito, arrendada ou outra situação
- Quantas assoalhadas tem? Fale-me um pouco do uso de cada assoalhada por parte dos membros da família ou das pessoas que habitam
- Muitas vezes é necessário proceder a obras em casa. Já fez obras? Quais? Mesmo obras pequenas foram feitas por si ou por membros da família ou amigos ou por alguém contratado.
- O que gostava de alterar na sua casa?

## Marquise

- Tem marquise(s)?
  - Se não então: já teve uma marquise nesta casa?
  - Se sim, porque que a tirou ou removeu. Se não, já pensou em ter ou em realizar essa transformação?
- Esta marquise já estava instalada na casa quando veio morar para aqui ou foi mandada colocar por si ou por algum membro da família ou alguém que vive ou viveu aqui consigo. Há alguma história ou algum motivo ou finalidade nessa transformação?
- Pode resumir então qual foi o propósito para construir a marquise? A que níveis veio melhorar ou piorar a experiência habitacional?
- No seu dia-a-dia em casa, ou das pessoas que vivem aqui consigo, que tarefas ou actividades são realizadas na marquise? Se lhe pedisse para identificar uma ou várias funcionalidades da marquise que traços escolheria? Muitas vezes as diferentes partes de uma casa têm usos e funcionalidades que vão mudando ao longo do tempo. Recordar-se dessas mudanças relativamente à marquise. Quais são os objectos que colocava e que coloca hoje na marquise? No futuro, o que acha que irá colocar na marquise?
- Entre manter a marquise ou eventualmente melhorá-la e recriar a varanda qual é a sua ideia? Porquê? Quais para si os argumentos a favor de uma ou outra hipótese.
- O que acha que leva as pessoas a construírem uma marquise? Conhece histórias de pessoas que tenham construído ou removido marquises?
- Quando quis, ou se quiser construir uma marquise, pensa que os restantes moradores do prédio devem ser consultados ou considera ser uma decisão exclusivamente sua ou dos residentes?

### **Estética**

- Acha que existem muitas marquises em Lisboa? Começando pelo seu bairro... outras zonas da cidade... Repara nas marquises?
- Quando passa na rua qual é a sua impressão ao ver os prédios com marquises? Essa visão suscita algum sentimento?
- E o que sente quando está em casa e vê a sua marquise?

### **Segurança**

- Sente-se mais seguro em casa com uma marquise do que com uma varanda?